

JULIANA APARECIDA BIASI
Organizadora

ESTUDO DE OBRAS ARQUITETÔNICAS EM SANTA CATARINA



editora
unoesc

Editora Unoesc

Coordenação
Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Paula Stechenski Zaccaron
Projeto Gráfico e capa: Saimon Vasconcellos Guedes
Diagramação: Saimon Vasconcellos Guedes

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E82	Estudo de obras arquitetônicas em Santa Catarina / Juliana Aparecida Biasi, organizadora. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2021. 154 p. ; il. ISBN: 978-65-86158-65-6 Inclui bibliografia 1. Arquitetura – Santa Catarina, Oeste. 2. Cidades e vilas – Arquitetura. I. Biasi, Juliana Aparecida, (org.). CDD 720.9081
-----	--

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor
Aristides Cimadon

Vice-reitores de Campi
Campus de Chapecó
Carlos Eduardo Carvalho
Campus de São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D'Agostini
Campus de Videira
Ildo Fabris
Campus de Xanxerê
Genesio Téio

Pró-reitora Acadêmica
Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Administração
Ricardo Antonio De Marco

Conselho Editorial

Jovani Antônio Steffani
Tiago de Matia
Sandra Fachineto
Aline Pertile Remor
Lisandra Antunes de Oliveira
Marilda Pasqual Schneider
Claudio Luiz Orço
Ieda Margarete Oro
Silvio Santos Junior
Carlos Luiz Strapazzon
Wilson Antônio Steinmetz
César Milton Baratto
Marconi Januário
Marceli Maccari
Daniele Cristine Beuron

A revisão linguística é de responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Prefácio.....	5
Resgate histórico: a arquitetura ferroviária em Videira – SC	9
A réplica da antiga estação ferroviária de Caçador: uma análise comparativa da arquitetura.....	33
A contribuição da implantação do parque Rio do Peixe para a preservação da história e memória da Guerra do Contestado.....	49
O abrigo primitivo dos primeiros imigrantes europeus no Sul do Brasil e as contribuições dos luso-brasileiros e caboclos.....	65
Análise arquitetônica temática do Museu do Vinho Mário Pellegrin.....	75
Análise arquitetônica da Igreja Nossa Senhora das Necessidades – Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC)	85
Descrição histórica e arquitetônica da Paróquia Senhor Bom Jesus – Herval d’Oeste (SC)	101
Análise arquitetônica temática da Igreja e Paróquia Imaculada Conceição em Curitiba (SC)	111
Análise arquitetônica do castelinho de Fraiburgo (SC)	121
A influência do estilo romântico europeu na arquitetura da Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Treze Tílias (SC).....	131
Museu municipal Ministro Andreas Thaler: a caracterização de uma arquitetura de imigrantes austríacos no Vale do Contestado.....	139

PREFÁCIO

A HISTÓRIA DOS RESULTADOS

Os temas voltados à história sempre foram os meus favoritos, desde quando era criança e tinha a disciplina na escola. Essa paixão seguiu durante minha Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. A minha turma de faculdade gostava tanto de História da Arte e da Arquitetura que nossa professora da Disciplina, Edilene Valério, foi nossa patronesse na colação de grau.

No caminho da minha vida, tive a oportunidade de lecionar, desde o ano de 2013, as Disciplinas relacionadas à História e Teoria da Arquitetura e da Cidade no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (*Campus Videira*), e sigo trilhando minha história como professora institucional dessas Disciplinas para todos os *Campi* da Unoesc desde o ano de 2020.

É certo que não é só o aluno que aprende. Como professora, aprendi muito com meus alunos, com quem eu passei um bom tempo durante suas graduações. No início da minha docência, passava trabalhos muito teóricos, com análises de obras arquitetônicas europeias, que é o que comumente encontramos na literatura acerca da arquitetura mundial, mas aquilo me pareceu muito distante da realidade e das possibilidades de enriquecimento do conhecimento dos meus alunos.

Não há nada como poder vivenciar uma obra de arquitetura, poder vê-la em diversas horas do dia e como o sol muda sua fisionomia com as diferenças de luz, sombra e texturas sobre as superfícies. Poder adentrar a edificação e sentir se é fresco ou abafado, sentir os cheiros e a reverberação do som. Entender como e por quem aquela obra foi construída, qual era a disponibilidade de matéria-prima e mão-de-obra naquela região e época.

Todos esses elementos criam laços de encanto, compreensão e conhecimento em seus visitantes. Afinal, não é exatamente isso que fazemos ao viajar a turismo para algum local? Buscamos visitar igrejas, museus, óperas, parques, praças, entre tantos outros, para compreender melhor a história que ali passou. Por meio dessas obras, conseguimos entender como a sociedade vivia, quais eram os fatores sociais, políticos e econômicos determinantes de uma época e que resultaram em obras de arquitetura, urbanismo, pintura, escultura e demais artes.

Em minhas diversas viagens pelo mundo e com a convivência com meus alunos, pude compreender que precisava levá-los para conhecer a arquitetura local que estava próxima a eles e que representava, muitas vezes, a história da comunidade de seus antepassados.

As visitas iniciaram como uma proposta de trabalho em uma das Disciplinas de História e Teoria da Arquitetura e da Cidade que lecionava. A orientação era para que os acadêmicos gerassem um relatório analisando uma obra arquitetônica de sua cidade de residência, que representasse um foco de interesse da sociedade local e que apresentasse características arquitetônicas estudadas durante o semestre. O engajamento e aprendizado foram tantos que o coordenador do Curso, no *Campus Videira*, professor Jeferson Eduardo Suckow, comentou após uma viagem à cidade histórica de Laguna (SC), que nossos acadêmicos chegaram a corrigir e ensinar história aos guias turísticos locais. Tudo isso me enche de orgulho dos meus alunos! Enfim estava conseguindo com que eles tivessem interesse e aprofundamento no assunto.

Com o passar do tempo e meu ingresso no Mestrado, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, comecei a escrever artigos científicos sobre o tema e isso passou a ser do interesse dos meus alunos também. Então, houve um momento que o perfil dos estudantes mudou. Minhas primeiras turmas gostavam mais do caráter prático da visita e do relatório, mas começaram a surgir turmas que buscavam eventos para participar, como simpósios e congressos, e quando percebi, foram meus alunos que começaram a me procurar para realizar a orientação de seus trabalhos destinados a publicações científicas.

E é dessa história que este livro trata, uma coletânea dos resultados que conseguimos produzir e publicar até o momento sobre a arquitetura em Santa Catarina, majoritariamente, mas não somente, no Vale do Contestado. Esses são trabalhos que desenvolvi com meus alunos e, alguns, com minhas estimadas colegas professoras, Francine Kaviski e Inara Pagnussat Camara.

Espero que seja uma boa leitura e que instigue você a passear por esses locais cheios de história.

Agradeço especialmente ao meu marido, Marcel Pelissaro, e aos meus pais, Cecília e Carlos Biasi, que compreendem minha paixão pela docência e que muitas vezes doam o tempo que teriam comigo.

Agradecimento especial à minha aluna Lara Lima Felisberto, meu braço direito em diversas pesquisas e elaborações de projetos.

CAPÍTULO 1

RESGATE HISTÓRICO: A ARQUITETURA FERROVIÁRIA EM VIDEIRA – SC¹

Juliana Aparecida Biasi

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br

Ana Carolina Rechia

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: anacarolinarechia@hotmail.com

Jocileia Peretti

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: joci.peretti@hotmail.com

Francine Kaviski

Centro Universitário de Maringá.

E-mail: francine.kaviski@gmail.com

INTRODUÇÃO

Localizada no Meio-Oeste do estado de Santa Catarina, a Vila do Rio das Pedras foi criada em 12 de abril de 1927, com a colonização de imigrantes vindos, principalmente, da Alemanha e da Itália. Em 1921, alterou seu nome para Perdizes e, no ano de 1944, teve sua instalação oficializada sob o nome de Videira, referindo-se ao fato de ser um grande centro vitivinicultor do estado na época (SANTA CATARINA, 2013).

¹ Publicado originalmente em: Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, v. 7, n. 2, p. 161-180, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2018.v7i2.3170>.

A história e a formação dessa cidade estão estreitamente ligadas à construção da ferrovia Linha Sul da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, obra que a partir de 07 de setembro de 1907 movimentou a região que hoje corresponde ao Meio-Oeste catarinense (ESPIG, 2012). A localização da estação de trem foi um dos fatores para a grande procura por terras na região. Conforme Scapin (1997, p. 82), “a direção da estrada de ferro, que foi construída pelos Americanos, deu à cidade condições de um progresso especial, pois este trecho está exatamente no centro entre os estados do Paraná e Rio Grande do Sul.”

As edificações localizadas ao longo da Rua Nicolau Cavon em Videira (SC), enquadram-se na definição da Carta de Nizhny Tagil (2003), elaborada pelo Comitê Internacional de Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH INTERNACIONAL, 2003) que define que o patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Incluem-se, nessa definição, edifícios, maquinários, fábricas, oficinas, armazéns, meios de transporte, entre todas as outras estruturas e infraestruturas onde um dia já foram desenvolvidas atividades ligadas à indústria.

Kühl (2009, p. 34), ainda argumenta:

[...] A produção arquitetônica resultante do processo de industrialização é comumente denominada “arquitetura industrial”, seja ela relacionada ou não com um edifício destinado à atividade produtiva. Refere-se, pois, a edifícios pré-fabricados ou àqueles destinados ao funcionamento de meios de transporte etc.

Portanto, as edificações que foram construídas em função da estrada de ferro, que ligaria os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – que teve sua construção iniciada em 1889, fazem parte do patrimônio industrial local. Prochnow (2014, p. 12-13) relata ainda quanto à patrimonialização de bens relacionadas às ferrovias:

A patrimonialização dos bens ferroviários partiu da admissão de que a memória ferroviária equivalia ao patrimônio ferroviário e, assim, que o patrimônio ferroviário era a própria memória ferroviária, um valor intrínseco e imanente. Nesse contexto, foi criada dentro do Departamento de Patrimônio Material do Iphan – DEPAM – a Coordenação Técnica do Patrimônio Ferroviário – CTPF –, responsável por normatizar a ação de patrimonialização e valorar os pedidos de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário – LPCF – através da Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural Ferroviário – CAPCF. Dessa forma, o Conselho Consultivo do Iphan não participou da valoração desses bens, a não ser em casos de pedidos de tombamento.

Edificações são partes da história e do patrimônio cultural de uma sociedade, são como uma âncora que situa o indivíduo em uma determinada estrutura concretizando uma identidade enraizada (FEIBER, 2008). A arte, e nela inclusa a arquitetura, é a manifestação do conhecimento primordial da humanidade que marca sua presença por meio de suas obras e criações, as quais transmitem as ideias e princípios de uma sociedade.

METODOLOGIA

O presente artigo, que possui caráter qualitativo e exploratório, foi elaborado a partir de pesquisas realizadas pelas autoras em livros, artigos e sites especializados no assunto abordado. Para Gil (2008, p. 44), as pesquisas exploratórias “habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. [...] Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.” Além disso, como forma de trazer ainda mais veracidade ao referido artigo, foram realizadas entrevistas com personalidades videirenses que puderam complementar o conhecimento adquirido mediante suas vivências. A análise do estado atual das edificações citadas foi efetuada com base em fotografias antigas obtidas por meio de acervos pessoais de

antigos moradores da cidade e por meio de registros atualizados pelas próprias autoras *in loco*.

A FERROVIA EM VIDEIRA

A região do Meio-Oeste catarinense teve o início de seu desenvolvimento graças ao advento da construção da estrada de ferro. A ferrovia manteve-se à margem esquerda do Rio do Peixe, que atravessa a região e proporciona grande parte de seu sustento. Devido ao conflito que existia entre as províncias do Paraná e de Santa Catarina, pela administração das terras da região Oeste do estado catarinense, houveram conflitos que desencadearam a Guerra do Contestado (MERLO, 2008). A estação da então Rio das Pedras (atual Videira) foi erguida ainda em 1909, no entanto, foi apenas no dia primeiro de maio de 1910 que o tráfego até a cidade vizinha, Pinheiro Preto, foi inaugurado.

Com o objetivo de finalizar os trechos da ferrovia, considerada estratégica pelo Governo Federal, a Brazil Railway Company (Companhia Ferroviária Brasileira) responsável por sua construção, sob o comando do engenheiro Achilles Stenghel, passou a contratar trabalhadores em massa que eram divididos em cargos – os taifeiros e turmeiros. O empreendimento, que já somava mais de 15 anos, transformou-se então em um grande canteiro de obras com homens que revezavam a execução de diversos tipos de trabalho.

Para Espig (2012), os trabalhos na linha férrea podem ser classificados em 3 fases distintas.

Primeiramente um momento de dificuldades, no qual a construção, por uma série de motivos, evoluiu muito lentamente. Esta fase vai de 1899 a 1908, e envolve a construção de um trecho relativamente pequeno do tronco principal Sul. A segunda fase inicia-se com a nomeação de Stenghel para os trabalhos, que começam a evoluir de maneira

surpreendentemente rápida. Este é o auge da construção, com a entrada em cena de milhares de turmeiros, e vai até janeiro de 1910. O terceiro momento é marcado pela diminuição progressiva do número de trabalhadores e sua retirada da região, e encerra-se com a chegada da linha às barrancas do Rio Uruguai e com a construção da ponte provisória sobre este (dezembro de 1910).

Para o fornecimento de suprimentos aos trabalhadores, que naquela época totalizavam cerca de 5.500 homens, foram construídos “12 grandes armazéns em pontos estratégicos ao longo da ferrovia.” (SCAPIN, 1997, p. 33). Entre eles estava o de Rio das Pedras, contribuindo de forma direta para o desenvolvimento da comunidade que, posteriormente, tornar-se-ia a cidade de Videira. Perto da conclusão da obra, acredita-se que cerca de 8 mil homens trabalhavam na estrada de ferro. Dentre eles, em sua pesquisa, Espig (2012) pode constatar a presença significativa de imigrantes presentes na construção. O trabalho deles era realizado em períodos sazonais, geralmente entre safras quando estes se deslocavam até a estrada de ferro com o objetivo de obter ganhos extras.

Conforme Goularti Filho (2002), mesmo com a presença de índios e caboclos que praticavam a agricultura e pecuária, foi com a construção da estrada de ferro e com a definição de lotes, realizados pela companhia colonizadora, que a região passou a ser povoada, em prol do capitalismo, uma vez que até então, o povoamento era disperso em meio ao território e pouco monetizado. Na região, o processo de ocupação concentrou-se a partir da decisão da companhia responsável pela ferrovia de construir uma de suas “Residências” no Vale de Rio das Pedras. Essas Residências eram verdadeiros centros de comando que gerenciavam toda a construção, sendo de sua responsabilidade o reconhecimento, limpeza e implantação de estruturas no terreno, que foram iniciadas em 1908 e finalizadas em março de 1909. Naquela época, a configuração da cidade ainda era totalmente diferente dos traços apresentados atualmente.

A estrutura implantada em Rio das Pedras incluía [...]: construção de pequenas casas, grandes alojamentos para pernoite, galpões refeitório, galpões para guardar as ferramentas (enxadas, pás, picaretas, machados, serras, carrinhos-de-mão, alavancas e rastéis de ferro, etc); local onde eram precariamente atendidos doentes ou mesmo os acidentados durante os trabalhos; armazém para abastecer os empregados, fábrica de caixões uma vez que a Companhia cobrava até mesmo para enterrar seus trabalhadores, alojamento para os integrantes da equipe de comando, escritório do engenheiro residente, Igreja, cemitério e salão de baile no estilo “saloon”. (SCAPIN, 1997, p. 52).

Para Galvão Júnior (2006), arquiteto do Iphan, o patrimônio ferroviário compõe um dos fenômenos históricos fundadores da modernidade no Brasil.

Uma modernidade representada nas novas relações de trabalho, de produção, de transporte que geraram situações que demandavam organização laboral e social, necessidade de moradia, de regras sociais, de uma nova gestão do espaço urbano. Isso incidia, claramente, na arquitetura e na urbanização das cidades nascentes. Nessa perspectiva, seu valor está na fundação de cidades e na constituição de sua forma, indicando a direção que deveria seguir, ao longo de suas estradas de ferro, orientada por rios ou pelo mar, onde estavam os portos por onde escoaria a produção (PROCHNOW, 2014).

Ainda conforme Scapin (1997, p. 53) “a então Terceira Residência manteve esta estrutura até o final de 1910, mesmo depois de ter sido inaugurada a Estação Rio das Pedras no dia 1º de maio de 1910. As construções começaram a ser demolidas em fevereiro de 1911.” A implantação deste centro de comando e da estação na localidade tornou-a estrategicamente importante, passando a ser relevante a nível regional uma vez que acabou por abrir caminhos para a colonização de pioneiros e desbravadores.

É possível identificar a diferença da malha urbana antes e depois de 1910, graças ao relato de Manoel Roque dos Santos, colaborador da Brazil Railway Company na época. Após concluir seu trabalho na ferrovia, Manoel acabou se estabelecendo na região. Conforme Manuel:

Aqui só tinha carreiros de caça e mato, não se conhecia sequer um metro de estrada e eu fiz alguns quilômetros. Cheguei aqui a 9 de abril de 1908, jovem de vinte um e meio. Só encontrei caça e mato virgem. Como estrangeiro de além-mar fui o primeiro desbravador deste lugar. (SCAPIN, 1997, p. 58).

A inauguração da ferrovia deu início ao grande ciclo de colonização da região em que Videira está inserida com a “vinda de centenas de famílias procedentes dos mais diferentes pontos do solo pátrio e, ainda, de pessoas que deixando a longínqua terra mãe, optaram por viver neste chão.” (SCAPIN, 1997, p. 58).

A fim de legalizar a compra e venda de lotes na nova comunidade, a ação da Brazil Development e Colonization Company¹ de demarcação de terras que pertenceriam à Companhia Ferroviária fez com que estes percebessem que grande parte dos terrenos já eram de posse de grandes fazendeiros e pessoas influentes que, ainda em 1889, previram o quanto as áreas próximas à ferrovia seriam valorizadas e atingiriam excelente preço.

Em pouco tempo a estação da Estrada de Ferro tornou-se pequena para receber tantas pessoas, homens, mulheres e crianças que diariamente desembarcavam. Cada vez que o trem se fazia anunciar através dos apitos estridentes, prenunciava também a chegada de novos colonos. [...]. A grande maioria se estabeleceu na margem esquerda do Rio do Peixe, alguns permaneceram na vila enquanto que outros, tendo comprado terras no interior para lá se dirigiram, abrindo com facções a trilha de acesso às propriedades que haviam adquirido. (SCAPIN, 1997, p. 73).

A partir desse fato, se faz claro que a ferrovia contribuiu de forma direta no desenvolvimento da região. “Em 1935, um jovem de Stuttgart

publicou um texto” (SCAPIN, 1997, p. 82) descrevendo a então Rio das Pedras e atual Videira que naquela época já contava com duas grandes lojas que vendiam de tudo, hotéis, casas para trabalhadores, farmácias, uma pequena igreja católica e ao lado dela a casa paroquial e mais algumas residências. No centro da vila, localizava-se uma pequena escola de irmãs franciscanas e próximos à Estação Ferroviária, um bar, um barbeiro, um alfaiate e uma casa de banhos. O autor ainda demonstra sua surpresa já que em um período de 10 anos, mais de 400 casas e construções teriam sido erguidas. Para ele, tudo isso mostrava sinais de progresso.

A VILA SE TRANSFORMA EM CIDADE

As construções que se concentravam às margens do maior e mais eficiente meio de transporte da época, a ferrovia, possuíam particularidades que as distinguem das demais. Com o tempo, as terras do Meio-Oeste catarinense tornaram-se atrativas especialmente pela extração de madeira em abundância e terras disponíveis, como descrito por Goularti Filho (2009, p. 104):

Nas províncias do Paraná e Santa Catarina, destacavam-se duas mercadorias dentro do padrão de acumulação agrário mercantil exportador, a erva-mate e a madeira. Ambas eram exploradas de forma artesanal e necessitavam de estrutura de transporte para serem escoadas para os portos.

Assim sendo, muitos dos trabalhadores da estrada de ferro acabaram por se fixar na região.

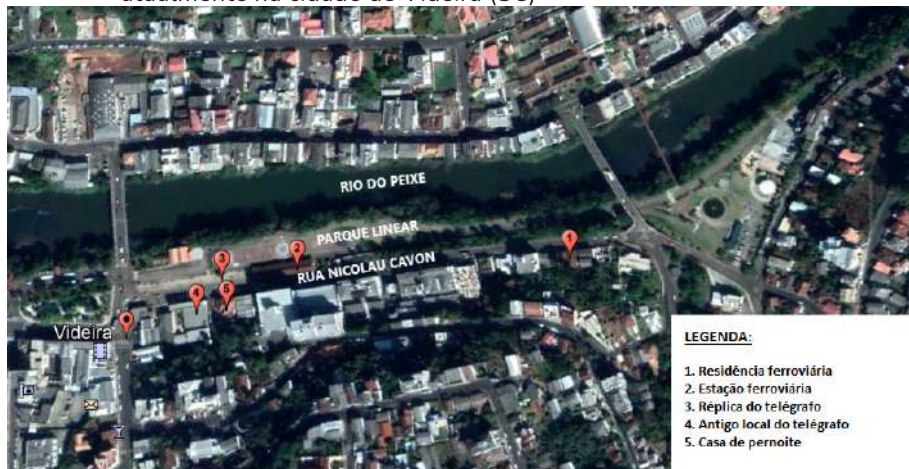
Em entrevista realizada com a historiadora e autora do Livro “Videira nos Caminhos de sua História”, Alzira Scapin, relata as diversas funções da ferrovia. O trem naquela época era o mais eficiente meio de transporte, e

conforme Alzira, também o único meio de escoamento de produtos. “Tudo o que se produzia era transportado por meio da ferrovia.” (SCAPIN, 2018). A estrada contribuiu não apenas com o transporte de carga e descarga, mas também na locomoção de passageiros. Em entrevista realizada com um antigo morador da cidade, nascido em uma comunidade próxima à Videira em 1947, Padre Deolino Pedro Baldissera (2018) relatou que utilizou o trem para chegar à cidade de São Paulo durante sua formação, havia três tipos de linhas: o direto, o qual levava apenas passageiros nos horários matutino e vespertino, sendo que cada viagem possuía um destino - Rio Grande do Sul ou São Paulo; o misto, que compreendia além do transporte de passageiros, vagões de carga, este por sua vez, possuía apenas um horário o que o tornava a opção mais popular e mais utilizada em viagens curtas devido ao seu baixo custo em relação à linha direta e o trem de carga, que transportava apenas mercadorias (podendo ser tanto animais quanto produção agrícola). Havia também o trem internacional, que passava sem horário específico, vindo da Argentina em direção à São Paulo.

Tudo na cidade se relacionava ao trem. O passeio das famílias era na estação, o apito da fábrica da Perdigão (atual BR Foods) e o apito do trem marcavam muitas coisas: a hora de começar o almoço, hora de ir pra fábrica, hora da criança se arrumar pra ir pra escola. Quando tinha o trem internacional, as pessoas vestiam suas melhores roupas para ir ver quem chegava – “era como se fosse o Oscar” (SCAPIN, 2018).

Os principais elementos arquitetônicos (Figura 1) relacionados à ferrovia que se tem conhecimento e serão analisados neste artigo são: a estação ferroviária; uma moradia dos ferroviários; a casa de pernoite dos funcionários; o telégrafo e sua réplica e os galpões de abastecimento (estes últimos já inexistentes).

Figura 1 - Mapa dos principais elementos arquitetônicos ferroviários existentes atualmente na cidade de Videira (SC)



Fonte: adaptada do Google Maps (2018).

Na estação, realizavam-se os embarques e desembarques. Como descrito por Padre Deolino (BALDISSERA, 2018), ela era um verdadeiro ponto de encontro, onde os parentes recepcionavam ou se despediam de familiares, onde visitantes, equipamentos e mercadorias chegavam. Vale ressaltar que as mercadorias produzidas nas terras pertencentes à região do Alto Vale do Rio do Peixe eram rapidamente transportadas para São Paulo e Rio de Janeiro, pelos trilhos da EFSPRG (MERLO, 2008). Internamente, além da bilheteria, havia ainda um espaço comercial destinado a servir refeições e bebidas aos usuários. Conforme descrito por Scapin (2018), próximo à estação, encontrava-se uma belíssima fonte, uma espécie de cachoeira, onde os viajantes podiam servir-se de água fresca.

As edificações à beira dos trilhos, na então conhecida Rua Beira Rio (atual Rua Nicolau Cavon), eram especialmente construídas e destinadas aos funcionários da ferrovia, além de atender a demanda que os trens e a própria ferrovia exigiam. Conforme relato do Padre Deolino (BALDISSERA, 2018), próximo aos trilhos existiam ainda galpões de reabastecimento das locomotivas movidas a vapor que armazenavam água e madeira. Ademais,

as construções localizadas próximas à ferrovia eram as residências e centros administrativos da companhia responsável, edificações construídas linearmente e paralelas à passagem do trem, em sua maioria utilizadas por colaboradores e empregados da estrada de ferro - cada uma dessas moradias se diferenciava entre si, de acordo com o grau hierárquico que seu usuário desempenhava na ferrovia.

A Casa do Telégrafo, com sua icônica estrutura, situava-se próxima à Estação Ferroviária. Juntas, as duas edificações faziam parte do ponto mais importante da cidade - ali se concentrava o transporte e a comunicação da localidade. “O telégrafo não era utilizado apenas pela ferrovia, se você precisasse mandar ou receber algo eles permitiam.” (SCAPIN, 2018). A importância destes marcos históricos devia-se não exclusivamente ao fato de serem construções que exerceram impacto econômico e administrativo na cidade.

[...] qualquer obra arquitetônica, não importa a técnica utilizada em sua feitura, relaciona-se com o espaço e com a sociedade em que estava inserida, é elemento participante das transformações ali ocorridas ao longo do tempo, por vezes provocando mudanças profundas, e é parte integrante da percepção de uma dada realidade. O que importa não é unicamente a lógica do objeto em si, mas como esse objeto insere-se e é apreendido numa dada realidade – historicamente estratificada – física, cultural, social, cultural, etc. (KÜHL, 2010, p. 29).

Outras edificações importantes advindas desse período, relacionadas à estrada de ferro, encontravam-se na chamada Rua do Comércio (atual Rua Saul Brandalise), e ainda conforme relato de Padre Deolino (BALDISSERA, 2018), era onde as famílias encontravam todas as mercadorias necessárias à sua sobrevivência, desde grãos e alimentos até tecidos e ferramentas. Tudo passava pelo trem – o que era produzido na comunidade, vendia-se para outros centros e o que ali não se produzia, era trazido por ele até a população. Naquele local, todos se conheciam e se encontravam.

A ARQUITETURA FERROVIÁRIA EM VIDEIRA NA ATUALIDADE

Com o passar dos anos, mesmo com seu papel fundamental na colonização e desenvolvimento da cidade, o trem e seu legado têm sido ignorados.

A diminuição da utilização do comboio, como principal forma de mobilidade, e a falta de atratividade na sua competitividade refletiu-se no encerramento sucessivo de linhas e abandono das infraestruturas a ele associadas. Este panorama levou a repensar o destino destes bens. (HAGATONG, 2014, p. 106).

A atual Rua Nicolau Cavon, que antigamente possuía a função de suprir as necessidades da ferrovia, hoje não se relaciona mais com ela. Diferentemente de sua fundação, quando sua finalidade era essencialmente residencial e administrativa, hoje é quase que inteiramente comercial. As então estradas de terra, agora, encontram-se pavimentadas e grande parte das edificações utilizadas por ferroviários já não existem mais. Restaram apenas dois exemplares das residências – um deles abriga um depósito de uma loja de materiais de construção e o outro uma loja de confecções.

Os elementos arquitetônicos originais destas edificações não possuem devido registro, o que torna sua análise, em relação ao seu estado atual, imprecisa. A Carta de Nizhny Tagil (2003), já citada anteriormente, ressalta a importância da identificação, do inventário e da investigação dos patrimônios industriais. Segundo ela, “todas as coletividades territoriais devem identificar, inventariar e proteger os vestígios industriais que pretendem preservar para as gerações futuras.” (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003). O que se pode afirmar realmente é que, além da mudança de finalidade, estas edificações foram submetidas a reformas e adaptações, descaracterizando-as no decorrer do tempo, como pode ser visto na Figura 2, uma antiga residência que teve suas janelas frontais removidas no ano de 2017 para dar espaço a vitrines de uma loja de confecções.

Figura 2 - As modificações da fachada de uma antiga residência ferroviária (a) existente na atual Rua Nicolau Cavon utilizada como comércio de confecções (b)

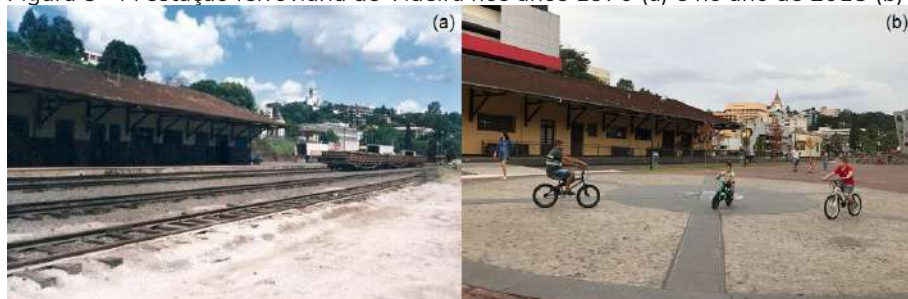


Fonte: (a) adaptada com base do acervo pessoal de Antônio Carlos Rebellato (2010); e (b) as autoras (2018).

Tal como na arquitetura ferroviária europeia, os modelos implantados seguiram padrões com desenhos repetitivos e pré-fabricados após a I Guerra Mundial (GLANCEY, 2013). A residência da Figura 2 (a) tem sua planta elevada pelos alicerces, o que implica a presença de uma escada de poucos degraus para dar acesso à entrada principal. Sua fachada simétrica possui em seu centro uma varanda coberta com acesso à residência feito por portas duplas ladeadas de duas janelas laterais. Os panos do telhado, cobertos com telhas cerâmicas, dividem-se em várias águas que preservam sua simetria e deixam dois oitões trapezoidais aparentes na elevação frontal. A simplicidade decorativa da arquitetura se dá por meio dos requadros, presentes nas quinas e oitões, e requadros acima das janelas, que formam delicados capuzes coroados as mesmas. Também são notados a criação de almofadas presentes nos parapeitos da varanda, um friso liso abaixo das pingadeiras, os brasões da Companhia Ferroviária fixados nos dois frontões da fachada principal, a porta principal almofadada em madeira, com janelas à meia altura e bandeira fixa de madeira e vidro, janelas em madeira e vidro com duas folhas de abrir divididas por mainéis em seis seções e uma bandeira fixa dividida em duas seções.

A estação ferroviária, por sua vez, passou por diferentes períodos e mudanças. Esta, inicialmente, localizava-se a Oeste dos trilhos do trem durante um período indeterminado, foi mais tarde realocada para o lado leste da linha férrea onde se encontra hoje. Atualmente, a edificação tem seu uso modificado, é utilizada para abrigar um restaurante e duas lojas de produtos artesanais do município, que fazem parte de rotas turísticas da região e que tem por finalidade a divulgação da cultura videirense (Figura 3).

Figura 3 - A estação ferroviária de Videira nos anos 1970 (a) e no ano de 2018 (b)



Fonte: (a) adaptada do acervo pessoal de Antônio Carlos Rebellato (1970); e (b) as autoras (2018).

Conforme análises fotográficas, nota-se que a estrutura da construção permanece relativamente a mesma – infraestrutura em concreto, fechamento de tijolos de alvenaria, cobertura com estrutura em madeira, com treliças aparentes na plataforma de embarque, telhas cerâmicas e pintura em tons de amarelo-claro com detalhes de madeira aparente. Internamente passou por reformas de modo a adequar a estrutura ao seu novo uso. Na linha férrea, foi implantado o Parque Linear do Rio do Peixe no ano de 2016, com o objetivo de dar novo uso, de lazer à população, a um espaço ocioso e marginalizado.

O telégrafo (Figura 4), descrito por Alzira Scapin (2018), servia como o principal meio de comunicação da população ali residente entre os anos 20 a 50. Hoje, este já não se encontra em seu local de origem que era ao lado da residência para pernoite dos funcionários da Companhia Ferroviária.

Uma réplica foi construída em 2004, pela Prefeitura Municipal de Videira, e posicionada em frente ao seu antigo espaço, próximo à estação. Porém, a nova construção não possui o mesmo valor histórico e sentimental do original. Para a moradora Alzira, apesar de seu valor estético, a nova Casa do Telégrafo não pode ser comparada em valor ao seu original. A partir do ano de construção da réplica até o ano de 2016, a cópia do telégrafo foi utilizada como centro de comando da Polícia Militar. Atualmente, o edifício abriga o CAT (Centro de Atendimento ao Turista).

Figura 4 - A Casa do Telégrafo original (a) e sua réplica (b)



Fonte: (a) adaptada do acervo pessoal de Antônio Carlos Rebellato (1994); e (b) as autoras (2018).

Com fachada e planta simétricas, a edificação apresenta duas laterais com formato de ferradura e o corpo de entrada central com planta que adapta uma forma retangular e outra oval formando uma fachada convexa remetendo ao estilo Art Nouveau, com linhas mais orgânicas. A decoração das fachadas foi realizada com requadros no contorno das portas de madeira e das janelas de ferro. Um óculo, foi locado na platibanda do corpo que demarca a frente do

edifício, esse mesmo corpo foi coroado com uma pirâmide escalonada onde esteve fixada a antena do telégrafo. Ainda existia um friso que enquadrava as duas janelas centrais da fachada principal, de forma retangular, e seguia em forma de ferradura para enquadrar o óculo na platibanda.

Ao ser comparado o edifício original à sua réplica, é possível verificar a diferença de proporção entre eles, principalmente no que tange à altura do edifício. O espaçamento entre as janelas nas laterais do edifício também foi reduzido e o friso, que antes enquadrava as janelas e o óculo, passou a enquadrar somente o segundo, obtendo um formato de ferradura menos elaborado.

Os galpões (Figura 5), bem como outras edificações destinadas à manutenção da ferrovia e do trem, que se encontravam nessa região, foram extintos. Hoje não há vestígios de suas localizações exatas, apenas a lembrança de algumas pessoas que naquela época viveram e de filhos que ouviam as histórias de seus pais e repassam à comunidade por meio de conversas e relatos.

Figura 5 - Antigo depósito ferroviário da cidade de Videira, construído em madeira



Fonte: adaptada do acervo pessoal de Antônio Carlos Rebellato (1940).

Na seção do documento elaborado pela Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003) que trata especificamente a respeito da manutenção e conservação do patrimônio industrial, lê-se:

A conservação in situ deve considerar-se sempre como prioritária. O desmantelamento e o deslocamento de um edifício ou de uma estrutura só serão aceitáveis se a sua destruição for exigida por imperiosas necessidades sociais ou econômicas. A adaptação de um sítio industrial a uma nova utilização como forma de se assegurar a sua conservação é em geral aceitável salvo no caso de sítios com uma particular importância histórica. As novas utilizações devem respeitar o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção, sendo tanto quanto possível compatíveis com a sua anterior utilização. É recomendável uma adaptação que evoque a sua antiga atividade. (TICCIH INTERNACIONAL, 2003).

As antigas construções deram espaço a edifícios novos com infraestrutura e materiais diferentes dos empregados na época, quando se utilizava principalmente a madeira, legado da colonização italiana daquela margem do rio e a alvenaria de tijolos maciços ou de dois ou quatro furos. Hoje, são, quase que em sua totalidade, em alvenaria, em prol de atender à demanda a qual necessita a população. Assim como as edificações, a pavimentação das ruas também recebeu um novo tratamento, já que anteriormente atendia quase que exclusivamente carroças e animais de carga. Atualmente, é asfaltada e conta com um sentido de mão única a fim de garantir o tráfego seguro dos veículos automotores, bem como motocicletas e pedestres que por aquele espaço circulam.

A tradição das famílias de se deslocarem em direção à estação do trem, em busca de lazer e como forma de ponto de encontro entre familiares e amigos, ainda é realizado à beira do Rio do Peixe - mesmo após a passagem dos anos e a evolução das cidades e tecnologias, esse hábito continua presente no local. A fim de garantir maior conforto e adequação do espaço, os trilhos do trem deram lugar ao Parque Linear Rio do Peixe, projeto realizado e

implantado pela Prefeitura Municipal. Espaço que promove a interação social e revitalização urbana da região, porém sem alguma alusão às atividades anteriormente realizadas naquele local. O único tributo existente nesta rua é um paredão esculpido abaixo da antiga casa de pernoite dos ferroviários, ainda remanescente. Localiza-se em frente à réplica da Casa do Telégrafo e, apesar de possuir boas intenções ao trazer elementos culturais que foram marcantes no surgimento da cidade de Videira, pouco se valoriza esta obra, que se tornou um mero elemento em meio à malha urbana e que passa completamente despercebido a maior parte da população, fato devido também à sua localização, com grande desnível acima da Rua Nicolau Cavon (Figura 6).

Figura 6 - A Casa de pernoite aos funcionários da ferrovia com fachadas preservadas atualmente



Fonte: (a) adaptada do acervo pessoal de Antônio Carlos Rebellato (1994); e (b) as autoras (2018).

A construção ainda mantém grande parte de suas características arquitetônicas externas, com um telhado de quatro águas, alicerces que elevam o edifício, porta de entrada central com portas duplas em madeira e vidro, tal qual foi a descrita na primeira residência desse artigo, um friso

reto, decorativo – localizado acima das aberturas que se estende por todas as fachadas – e o brasão de identificação que o edifício era pertencente à Companhia Ferroviária. De modificações, nota-se a alteração da cor do friso e das aberturas, assim como a substituição das janelas.

Quando indagada sobre sua opinião sobre a preservação dos bens históricos do município, Alzira Scapin aponta:

A única coisa que temos preservada e está muito bem cuidada é o Museu do Vinho. E ele existe pois antes dele existia uma ferrovia e pessoas que desenvolveram o distrito e depois o município. Hoje o que nós temos referente a ferrovia é a réplica do telégrafo e a casa em frente dele, que é original da época. Toda a rua Nicolau Caven era dos funcionários da ferrovia – os escritórios de administração, e as residências dos funcionários mais graduados e que possuíam arquitetura diferente – eram construções muito bonitas e apresentáveis. A casa dos funcionários não tão importantes também ali se situavam. Era realmente maravilhoso andar por aquela rua, você era levado a outro espaço devido às construções que ali existiam. E o telégrafo era simplesmente maravilhoso, uma obra prima. Sempre digo que o telégrafo era a construção mais bonita que Videira já teve, com o advento dessa nova estação (a atual já é a segunda). “Pro lado de cima” tinha uma vertente de água que era simplesmente maravilhosa. As pessoas desciam do trem e iam até a vertente tomar água. Tudo isso devia ter sido preservado, mas não existe essa preocupação, de deixar pro teu descendente como era a cidade antes. A cidade se desenvolveu por causa da ferrovia. (SCAPIN, 2018).

A falta de cuidado e preocupação por parte das autoridades responsáveis pela preservação do patrimônio da cidade é refletida nos rumos que ela tomou. Sua história, antes contada por edificações, há muito presentes em sua formação, hoje já não mais existem, e com muita dificuldade encontram-se registros daquela época. Muito do que foi vivido, além de fatos cruciais para a existência e formação do município, foi perdido. Esse despreparo não é exclusivo da cidade de Videira.

A preocupação com o legado do processo da industrialização, apesar de já aparecer no século XIX, tornou-se mais sistemática a partir dos anos 1960, catalisada, em especial, pela destruição de edifícios significativos – caso da Bolsa de Carvão e da Estação

Euston em Londres, no início dos anos 1960, e do Mercado Central de Paris, no início dos anos 1970 –, o que acabou por acirrar as discussões e promover iniciativas de preservação. (KÜHL, 2010, p. 24-25).

Scapin (2018) ainda ressalta: “hoje olho para os prédios da Nicolau Cavon com indiferença, me parece que estão no lugar errado – ali não é o lugar deles. Ali era um lugar de preservar.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo constatou que a arquitetura analisada se enquadra dentro dos conceitos de patrimônio industrial e cultural tendo em vista seu uso em outras épocas, como principal meio de transporte para passageiros e produtos advindos de outras regiões, o que foi de grande importância para a formação da cidade.

É facilmente notado que, com o passar dos anos, a ferrovia deixou de ter o caráter de principal meio de locomoção na região, seja de carga ou como meio de transporte a passageiros, o que ocasionou o abandono das edificações antes utilizadas e sua degradação devido à falta de manutenção. Com o passar dos anos e o crescimento da cidade, foi inevitável que as instalações, próximas ao centro da cidade, fossem adquiridas em leilões e posteriormente tivessem seu uso modificado. A maioria dos edifícios passou a ter caráter comercial, sendo demolidos para dar lugar a construções maiores, que abrigariam mais lojas, ou descaracterizados com a troca de elementos arquitetônicos.

Conforme argumenta Kühl (1998, p. 222):

[...] As rápidas transformações urbanas, sociais, econômicas e demográficas das últimas décadas têm levado ao desaparecimento de numerosos testemunhos do passado de diversos países. O patrimônio histórico que concerne à indústria é especialmente sensível por ocupar, geralmente, vastas áreas

em centros urbanos e sua obsolescência e falta de rentabilidade tornam bastante delicada a questão de sua preservação.

Khül (2009) também argumenta sobre as ligações indissolúveis ligadas às obras arquitetônicas de patrimônio industrial, como questões urbanas e, às vezes, territoriais. Por muitas vezes, estas obras ocupam grandes áreas centrais que sofrem com a especulação imobiliária e, por conta desses fatos, é “da maior relevância a inter-relação entre restauro e o planejamento urbano e territorial, e questões econômicas e políticas.” (KÜHL, 2009, p. 22).

O Poder Público, à época da aquisição destas edificações pelo poder privado, nada fez para impedir ou mediar as alterações e demolições ocorridas. A única edificação que se encontra em posse do poder público, e que é a que possui suas características mais bem preservadas, é a estação ferroviária que agrega novos usos sem agredir suas fachadas externas. O processo para a locação ocorre por meio de licitação e a Secretaria de Turismo de Videira é taxativa com os inquilinos, requerendo que as características externas não sejam alteradas.

Conclui-se por fim que a cidade é como um organismo vivo, e para que o uso de edifícios antigos consiga preservar sua história e integridade são necessários o interesse e ação do poder público junto ao privado e à comunidade. Todos estes atores têm papel fundamental nas ações tomadas para a preservação de bens regionais e locais, em um país de grandes territórios e pluralidades culturais, onde bens atendidos e protegidos pelos órgãos responsáveis muitas vezes não atendem às necessidades da sociedade local.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Deolino Pedro. Entrevista [abr. 2018]. Entrevistadora: Ana Carolina Rechia. Videira, 2018. 01 gravação (14 minutos). **Entrevista concedida para a elaboração do artigo:** Resgate Histórico: A Arquitetura Ferroviária em Videira-SC.

CARTA DE NIZHNY TAGIL. **The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)**. Tradução: APPI – Associação Portuguesa para Patrimônio Industrial. 2003. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2018.

ESPIG, Márcia Janete. A Construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1908 – 1910): mão de obra e migrações. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000200017>.

FEIBER, Silmara Dias. **O Lugar: Vivências e Significados**. Cascavel: ASSOESTE, 2008.

GALVÃO JUNIOR, José Leme. Patrimônio ferroviário na arquitetura e no urbanismo. **Revista Eletrônica do Iphan**. Dossiê Herança Industrial – IPHAN, n. 4, mar./abr. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos Técnicos de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas AS, 2008.

GLANCEY, Jonathan. **Guia Ilustrado Zahar Arquitetura**. 1. ed. Rio de Janeiro: Dorling Kindersley, 2013.

GOOGLE MAPS. Videira, SC. 2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Videira,+SC,+89560-000/@-27.0034316,-51.1557304,740m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94e14e48979cd46f:0xa8618b273152bbf0!8m2!3d-27.0052075!4d-51.154395>. Acesso em: 5 abr. 2018.

GOULARTI FILHO, Alcides. A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande na formação econômica regional em Santa Catarina. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 103-128, jul./dez. 2009.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HAGATONG, Ana Teresa Martins. Patrimônio Industrial Ferroviário - Uma Arquitectura em risco. **Revista Arquitectura Lusíada**, n. 5, p. 101-115, 2014.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial; FAPESP: Secretaria da Cultura, 1998. 436 p.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. **Arq. urb**, n. 3, p. 23-30, 2010.

KHÜL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2009. 436 p.

MERLO, Marlon Cunha. **O Transporte Ferroviário Brasileiro com destaque para o estado de Santa Catarina**. Itajaí: UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, 2008.

PROCHNOW, Lucas Neves. **O Iphan e o patrimônio ferroviário**: a memória ferroviária como instrumento de preservação. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

SCAPIN, Alzira. Entrevista [abr. 2018]. Entrevistadoras: Ana Carolina Rechia e Jociléia Peretti. Videira, 2018. 01 gravação (36 minutos). **Entrevista concedida para a elaboração do artigo**: Resgate Histórico: A Arquitetura Ferroviária em Videira-SC.

SCAPIN, Alzira. **Videira nos Caminhos de Sua História**. v. 1. Videira: Prefeitura, 1997.

SANTA CATARINA. **Guia Turístico Vale do Contestado**. 3. ed. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2013. 107p.

TICCIH INTERNACIONAL. **Carta De Nizhny Tagil Sobre O Patrimônio Industrial**. Tradução: TICCIH, Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.patrimonioidustrial.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29>. Acesso em: 9 abr. 2018.

CAPÍTULO 2

A RÉPLICA DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CAÇADOR: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA ARQUITETURA¹

Juliana Aparecida Biasi

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br

Lara Lima Felisberto

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: lalimafelisberto@gmail.com

Emily Luvizon

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: emily_luvizon@hotmail.com

Helena Pazin

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: helena26pazin@gmail.com

Stéfani Amanda Ansilheiro

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: amandaansilheiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

A cidade de Caçador, situada no Meio-Oeste catarinense, em uma região rica em madeiras nativas nobres, fez parte da Guerra do Contestado (1912-1916). Nesse conflito, milhares de sertanejos foram expulsos de suas terras

¹ Publicado originalmente em: 5% Arquitetura + Arte, São Paulo, ano 16, v. 01, n. 21, e175, p. 1-18, jan./jun. 2021.

pelas companhias norte-americanas que vieram ao Brasil para construir o trecho da ferrovia que passa na região Oeste de Santa Catarina. A estação ferroviária Rio Caçador, construída em madeira e inaugurada em 1910, foi a primeira da cidade e mostrou presença na memória e na história da guerra, seja levando madeira explorada na região, ou pelas vindas de oficiais para combater os caboclos.

O papel da implantação da ferrovia foi de relevante importância no desenrolar dos acontecimentos da Guerra do Contestado, visto que causou a expulsão dos caboclos e facilitou a chegada de imigrantes trabalhadores que, posteriormente, instalaram-se nas marginais dos trilhos e fixaram-se no território. Ela ilustra um resgate histórico como patrimônio material e imaterial, ao ser realizada uma réplica sua ampliada no ano de 1986, na cidade de Caçador, para abrigar o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado. Este estudo tem como objetivo a análise comparativa da arquitetura da estação ferroviária Rio Caçador, inaugurada no ano de 1910, e da atual, a fim de identificar similaridades e diferenças nas edificações.

DESENVOLVIMENTO

Dentre os conflitos armados que marcaram a história da região Sul do Brasil, está a Guerra do Contestado, conflagrada nos limites territoriais dos estados de Santa Catarina e Paraná, envolvendo seis municípios paranaenses — Rio Negro, Itaiópolis, Timbó, Três Barras, União da Vitória e Palmas — e cinco cidades catarinenses — Lages, Curitiba, Campos Novos, Canoinhas e Porto União (GUIA CATARINENSE, 2007).

Em Santa Catarina, na região envolvida no enfrentamento, encontra-se o Vale do Contestado que é composto por 62 municípios e possui população residente de 532.775 habitantes. O vale recebeu esse nome por ser o local onde ocorreu a batalha armada que tinha por objetivo contestar terras, que envolveu caboclos e forças federais (VALE DO CONTESTADO, 2021).

O maior investimento não foi feito nas regiões litorâneas do estado, mas sim no Meio-Oeste, buscando colonizar, valorizar e explorar as atividades agrárias da região, que possuía a economia baseada na extração da erva mate e madeira. Em 09 de novembro de 1889, o Decreto n. 10.432 autorizou a construção da ferrovia, partindo das margens do Rio Itararé (SP) até Santa Maria (RS), juntamente com seus ramais e a concessão de nove quilômetros de cada lado da ferrovia para exploração (BRASIL, 1889). Para o governo catarinense, a estrada de ferro auxiliaria na definição do território, pois parte das terras eram reivindicadas pela Argentina, com a qual foi firmado um acordo em 1895, em que as partes envolvidas assumiriam o compromisso de resolverem a questão de forma diplomática, caso contrário uma comissão seria aberta para resolver os limites controversos. Os dois países não conseguiram chegar a um acordo amigável, portanto, a arbitragem de resolução ficou sob responsabilidade do presidente dos Estados Unidos na época, Stephen Grover Cleveland, o qual deu ganho de causa e posse dos limites do território do atual Oeste de Paraná e Santa Catarina ao Brasil (KARPINSKI; MATIAUDA, 2017). O governo brasileiro teve de povoar a região e criar estruturas viáveis para manter as pessoas no local, condições necessárias para consolidar as fronteiras (GOULARTI FILHO, 2009).

No ano de 1904, período em que a companhia construtora enfrentava déficits, restava o trecho catarinense da ferrovia a ser concluído. As obras nesse trecho não tiveram início no prazo estipulado, coincidindo com a chegada do magnata norte-americano Percival Farquhar, que adquiriu 57% da malha ferroviária brasileira, incluindo a companhia responsável pela construção da linha São Paulo-Rio Grande do Sul. Sob um ultimato do governo de finalizar a obra no trecho catarinense, em um total de 347 km, dentro de três anos, foi concedida a extensão de nove quilômetros de cada lado da ferrovia para colonização. Essa parte foi concluída no prazo estipulado. Incluindo todos os ramais e linhas, a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul (Figura 1) totalizou 5.148 km. Neste meio tempo, Farquhar obteve duas fontes de

acumulação significativas: a madeira de araucária pronta para o corte e as terras já citadas para a colonização. Com intuito de explorar essa matéria-prima, construiu duas serrarias em Santa Catarina, uma na cidade de Calmon e outra em Três Barras (GOULARTI FILHO, 2009).

Figura 1 - Percurso da estrada ferroviária São Paulo-Rio Grande (EFSPRG)



Fonte: as autoras (2021).

Havia na região a presença dos índios Xokleng e Kaingang e pequenas fazendas de caboclos. A ferrovia que cortou o Vale do Rio do Peixe de Norte a Sul, junto a sua construtora, invadiu abruptamente as terras indígenas e expulsaram os habitantes do espaço, dando lugar a seus empreendimentos capitalistas. Os caboclos eram, geralmente, analfabetos e viviam da obtenção de suprimentos obtidos da agricultura e pesca para sobrevivência (BITTENCOURT, 2012).

Essa desapropriação fez os sertanejos utilizarem a religião para formar uma unidade grupal, na região do Contestado. A partir da metade do século XIX, surgem líderes religiosos que andavam pela região pregando,

aconselhando e receitando ervas. O mais expressivo desses monges foi José Maria, pois abdicava do luxo e conquistava as pessoas com seu modo de falar e curar (RAMILO, 2009). O início da revolta foi a união dos caboclos em torno do monge José Maria, o grupo fugiu para o estado do Paraná, no sertão de Palmas (Figura 2), a fim de fugir das perseguições por tropas catarinenses. Entretanto, foi em Irani (SC) (Figura 2), onde aconteceu o primeiro combate, resultando na morte do monge em 22 de outubro de 1912. Após um ano, alguns seguidores de José Maria se reuniram na localidade de Taquaraçu (Figura 2), aguardando a ressurreição do Monge para liderar o Exército Encantado de São Sebastião, formados por crentes do chamado mito sebastianista, que dizia que o rei D. Sebastião, desaparecido em 1599, retornaria. O constante crescimento desse reduto de fiéis incomodou os fazendeiros da localidade, ocasionando a primeira derrota contra o exército da polícia catarinense pelos fiéis habitantes do reduto, o que ocasionou o aumento da fama dessa população como rebeldes. Posteriormente, houve o registro de novas batalhas, o ano de 1915 foi marcado por intensos confrontos, acarretando na execução de muitos rebeldes (CARVALHO, 2009).

Figura 2 - Localização de Palmas, Irani e Taquaraçu, respectivamente



Fonte: elaborada com base em Abreu (2006).

Com o fim da Guerra do Contestado, a vitória estava com os colonizadores. Foi assinado o Acordo de Limites efetivando a colonização no Oeste e Meio-Oeste catarinense, fixando a atual configuração do território. Com o início do extrativismo, a madeira era a mercadoria mais transportada (BITTENCOURT, 2012).

A CIDADE DE CAÇADOR

A região denominada de Vale do Rio do Peixe abrange os municípios catarinenses Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira. Na porção denominada Alto do Vale do Rio do Peixe está localizada a cidade de Caçador, conhecida por ser destaque na produção de madeira e diversidade em etnias, culturas e costumes. Francisco Correa de Mello, foi um dos primeiros habitantes da região. Francisco tinha o hábito de lutar contra feras e índios por meio da caça, além de utilizá-la para garantir a sobrevivência de sua família. Por conta disso e da sua grande habilidade com a caçada, a cidade o homenageia sendo denominada Caçador. O município foi emancipado em 22 de fevereiro de 1934 e trouxe como resultado a alavancada do progresso e a triplicação no número de habitantes do povoado.

No texto “O Velho Caçador – Resumo Histórico da Formação do Município de Caçador até 1950”, Nilson Thomé comenta:

Os novos habitantes, na maioria descendentes de imigrantes alemães, italianos, poloneses e árabes, desenvolviam os mais diversos ramos da atividade, ligados à indústria, ao comércio, à prestação de serviços e à agricultura, mas sempre tendo por base a exploração da madeira, pinho e imbuia que cobriam todo o território, que veio a construir a maior fonte de riqueza da comunidade, a ponto de em 1948 Caçador ser declarado “o maior exportador de pinho da América do Sul”, tal a quantidade de madeira produzida. (THOMÉ, 2013).

Surgiu então, um novo polo microrregional, e logo foi ligado por estradas ferroviárias com acessos à Videira, Porto União e Curitiba. Durante as décadas de 1930 e 1940, a população viveu o progresso do ciclo da madeira considerado um marco referencial da evolução, atraindo famílias à

nova cidade, a chegada da empresa Primo Tedesco, com a fabricação de papel e reflorestamento, além da associação da família Faoro e Primo Tedesco em 1942, que forneceu força e luz a toda cidade.

A ESTAÇÃO

A Estação Ferroviária do município de Caçador, inaugurada em 5 de maio de 1910, foi consumida em um incêndio. Na década de 80, uma réplica ampliada desta edificação foi construída para abrigar o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado (Figura 3), que apresenta em seu acervo informações detalhadas sobre a Guerra do Contestado.

Figura 3 - Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado



Fonte: as autoras (2019).

A construção de uma estação ferroviária na cidade, em 1910, propiciou a chegada dos primeiros imigrantes; italianos antes fixados no Rio Grande do Sul, em busca de terras férteis e de baixo custo para aquisição. Porém, o processo de colonização foi interrompido pela ocorrência da Guerra do Contestado, que durante os anos de 1912 a 1916 ocasionou a morte de aproximadamente 20.000 pessoas.

Por volta de 1941, ocorreu o fatídico incêndio que acabou destruiu toda a antiga Estação Ferroviária. Em prol da preservação da sua memória, e da história de um povo e uma região, construiu-se a réplica ampliada que foi inaugurada em 1986, com o total de 460 m² de construção. A madeira era um dos materiais mais utilizados na época, geralmente proveniente da floresta atlântica e foi empregada na maior parte da construção da estação ferroviária, estando presente em toda a estrutura de seu telhado, fechamento de tábuas alinhadas nas paredes, esquadrias, forros, escada e pisos. As telhas da cobertura são as denominadas “telha cerâmica plana” ou também conhecida como “telhas rabo de castor” tipicamente empregadas em regiões da Alemanha.

No interior há o acervo, “Ferrovia do Contestado”, que apresenta peças da construção, e funcionamento da estrada de ferro na região do Vale do Contestado, além de informações e objetos que retratam um pouco da vida e história dos povos nativos, da colonização e da Guerra do Contestado.

Ao lado do museu, há uma plataforma datada de 1910, onde se encontra a maior peça do acervo ferroviário, uma locomotiva Mogul “Maria-Fumaça” (Figura 4), de fabricação de 1907, com dois vagões, um para passageiros e outro destinado ao funcionário responsável por receber pagamentos.

Figura 4 - Locomotiva Mogul “Maria-Fumaça”



Fonte: as autoras (2020).

RESULTADOS

Após análises de diversas fotografias da estação construída em 1910, estudos de referenciais teóricos e entrevista com o historiador Júlio Corrente, verificou-se que a obra original utilizou o método construtivo comumente empregado na época, a técnica conhecida como tabique, a qual compreende uma divisória feita com estrutura de vigas de madeira e revestimento de tábuas (COLIN, 2010).

As madeiras utilizadas foram de pinheiro araucária e imbuia, devido a sua fácil extração na região. “Composta de barrotes e vigas sobre os quais se pregavam as vedações – sistema de tábuas e ripas – os assoalhos e forros. As próprias telhas eram de madeira, as chamadas tabuinhas, assim como os fechamento dos vãos e todos os acabamentos.” (ZANI, 2013, p. 17). Já a réplica possui parte de seu sistema estrutural formado por laje pré-fabricada e o sistema de suporte viga-pilar e a estrutura da escada feita em concreto armado (Figura 5).

Figura 5 - Sistema estrutural da réplica



Fonte: Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado de Caçador (1986).

Toda esta estrutura foi revestida em madeira de lei. O acabamento em mata-junta é evidente em ambas as edificações, assim como os acabamentos dos caixilhos de portas e janelas com escuros internos, que consiste em uma folha de madeira que abre para o interior do ambiente (Figura 6).

Figura 6 - Janela com escuro interno



Fonte: as autoras (2020).

O repertório arquitetônico dos edifícios em madeira, apresenta uma série de elementos arquitetônicos que lhe conferem caráter próprio de um vocabulário regional. Dentre eles, destacamos: a volumetria dos telhados; a textura do material aplicado na vertical, conjunto tábua mata-junta; os ornamentos; varandas; cor; e o apoio dos edifícios sobre porão. (ZANI, 2013, p. 34).

As construções em madeira, normalmente, eram edificadas seguindo uma modulação quase sempre ditada pelo sistema de vedação tábua mata-junta. Zani (2013, p. 62) descreve “a tábua, apresenta em média 22 cm de largura, tornando-se flexível em função do espaço deixado entre elas, posteriormente são recobertos pela mata-junta que tem em média 2,5 cm de largura”, conforme pode ser verificado na Figura 7.

Figura 7 - Sistema de vedação tábuas-mata-junta



Fonte: as autoras (2020).

Antigamente, o piso da edificação era em madeira, hoje apresenta laje em concreto armado, que compreende em malha de aço coberta com concreto de alta resistência 25 MPA. Outra diferença notável entre A e B é a área total entre elas. A estação original apresentava aproximadamente 128 m², já a réplica é (cerca de) quatro vezes maior, com 460 m². Construídas sob dois pisos, a atual possui quantidade superior de aberturas, visto que foi edificada para se tornar um museu, necessitando de maior espaço e iluminação. No piso superior, que anteriormente servia como residência para o diretor da estação, na atualidade abriga uma sala multiuso, uma sala de reserva técnica e um laboratório de conservação (CRESTANI; GUEDES, 2016). As diferenças descritas podem ser vistas nas Figura 8 e Figura 9.

Figura 8 - Fachadas do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado de Caçador



Fonte: as autoras (2019).

Figura 9 - Fachadas da estação ferroviária Rio Caçador



Fonte: Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado (1986).

Na Figura 10, é possível observar a diferença da disposição de ambientes oferecidas pela antiga estação ferroviária Rio Caçador. No pavimento térreo, ficava localizada a área de bagagem e cargas, bem como sala de espera e vestíbulo. Ao lado de fora, encontravam-se a plataforma elevada para entrada e plataforma de embarque para a ferrovia. Localizada no pavimento superior, ficava a casa do agente.

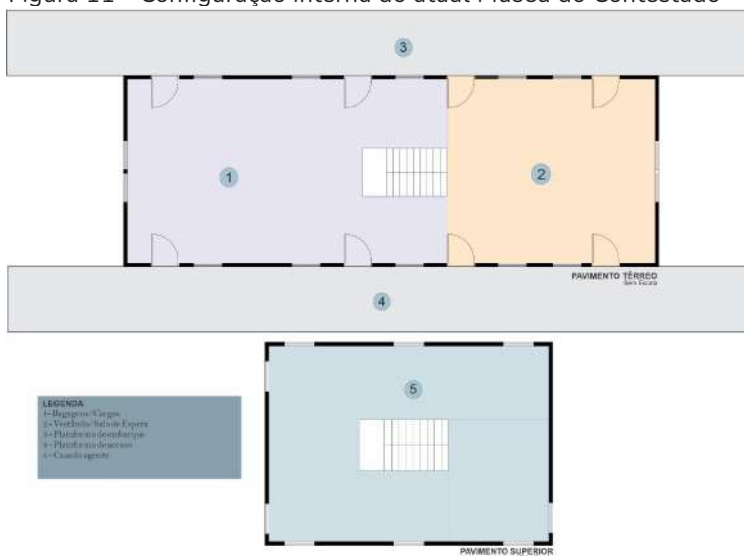
Figura 10 - Configuração interna da antiga estação ferroviária Rio Caçador



Fonte: as autoras (2020).

Na Figura 11, está apresentada a nova configuração da ferrovia, atual Museu Histórico do Contestado. No térreo, distribuem-se a sala de curiosidades, um acervo sobre a cultura indígena local, em destaque as tribos Kaingang e Xokleng, um acervo de objetos da guerra do contestado, onde estão expostos armamentos e utensílios utilizados pelos antigos soldados e combatentes. Em seguida, apresenta-se o acervo de pioneiros da cidade, onde estão expostas relíquias dos primeiros moradores da cidade e objetos significativos para a história. Ao lado externo, as duas plataformas seguem a mesma configuração da antiga ferrovia, agora apresentando ao lado da antiga plataforma de embarque, a réplica da locomotiva original. No pavimento superior, substituindo a casa do agente, encontra-se a área de exposições temporárias, a qual recebe artistas e estudantes de escolas locais para exposições de curto período.

Figura 11 - Configuração interna do atual Museu do Contestado



Fonte: as autoras (2020).

No lado externo da construção do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado de Caçador, encontra-se a locomotiva *Mogul*. Sua

locação teve como objetivo harmonizar o conjunto, visto as alterações nas dimensões sofridas pela réplica que foi largamente ampliada.

Muito embora a produção arquitetônica tenha características muito diferentes, as transformações naturais destes territórios foram produtoras e indutores da paisagem cultural e herança destes povos. Essas características arquitetônicas diferentes são resultado de uma variedade de fatores que incluem o território o qual foi modificado e desenvolvido esta arquitetura, os materiais disponíveis e mais abundantes neste território, mas principalmente o estágio de evolução da região naquele período. (CAMARA; BIASI, 2017, p. 09).

Pode-se observar essa herança transmitida na edificação restaurada, que apesar de refletir o atual contexto da cidade de Caçador e apresentar técnicas posteriores ao período colonial, ainda guarda a tradição e a memória da primeira ferrovia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa indicam que a réplica ampliada da estação Rio Caçador, um exemplar arquitetônico da época da Guerra do Contestado, apresenta diversas alterações de sua forma original, principalmente no que condiz ao sistema estrutural utilizado, à diferença no tipo de piso – antes de madeira e na atualidade de concreto com revestimento de pedra, e às dimensões. Esta última alteração, acarreta em outras distinções, tais como: o aumento da metragem quadrada da réplica edificada, a quantidade de janelas e portas e o aumento da dimensão da plataforma de embarque, alterações que se justificam pelo uso para o qual a réplica foi construída, abrigar um museu, mas que descaracterizam as proporções da obra original.

Apesar da descaracterização decorrente da revitalização em forma de réplica, ainda é possível observar na atual edificação a identidade presente do povo colonizador que estava na antiga ferrovia. Alguns traços como

a utilização de madeira no fechamento, a réplica da antiga locomotiva, os formatos similares externos contribuem para que seja preservada uma parcela do que era a ferrovia no período colonial, entretanto, adaptada para tecnologias atuais.

AGRADECIMENTOS

As autoras gostariam de agradecer à equipe do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado de Caçador (SC), em especial ao Sr. Julio Corrente, historiador, e a Sra. Letissia Crestani, museóloga, pelas entrevistas e materiais disponibilizados.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Adgar. **Adeodato vancê é o nosso “último” chefe**: Guerra do Contestado, uma visão holística. 1. ed. Joaçaba: Editora do Autor, 2012. 232 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10432-9-novembro-1889-542322-publicacaooriginal-52491-pe.html>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CAMARA, Inara Pagnussat.; BIASI, Juliana Aparecida. A paisagem cultural da década de 50 na divisa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., Cuiabá. **Anais** [...]. Cuiabá: UFMT, 2017. Disponível em: <http://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/cicop/cicop2017ufmt/paper/view/3118/1113>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coerção e consenso na primeira república**: a Guerra do Contestado (1912-1916). 2009. 214 p. Tese (Doutorado em história) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, São Paulo, 2009.

COLIN, Sílvio. **Técnicas Construtivas do Período Colonial**. IMPHIC – Instituto Histórico. 2010. 46 p.

CRESTANI, Letícia; GUEDES, Sandra Paschoal Leite Carvalho. O Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado e as representações sobre a Guerra do Contestado. **Confluências Culturais**, Joinville, v. 5, n. 2, p. 164-176, set. 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236355599.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GOULARTI FILHO, Alcides. A estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul na formação econômica regional em Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis. v. 24, n. 48, p.103-128, jul./dez. 2009.

GUIA CATARINENSE. **Guerra do Contestado**. 2007. Disponível em: <http://www.guiacatarinense.com.br/guerradocontestado.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020.

KARPINSKI, Cezar; MATIAUDA, Daniela. Paisagem E Fronteira Nas Questões Territoriais Entre Argentina E Brasil (1860-1914). **Revista NUPEM**, v. 9 n. 17, 2017.

RAMILO, André De Oliveira. **Uma análise historiográfica do conflito do contestado**. 2009. 35 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, 2009.

THOMÉ, Nilson. **A Formação do Município de Caçador**: uma sinopse dos velhos tempos. 2013. Disponível em: <http://www.diarioriodopeixe.com/cultura/4586-a-formacao-do-municipio-de-cacador--uma-sinopse-dos-velhos-tempos>. Acesso em: 22 fev. 2019.

VALE DO CONTESTADO. **Descubra Santa Catarina**. 2021. Disponível em: <http://turismo.sc.gov.br/?destinos=vale-do-contestado>. Acesso em: 02 jul. 2021.

ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura em madeira**. Londrina: Eduel, 2013.

CAPÍTULO 3

A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO¹

Marcia Garbin

Universidade do Oeste de Santa Catarina
E-mail: marciag_vda@hotmail.com

Mariana Di Domenico

Universidade do Oeste de Santa Catarina
E-mail: marianadido@hotmail.com

Bianca De Bortoli

Universidade do Oeste de Santa Catarina
E-mail: biadebortoli@hotmail.com

Amanda Zago

Universidade do Oeste de Santa Catarina
E-mail: amandinha_zag@hotmail.com

Juliana Aparecida Biasi

Universidade do Oeste de Santa Catarina
E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

É recente a preocupação com os efeitos causados pelo processo de urbanização crescente à estrutura de nossas cidades, o qual ocasiona

¹ Publicado originalmente em: Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia. Organizador: Eduardo do Nascimento. Ponta Grossa, PR: Atena, p. 81-90, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/arqui/Downloads/Rede%20Contestado%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o,%20Ci%C3%AAncia%20e%20Tecnologia.pdf.

problemas sérios que afetam a qualidade de vida e lazer da população, pois a grande maioria das cidades brasileiras não conta com espaços suficientes e específicos para atender a demanda crescente da população. Muitas vezes, a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na recuperação e revitalização de áreas, se necessário com adaptações para que o local exerça novas finalidades, tais como o lazer.

A instalação da ferrovia São Paulo-Rio Grande causou profundas transformações econômicas, sociais, ambientais e culturais na região do Meio-Oeste de Santa Catarina, resultando na produção de uma nova realidade representando a chegada da modernidade a um local ainda pouco transformado pelo capitalismo industrial. Ao mesmo tempo, essa construção contribuiu para o aumento da opressão sobre o povo carente que ali vivia sem posses legalizadas de terra e ainda sofria com a excessiva escassez de alimentos.

A Guerra do Contestado foi um conflito que aconteceu em uma área territorial de disputa de terras entre os estados do Paraná e Santa Catarina, envolvendo inúmeros camponeses que tiveram que enfrentar as forças militares por viverem em uma área expropriada para a construção da ferrovia. Esse território sofreu com muitas disputas no decorrer dos anos, tanto política quanto econômicas, pois haviam ali vastas áreas para extração de madeira, em sua maioria provenientes das araucárias que ocupavam espaços por todo o planalto.

Buscando compreender estas relações de ocupação do território e a busca por um novo uso que possibilitaria a manutenção da ferrovia e da história local, este trabalho partiu da realização de estudos referentes aos conceitos de parques lineares e suas principais características e aplicações. Tais conceitos são essenciais para a realização da pesquisa tendo em vista a importância da existência desses parques nos centros urbanos, cada vez mais massificados e pouco arborizados. Essa apropriação do espaço pela

população busca promover o reconhecimento da importância de se preservar esses locais abertos e naturais nas cidades a fim de melhorar a qualidade de vida urbana. Como principal objetivo deste estudo, analisou-se como a implantação do Parque Rio do Peixe, recentemente proposto, pode contribuir com a preservação da história e memória da Guerra do Contestado.

A partir do exposto, justifica-se a elaboração e desenvolvimento desse trabalho, o qual procurou enfatizar a relação entre a Guerra do Contestado e as profundas transformações na paisagem regional, com ênfase especial na implantação do projeto Parque Rio do Peixe. Esse estudo busca debater de modo geral as possibilidades de integração entre as pessoas e os espaços, garantindo assim o uso e a devida conservação dessa área livre.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento e confiabilidade da pesquisa, fez-se necessário seguir métodos de investigação e análise. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 85) “método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando nas suas decisões.” Para Oliveira (2002, p. 58), “método é um conjunto de regras ou critérios que servem de referência no processo de busca da explicação ou da elaboração de previsões em relação a questões ou problemas específicos.”

A presente pesquisa apresenta abordagem qualitativa, que conforme Bogdan e Biklen (1982) envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos com a situação estudada, enfatizando o processo ao produto e preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes. O trabalho possui objetivo exploratório pois envolve levantamento teórico com procedimentos que abordam a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso, além da identificação da existência de relações, buscando aprofundar o conhecimento

a respeito do tema e possibilitar maior familiaridade com o problema levantado. “Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.” (GIL, 1999, p. 43).

DESENVOLVIMENTO

A etapa de levantamento teórico configura-se como o ponto de partida da avaliação, pois incluiu a busca por materiais e informação necessárias às atividades a serem desenvolvidas. Numa primeira fase, procedeu-se a pesquisa teórica sobre o tema. Vale ressaltar que o presente trabalho tem como foco fundamental a relação do projeto do Parque Rio do Peixe, desenvolvido pelo arquiteto Artur Brandalise, com a preservação da cultura e história da Guerra do Contestado.

CONSTRUÇÃO DA FERROVIA SÃO PAULO-RIO GRANDE E A GUERRA DO CONTESTADO

As cidades do estado de Santa Catarina, mais especificamente a região de abrangência do Vale do Contestado foram, inicialmente, povoadas por indígenas do grupo tupi-guarani e, posteriormente, por imigrantes italianos, alemães, poloneses e seus descendentes. Esse fato foi devido às grandes navegações que tinham o litoral catarinense como ponto de apoio para exploração das terras da região do Rio da Prata, que eram propícias para cultivo e extração de madeiras. Por muitos anos, esse território passou despercebido pelo governo e permaneceu sem regularizações e legislações, causando diversos conflitos entre os colonizadores e os indígenas que já habitavam o local. Recentemente, houve a recuperação de antigas áreas,

mas outras ainda estão sendo pleiteadas na justiça. O contexto que envolveu a construção da Ferrovia São Paulo-Rio Grande e a Guerra do Contestado tornou a região de grande valor histórico, além da significativa atuação de empresas que contribuíram para o desenvolvimento regional.

No entanto, para que haja um melhor entendimento do que houve na época da Guerra do Contestado, faz-se necessário uma pesquisa mais aprofundada sobre esse movimento histórico e os problemas de limites territoriais do estado catarinense. Segundo Moccelin (2014), os precedentes tiveram início em 1853, quando o Paraná se desmembrou da Província de São Paulo, procurando, em seguida, firmar posse sobre as terras a oeste da província vizinha de Santa Catarina. No ano de 1895, com o arbitramento do presidente dos Estados Unidos, Dr. Gouver Cleveland, e da defesa do Barão do Rio Branco, favoreceram o território brasileiro quando este se encontrava com problemas com as Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), que também começou a querer tomar posse dessa região. Esse conflito foi denominado de Questão das Missões. Contudo, essa velha questão se repetiria futuramente, mas dessa vez, com problemas internos entre as províncias do Paraná e Santa Catarina.

De acordo com Piazza e Hübener (1983), a capitania de Santa Catarina foi criada em 1738, por meio da Provisão Régia, quando a Coroa Portuguesa passou os territórios da Ilha de Santa Catarina da jurisdição de São Paulo para o Rio de Janeiro, ficando dessa forma subordinada diretamente aos Vice-Reis do Brasil. O primeiro governante da terra catarinense, com sede em Desterro, foi o Brigadeiro José da Silva Paes, que teve como principal objetivo organizar sua defesa construindo fortalezas na Ilha de Santa Catarina, sobretudo nas baías Norte e Sul.

Conforme Scapin (1996), posteriormente, segundo a Constituição do Império, que dividiu o Brasil em Províncias com os limites que tivessem as Capitânicas Gerais, os limites de Santa Catarina foram estabelecidos pela

Carta Régia de 20 de novembro em 1749, criando assim a Ouvidoria de Santa Catarina, tendo como extremos: para o Sul, os montes que deságuam na Lagoa Imery, pela barra austral do Rio São Francisco até Cubatão ao norte, pelo Negro até grande Curitiba (o Rio Iguaçu). Ainda assim, esses extremos foram incompreendidos pela província do Paraná e São Paulo, o que gerou a grande questão dos limites entre os dois estados, do Paraná e Santa Catarina. A Província do Paraná e São Paulo pretendiam se fixar nos limites meridionais, na altura do Rio Uruguai, o que no mesmo instante, não foi aceito pelos representantes catarinenses. Essa região aludida, expandia seus limites de norte a sul nos Rios Iguaçu e Uruguai com aproximadamente 48 mil quilômetros quadrados, passou a ser conhecida como “Território Contestado”.

A região que viria a se tornar o território das batalhas da Guerra do Contestado, tinha por sua maioria habitantes tradicionais dos matos e das florestas, ou eram meeiros, tarefeiros da indústria extrativista de erva-mate ou da madeira, agregados, ou simplesmente homens sem-terra que ali viviam. Poucos possuíam títulos de proprietários legais de uma parcela de terra. Desde o império, o objetivo das autoridades era ligar essas grandes parcelas de terra que compõem o território nacional por linhas férreas, mas as disputas para tal implantação transcenderam o império e continuaram até os primeiros anos da República (BITTENCOURT, 2012).

Conforme Esping (2012), somente no final do século XIX, o governo brasileiro autorizou a construção da linha férrea que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul pelo interior do Paraná e Santa Catarina. A empresa responsável pela construção foi a norte-americana *Brasil Railway Company*, de propriedade do empresário Percival Farquhar, que também era dono da madeira *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, e tinha como interesse a exportação de madeira das terras que costeavam a ferrovia.

A empresa responsável pela construção da ferrovia levou o governo federal a usar suas terras como moeda de pagamento pela obra. Assim o governo repassou-lhe a propriedade de 9 quilômetros de cada lado da estrada, em toda sua extensão e também o direito de exploração dos recursos naturais contidos no território.

A estrada de ferro foi planejada para passar, em sua maior extensão, próximo ao Rio do Peixe, afluente da margem direita do Rio Uruguai, de Calmon até Volta Grande, resultando em 1.403 quilômetros de extensão total.

Os grupos de trabalhadores foram formados a partir de uma imigração consentida. Contratados de diversas regiões do país e de comunidades de países pobres da Europa, porém enganados com promessas de terra e riqueza. Essas contratações foram feitas pelo engenheiro responsável pela ferrovia, Achilles Stenghel. Esses trabalhadores foram distribuídos por 372 quilômetros ao longo da via férrea. Com o término das obras de implantação da estrada de ferro e com a extração da madeira das florestas ao longo do Rio do Peixe, os trabalhadores não foram repatriados, nem mesmo receberam a política de reassentamento prometida na contratação. Muitos foram dispensados e outros foram eliminados em assassinatos ocorridos em conflitos. Os remanescentes dispersaram-se na região, ocupando alguns ofícios ou empregando-se na agricultura (BITTENCOURT, 2012).

Com o agravar dessas situações, a Guerra do Contestado foi marcada por disputas territoriais que geraram conflitos de ex-funcionários da madeireira, junto aos antigos moradores, contra os madeireiros e a elite local.

Diante dessa situação, o governo federal utilizou forças militares para obter êxito sobre a população, resultando no fim da guerra em 1916, após a assinatura do Acordo de Limites Paraná - Santa Catarina. Tanto os paranaenses quanto as autoridades de Santa Catarina buscavam uma solução, que chegou no dia 20 de outubro de 1916, assinado pelo presidente da República Wenceslau Brás, no Palácio do Catete no Rio de Janeiro. O

acordo definiu que o Paraná ficaria com 20 mil quilômetros quadrados e Santa Catarina com 28 mil, compreendidos na área catarinense os municípios de: Caçador, Videira, Rio das Antas, Porto União, Mafra, Tangará, Pinheiro Preto, Ibicaré, Concórdia, Joaçaba, Itaiópolis, Itapiranga, Chapecó, Xanxerê, Itapiranga, São Miguel do Oeste, Mondaí, Palmitos, Dionísio Cerqueira, São Carlos, e demais regiões que destes tiveram sua origem (SCAPIN, 1996).

PARQUE LINEAR

“Os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação.” (KLIASS, 1993, p. 19). De acordo com Benini e Martin (2010), os parques urbanos são uma iniciativa sustentável de uso livre e ocupação das áreas urbanas com tratamento, como infraestrutura, mobiliário urbano e paisagismo, apresentando as funções de lazer, recreação, ecológica e cultural. Destacam-se nesse contexto, as contribuições ecológicas e sustentáveis, pois faz-se necessário, portanto, que as cidades adotem outras medidas para esses espaços, que são compostos por elementos naturais, visem a redução da crescente urbanização e industrialização sugerindo conexões entre fragmentos de áreas verdes.

Conforme Macedo e Sakata (2003), independente da estrutura, todos os parques são espaços destinados ao público, com os objetivos de promover a recreação e de conservar a natureza na sua forma e estrutura original.

O parque linear diferencia-se principalmente do parque urbano tradicional em função da sua longitudinalidade e sua finalidade. Assim como em todos os parques urbanos, ele tem por função proteger a biodiversidade, oferece lazer, recreação e cultura para a população, somando a essas características a função de conservação das áreas marginais aos rios, arroios e córregos, processo este que contribui para melhorar a absorção do solo e proteger os cursos d'água.

É importante quando se avaliam soluções para os espaços urbanos, como a de implantação de caminhos verdes, destacar o papel da vegetação como um fator termorregulador do microclima, pois contribui de forma considerável no controle da radiação solar, na temperatura, na umidade do ar, na ação dos ventos e das chuvas e inclusive na melhoria da qualidade do ar, ao amenizar sua poluição (MASCARÓ; MASCARÓ, 2009). Para Giordano (2004), eles são artérias lineares com princípios de desenvolvimento sustentável, por meio dos objetivos de conservação e preservação dos recursos naturais e são caracterizados pela capacidade de associar fragmentos florestais a outros elementos encontrados na paisagem natural, além de agregarem as funções de uso humano, tais como, atividades de lazer e rotas de locomoção humana não motorizada.

A implantação de parques lineares causa efeitos positivos para a sociedade, os quais podem ser observados mediante a quantidade de pessoas que passam a circular por esses espaços, os quais ligam diferentes pontos em uma área de uma cidade. Assim como as áreas verdes, os parques, praças e jardins urbanos, tornam-se os principais elementos de defesa do meio ambiente nas cidades, constituindo elementos imprescindíveis para o bem-estar físico e mental da população (LOBODA; ANGELIS, 2005).

Conforme Friedrich (2007), pelo fato de não existir um método de planejamento de parques lineares, é indicado que inicialmente seja realizado um diagnóstico, ou seja, uma investigação da área onde o parque será implantado e o grau de envolvimento com o público durante a fase projetual. A concepção deve envolver o programa de necessidades, sítio e preexistências, além de considerar a simbologia do projeto para a população do entorno, pois um parque bem integrado pode oferecer maiores possibilidades de interação e de utilização.

A falta de manutenção do lugar é uma variável que influencia na ocorrência de atos de vandalismo em praças e parques urbanos, os acúmulos

de lixo em calçadas e áreas verdes também podem se tornar um problema. Se não houver uma limpeza regular, a tendência de as pessoas acumularem lixo será maior.

Medeiros (1975) explana que o planejamento e a gestão ambiental de áreas urbanas de recreação são responsabilidades do poder público, bem como o recolhimento de tributos para a aquisição, instalação e manutenção destes espaços e a vinculação junto de iniciativas privadas, que podem vir a ocorrer neste processo.

Conforme Moreira (2007), o processo de requalificação urbana compreende as modificações das características de um espaço urbano que está em transição devido a um processo de declínio. Para Loboda e Angelis (2005) os projetos de intervenção ou reabilitação das áreas verdes públicas deveriam atentar para outros aspectos além da manutenção da estrutura física dos lugares, mas, sobretudo, considerar as suas funções sociais, geoambientais e estéticas.

A estratégia de requalificação de espaços urbanos, como as praças e parques, deveria considerar em sua proposta ações que reforcem a identidade local e a participação dos usuários no processo, assim como, deveriam ser proporcionados acontecimentos nos locais, incentivando as pessoas a procurarem vida, movimento e atividades nestes espaços. Os usuários que vão a esses ambientes públicos têm objetivos diferentes, podendo estar satisfeitos ou não, o que depende do grau e flexibilidade de oportunidades que essas áreas podem oferecer.

PARQUE RIO DO PEIXE

O Parque Rio do Peixe é um projeto de autoria do arquiteto videirense Artur Brandalise, com o qual se pretende criar um parque linear que englobe o traçado da linha férrea São Paulo-Rio Grande compreendido entre os limites

do estado de Santa Catarina, abrangendo a região em que se desenrolou a Guerra do Contestado.

A proposta prevê que o parque iniciará no município de Calmon e atravessará 360 km em direção ao sul até o município de Alto Bela Vista, na fronteira com o Rio Grande do Sul e “unirá as cidades que se desenvolveram nas margens do Rio do Peixe preservando a sua história e promovendo um desenvolvimento econômico sustentável” (BRANDALISE, 2018) por meio de uma ligação direta de pontos atrativos turísticos dos vários municípios.

O parque se estrutura em uma faixa de 50 m centralizada pela ferrovia, com a qual se pretende preservar a fauna, flora e a história da região, marcada principalmente pela Guerra do Contestado. Prevê a implantação de uma ciclovia em aproximadamente 300 km do trajeto margeando o rio e, nas cidades em que passará, serão projetados locais para convívio com cultura, esporte e lazer. Por fim, o projeto conta com a readequação dos trilhos em trechos urbanos de 5 km a 10 km para a ativação de um transporte de passageiros com intuito turístico (BRANDALISE, 2019).

Por ter seu traçado delimitado pela ferrovia, o parque passará por diversos pontos turísticos relacionados à Guerra do Contestado como o túnel e a Cruz do Vacariano – na cidade de Pinheiro Preto –, a réplica da estação Rio Caçador – que funciona como Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, próximo aos trilhos da cidade de Caçador –, as estações ferroviárias no decorrer da linha – algumas em ruínas, outras em bom estado e conservação – e a maria-fumaça que trafega entre Piratuba (SC) e Marcelino Ramos (RS).

As estações ferroviárias têm maior destaque por serem encontradas em toda a extensão do parque. Foram originalmente construídas 34 estações, restando hoje apenas doze em bom estado de conservação, duas sem vestígios de suas construções, uma réplica e as demais em situação precária ou ruínas. Parte dessas edificações são utilizadas para diversos fins

como museus, oficinas, restaurantes ou sede de órgãos públicos, enquanto aproximadamente metade não se encontram em situação de uso ou apenas abandonadas (BRANDALISE, 2019).

Em Pinheiro Preto, encontram-se o túnel e a Cruz do Vacariano, dois pontos importantes para o turismo local. O túnel foi construído em meio à rocha e começou a ser utilizado no ano de 1910. A cruz, construída com restos de trilho, é um monumento em honra às vítimas do assalto ao trem pagador, fato ocorrido durante a construção da ferrovia, e a todos que perderam suas vidas na construção da via férrea (PINHEIRO PRETO, 2013).

A maria-fumaça na cidade de Piratuba conta com uma locomotiva que comporta até seis vagões e realiza passeios a Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Trata-se de um trecho da ferrovia São Paulo-Rio Grande que está em funcionamento e tem por objetivo manter viva a cultura da época por meio dos passeios e do acervo de “antiguidades utilizadas pelos ferroviários, ferramentas da construção da ferrovia, maquetes e outros objetos da época em que a Maria-Fumaça era o principal meio de locomoção de passageiros e cargas.” (PIRATUBA, 201-).

ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise teórica permite compreender como a implantação do Parque Rio do Peixe mediante suas atrações de lazer, como o ciclismo e o contato com a natureza, aproxima a população dos acontecimentos registrados ao longo de sua extensão, como as estações ferroviárias, o túnel, a cruz do Vacariano e os próprios trilhos por onde passava a locomotiva e cuja construção marcou tão profundamente a região.

Atrair a população para esses espaços fortalece o vínculo com a sua própria história, aumentando a proximidade do cidadão com seu passado e consolidando o sentimento de pertencimento da história. Sentimento este

que se reflete em cuidado e proteção das estruturas e ambientes que a ele remetem. Em contrapartida, um espaço limpo e bem cuidado tem potencial consideravelmente maior de atração, tanto da população local quanto de turistas.

Assim, com essa análise é possível perceber que o Parque Rio do Peixe, além de visar o retorno de inúmeros benefícios à população do Meio-Oeste catarinense em relação à saúde e bem-estar, demonstra aumentar o potencial turístico da região. Os municípios do Vale do Contestado oferecem variedades de atrativos, culturas e paisagens aos turistas que por ali passam, tais como as cachoeiras, vales e planaltos de vegetação preservada, onde o ecoturismo é uma excelente opção, também não há como não se encantar com a arquitetura típica das construções e a riqueza multicultural, herança imaterial do Contestado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parques, de modo geral, podem contribuir de forma satisfatória no processo de valorização e preservação de um patrimônio histórico, um bem cultural que possa portar de uma referência, contar a história ou a vida de uma sociedade, como é o caso da ferrovia São Paulo-Rio Grande, a qual representa essa identidade e memória de um povo, de uma comunidade.

Conclui-se então, que a construção do Parque Rio do Peixe apresenta potencial para a perpetuação da cultura da região mediante incentivo ao uso do espaço, promovendo maior sociabilidade entre a população local, fortalecendo o vínculo com a própria história, ou seja, para satisfazer as necessidades dos usuários devem-se relacionar o parque com o contexto em que será inserido, enriquecendo assim a paisagem urbana e a vida cultural do local. Os benefícios vêm em uma via de mão dupla: o parque linear auxilia na manutenção da memória da Guerra do Contestado e nos processos

subsequentes de imigração e colonização do Oeste de Santa Catarina, assim como os pontos de interesse provenientes desta história fazem com que o trajeto tenha maior apelo e potencial turístico para seu atual e futuro mantimento.

Por fim, pode-se afirmar que a história da Guerra do Contestado permanecerá viva e presente na vida do povo que usufruir e se beneficiar da implantação do Parque Rio do Peixe. O Contestado vive no estado de Santa Catarina, enraizado devido a existência da Ferrovia São Paulo-Rio Grande que por ali passa.

REFERÊNCIAS

BENINI, Sandra Medina; MARTIN, Encarnita Salas. Decifrando as áreas verdes públicas. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 17, p. 63-80, 2010.

BITTENCOURT, Adgar. **Adeotado vancê é o nosso “último” chefe: guerra do Contestado, uma visão holística**. Joaçaba: Editora Do Autor, 2012.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Qualitative Research for Education: an introduction to theories and methods**. 5 ed. Boston: Allyn and Bacon, 1982.

BRANDALISE, Artur. **Parque Rio do Peixe**. [2018]. Disponível em: <https://parqueriadopeixe.com.br/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

BRANDALISE, Artur. **Parque Rio do Peixe**. [Entrevista cedida a] Marcia Garbin. Videira, fev. 2019. 01 gravação (39 minutos). Entrevista concedida para a elaboração do artigo: A Contribuição da Implantação do Parque Rio do Peixe para a Preservação da História e Memória da Guerra do Contestado. 2019.

ESPIG, Márcia Janete. A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000200017>. Acesso em: 22 fev. 2019.

FRIEDRICH, Daniela. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. 43 p.

GIORDANO, Lucilia do Carmo. **Análise de um conjunto de procedimentos metodológicos para a delimitação de corredores verdes (greenways) ao longo de cursos fluviais**. 2004. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2004.

KLIASS, Rosa Grena. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini Editora, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

LOBODA, Carlos Roberto; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/157/184>. Acesso em: 24 fev. 2019.

MACEDO, Sílvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora Publifolha, 2003. 208 p.

MASCARÓ, Lucia; MASCARÓ, Juan José. **Ambiência urbana**. Porto Alegre: Masquatro, 2009. 199 p.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MOCELLIN, Renato. **Os Guerrilheiros do Contestado**. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2014.

MOREIRA, Maria da Graça dos Santos Antunes. Requalificação Urbana – Alguns Conceitos Básicos. **Artitextos**, Lisboa, n. 5, dez. 2007. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802?mode=full>. Acesso em: 22 fev. 2019.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003. 177 p.

PIAZZA, Walter F; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Lunardelli, 1983. 150 p.

PINHEIRO PRETO. **Histórico**. [2013]. Disponível em: <https://www.pinheiropreto.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/20577>. Acesso em: 23 fev. 2019.

PIRATUBA. **Passeio de Maria-Fumaça**. [201-]. Disponível em: http://www.piratuba.com.br/arquivos_internos/index.php?abrir=pontos_turisticos&acao=mais_detalhes&id=45. Acesso em: 23 fev. 2019.

SCAPIN, Alzira. **Videira nos caminhos de sua história**. Videira: Prefeitura Municipal de Videira, 1996.

CAPÍTULO 4

O ABRIGO PRIMITIVO DOS PRIMEIROS IMIGRANTES EUROPEUS NO SUL DO BRASIL E AS CONTRIBUIÇÕES DOS LUSO-BRASILEIROS E CABOCLOS

Flavia Basso

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: flaviabasso.arq@outlook.com

Juliana Aparecida Biasi

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

O território da região do Contestado, no Oeste catarinense, foi alvo de disputas territoriais em meados do século XIX até o início do século XX. Em 1853, após a província do Paraná ser desmembrada da província de São Paulo, iniciou-se a disputa territorial entre paranaenses e catarinenses pelas terras do oeste da província de Santa Catarina, a qual recebe a denominação de território Contestado.

A região em disputa era considerada despovoada, com vastas áreas de floresta nativas e plantações de erva-mate. Os fatores apresentados atraíram o interesse de empresas, fazendeiros e, principalmente, de estados vizinhos, pois a constituição de 1891 (BRASIL, 1891) assegurou o direito do estado cobrar impostos sobre a exportação de mercadorias produzidos em seu território e sobre os imóveis rurais e urbanos.

Os moradores da região do Oeste catarinense eram caboclos ou sertanejos, povo mestiço, formado pela miscigenação entre indígenas e europeus. Era uma população submissa a condições de extrema miséria. Tomavam posse de pequenas áreas em meio à vasta floresta, construíam seus abrigos e produziam apenas para sua subsistência. O governo ignorou a existência desses moradores na região, que foram considerados pessoas sem interesse de trabalhar, por produzirem apenas seu alimento, por meio de pequenas plantações, caça e coleta de frutos.

Em novembro de 1889, o governo imperial assinou o decreto 10.432, que autoriza a construção da estrada de ferro ligando a província de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Neste documento, é concedido à companhia benefícios e garantias, como descrito na cláusula I do decreto citado:

1º Cessão gratuita de terrenos devolutos e nacionaes, e bem assim dos comprehendidos nas sesmarias e posses, excepto as indemnizações que forem de direito, em uma zona maxima de 30 kilometros para cada lado do eixo das linhas de que se trata, comtanto que a área total de taes terrenos não exceda da que corresponder á média de nove (9) kilometros para cada lado da extensão total das referidas linhas. [...] 2º Direito de desapropriar, na fórmula do Decreto n. 816 de 10 de Julho de 1855, os terrenos de dominio particular, predios e bemeifeitorias, que forem precisos para o leito da estrada, estações, armazens e outras dependencias, especificados nos estudos definitivos [...] (BRASIL, 1889).

Além da cessão de terras, o decreto estabelece critérios de colonização das mesmas, na cláusula XLIV, estabelece que 15% das famílias podem ser nacionais e as demais imigrantes europeus.

Para a construção da linha férrea que cortava o Oeste catarinense foram recrutados trabalhadores da região, de outros estados e estrangeiros, totalizando aproximadamente oito mil operários. Após a inauguração e entrega da estrada, em 1910, a companhia não cumpriu com a promessa de reconduzir os seus empregados aos seus locais de origem. A população, em sua maioria desempregada e revoltada, começou a se instalar na região, construindo seus abrigos nas margens da ferrovia.

Com o direito cedido em decreto nacional, a companhia expulsou os posseiros (caboclos) de suas terras, visando a extração e comercialização de madeira e, posteriormente, a execução de loteamentos e venda de lotes aos imigrantes. A principal serraria foi a *Lumber*, que se instalou na região com intuito de extrair principalmente madeiras nobres com altos valores econômicos.

Os caboclos expulsos de suas terras se revoltam contra o governo e buscam apoio na religiosidade. O monge José Maria liderou o povo que reivindicava a posse de suas terras nas quais tinham o necessário para sobreviver. A guerra do Contestado iniciou oficialmente em 1912, entre caboclos e o Estado, que defendia os direitos cedidos às companhias. O conflito se estendeu por quatro anos, deixando milhares de mortos.

As disputas territoriais entre os estados de Santa Catarina e Paraná que iniciaram em 1853 se estendem até 1916, quando o acordo de limites foi assinado pelos governadores de ambos os estados mediados pelo presidente da república da época. Na Figura 1, pode-se observar a demarcação atual dos estados e a área contestada.

Figura 1 - Localização da região do contestado



Fonte: Fraga, Gonçalves e Cavatorta (2017).

Depois da oficialização o acordo de limites, o estado de Santa Catarina estabeleceu os municípios de Mafra, Cruzeiro, Porto União e Chapecó, mediante a Lei n. 1.147 de 25 de agosto de 1917 (SANTA CATARINA, 1917), a fim de confirmar a posse do território (POLI, 2006).

Após a assinatura de limites entre estados e a criação dos municípios, iniciou-se a imigração de gaúchos descendentes de europeus na região. As empresas de colonização expulsaram os caboclos de suas terras, extraíram a madeira do local e venderam lotes de terra limpa e fértil para os novos moradores que iriam produzir alimento para subsistência e venda.

O presente trabalho tem por objetivo a realização de estudos e resgates históricos dos fatos, técnicas e materiais construtivos do período da colonização do Sul brasileiro por imigrantes europeus e as contribuições do povo nativo em meio a este contexto.

DESENVOLVIMENTO

O Sul brasileiro foi “colonizado”, em sua maioria, por imigrantes europeus. Ao chegar no novo país, os colonos eram acomodados em galpões rudimentares de estrutura enxaimel com vedações de pau a pique. Os estrangeiros ficavam abrigados nessas edificações até o momento que pudessem se deslocar ao seu lote.

Os primeiros abrigos que os colonos construíam em suas terras eram edificações temporárias, que marcaram a fase de pioneirismo. As primeiras construções contaram com as contribuições dos luso-brasileiros que habitavam na região das instalações das colônias. O povo nativo dominava técnicas vernáculas, tais como: a utilização de folhas de palmeiras para cobrir abrigos, cipó para amarrações, fibras para trançados, conhecimento sobre madeira e argila, cultivo de alimentos, receitas com produtos extraídos da natureza entre outras noções de adaptação ao território (IPHAN, 2011).

A edificação primária era rudimentar, lembrando as cabanas indígenas, por serem construídas com paus cravados no chão, que sustentavam a cobertura improvisada de palhas, sem paredes e divisórias. No período considerado como pioneirismo, os imigrantes realizaram a limpeza dos seus lotes e primeiros cultivos.

Após a fase de fixação no lote, os imigrantes construíam abrigos intermediários, composto por paredes, porta, janelas, divisórias e cobertura. A nova casa geralmente possuía dois compartimentos podendo um deles ser assoalhado. A cozinha, na maioria dos abrigos, era situada na lateral da edificação ou separada com cobertura própria. Os materiais e técnicas construtivas começaram a sofrer alterações, normalmente o telhado foi composto por palhas e estrutura de madeira bruta, as paredes externas de taipa de mão, paredes internas de madeira ou pau a pique.

Com a consolidação do empreendimento, os moradores construíam seus abrigos definitivos, com materiais sólidos e técnicas aprimoradas. Os modelos de moradia se assemelhavam com as do país de origem, porém foram executados com materiais encontrados no Brasil. Os italianos costumavam utilizar pedras, os alemães adaptaram a técnica de enxaimel, o tijolo autoportante é comum ser encontrado em edificações de italianos, alemães e poloneses, a madeira, por ser um material de baixo custo e grande oferta na região, foi usada por todas as etnias. Essa arquitetura, que é culturalmente referenciada, consolidou-se construtivamente entre 1880 e 1940 no Sul brasileiro.

Após a construção da casa definitiva, a edificação dos abrigos intermediários passou a ter outros usos na propriedade rural, como paióis ou ranchos. Ao visitar antigas fazendas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é possível encontrar essas edificações com os usos citados.

Na região do Contestado, a colonização das primeiras áreas iniciou-se em 1910, após inauguração da estrada de ferro, intensificando-se após

a Guerra do Contestado e a definição de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná, em 1916. Os colonos, que adquiriam terras catarinenses por meio das empresas de colonização, em sua maioria eram descendentes de europeus provenientes de colônias do estado do Rio Grande do Sul. Geralmente, os imigrantes adquiriam lotes rurais de aproximadamente 25 hectares de terra e com topografia acidentada, esses aspectos contribuíram para que os colonos executassem as edificações com características herdadas de seus antepassados e do seu país de origem.

Exemplos de propriedades da época são encontrados atualmente no município de Seara, em Santa Catarina, a propriedade possui no conjunto edificado por residência, paiol com varanda para guardar maquinarias, depósito, patente e casa de banho (RIGON; FUJITA; SCHERER, 2014). Na Figura 2, é possível analisar a distribuição das edificações no lote.

Figura 2 - Levantamento físico da propriedade rural localizada no município de Seara, região Oeste de Santa Catarina



Fonte: Rigon, Fujita e Scherer (2017).

Os materiais construtivos predominantes nas edificações presentes nesta propriedade são em madeira com cobertura de telhas. Nessa situação, é possível perceber que o paiol se assemelha com a configuração da casa.

Outro exemplo encontrado na região encontra-se na cidade de Lindóia do Sul, no Meio-Oeste catarinense. Nesse caso, o entorno das edificações é caracterizado pela presença exuberante de vegetação e lajeado de águas que alimentava o moinho (RIGON; FUJITA; SCHERER, 2014). As edificações da propriedade foram construídas na década de 1930, com soluções construtivas rústicas, empregando troncos e peças de madeira falquejado. Na Figura 3, é apresentada a organização da propriedade.

Figura 3 - Levantamento físico de propriedade rural localizada no município de Lindóia do Sul, região Oeste de Santa Catarina



Fonte: Rigon, Fujita e Scherer (2014).

A casa desse conjunto se diferencia das demais edificações, sendo esta construída mais recentemente, provavelmente na década de 1960, com emprego de novos materiais e técnicas construtivas como tábuas encaixadas, janelas de vidro, telhado de quatro águas em telha cerâmica, com inclinação menor, e a casa já não possui sótão. Os elementos arquitetônicos identificados nessa edificação remetem a um importante período da arquitetura sul-brasileira, considerado patrimônio que merece ser conservado.

Os moinhos foram importantes para região, pois graças a eles muitos produtos do milho e do trigo se tornavam farinha e podiam ser comercializados, movimentando a economia regional da época. Na região Oeste catarinense, é comum encontrar edificações que exerceram essa função, na sua maioria construídos em madeira encaixada.

O uso de madeira é comum em todos os tipos de edificações até os dias atuais. Durante o período de colonização das terras do Contestado, as madeiras nobres e com resistência a intempéries elevadas eram comercializadas com custo consideravelmente baixo, devido à grande oferta do produto ou de fácil extração dentro da própria propriedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos sociais interferem de forma significativa na história da região, e em sua economia, cultura e arquitetura. A história possui várias versões. Nas pesquisas realizadas, foi possível compreender e entender que o caboclo foi oprimido pelo governo e colonizadores, por serem pessoas analfabetas, sem conhecimento das leis. A população cabocla na sua maioria foi expulsa de suas terras pelas empresas responsáveis por colonizar o território, levando consigo apenas a desigualdade social, perceptível até os dias atuais na região.

Quanto à arquitetura regional, as técnicas construtivas e características arquitetônicas presentes no território do Oeste catarinense revela a identidade de seus moradores descendentes de imigrantes, em sua maioria europeus.

Os materiais utilizados nas construções na época da colonização do Sul brasileiro eram extraídos no local, destaca-se o uso da madeira por ser de fácil extração na natureza, bem como a pedra utilizada principalmente em taipas e contenções.

É importante salientar que o povo nativo contribuiu para a arquitetura da região de forma significativa, ensinando como usar materiais extraídos da floresta e técnicas construtivas vernáculas aplicadas para edificar abrigos. Os imigrantes não sabiam utilizar os materiais disponíveis na região, porém com o tempo e a ajuda dos sertanejos foi possível aprender a trabalhar com a matéria-prima disponível na nova colônia e aprimorar as técnicas primitivas aprendidas com os caboclos, mesclando com seus conhecimentos de construção civil herdados da terra natal.

Após os imigrantes obterem os conhecimentos necessários para iniciar sua vida na colônia, excluíram o povo nativo de seu convívio, contribuindo para problemas sociais de moradia e desigualdade de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Brasília, DF: Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 10.432 de 09 de novembro de 1889**. Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 1889. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10432-9-novembro-1889-542322-publicacaooriginal-52491-pe.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FRAGA, Nilson Cesar; GONÇALVES, Cleverson; CAVATORTA, Mateus Galvão. Contestado: O Sagrado e o Profano de Uma Guerra Secular. **Geografia**, Londrina, v. 26. n. 1. p. 143-157, 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Roteiros Nacionais de Imigração**: Santa Catarina. v. 2. O Patrimônio do Imigrantes: Iphan, 2011.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **CEOM**: 20 Anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina, Chapecó, v. 19, n. 23. p. 149-188, 2006.

RIGON, Matheus José, FUJITA, Camila, SCHERER, Christine Martins. **Arquitetura rural no oeste catarinense**: documentação e reabilitação para o desenvolvimento sustentável. *In*: XII CONGRESSO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EDIFICADO, Bauru, 2014.

SANTA CATARINA. **Lei n. 1.147, de 25 de agosto de 1917**. Florianópolis: Palácio do governador. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE ARQUITETÔNICA TEMÁTICA DO MUSEU DO VINHO MÁRIO PELLEGRIN¹

Juliana Aparecida Biasi

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br

Inara Pagnussat Camara

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: inara.camara@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

Em regiões praticamente intocadas do interior do estado de Santa Catarina, fragilmente ligadas aos núcleos luso-brasileiros já instalados no litoral, estabeleceram-se os imigrantes italianos que formaram contextos culturais praticamente inalterados e de grande valor patrimonial. Chamadas de ‘ilhas culturais’, esses locais são caracterizados basicamente pela ausência de monumentalidade, diversidade de técnicas construtivas e tipologias arquitetônicas (LUCA; SANTIAGO, 2011).

A colonização de Vila Rio das Pedras, localizada no interior do estado de Santa Catarina, iniciou-se em 1918. Em 1921, alterou seu nome para Perdizes e no ano de 1944 teve sua instalação oficializada sob o nome de Videira, referindo-se ao fato de ser um grande centro vitivinicultor do estado na época.

¹ Publicado originalmente em: Patrimônio como paisagem [recurso eletrônico] / Luciana Pelaes Mascaro, Ricardo Silveira Castor (organizadores). Cuiabá: EdUFMT, p. 127-139, 2019.

Nos dias atuais, além de um grande produtor de uva, o município tem como principal atividade econômica a agroindústria (SANTA CATARINA, 2013).

A cidade de Videira teve sua colonização realizada por imigrantes italianos e alemães. O lado direito do Rio do Peixe, o lado dos alemães, era composto por indústrias e pela Igreja Luterana enquanto, o lado oposto italiano, trazia às suas margens a Igreja Católica e as plantações de uva das quais deriva o nome da cidade.

Situações adversas como o clima, a falta de acessos e de recursos são refletidas na precariedade das primeiras moradias construídas pelos imigrantes europeus que vieram colonizar o interior dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a melhoria da arquitetura só foi realizada após a produção das primeiras safras. Sendo esses pioneiros italianos natos ou descendentes de primeira linha, o resultado das primeiras manifestações artísticas, cabendo aqui também a arquitetura, obedeceram às suas origens étnicas e à disponibilidade local de materiais.

O MUSEU MÁRIO PELLEGRIN

Um marco da implantação das igrejas católicas nesta região no início do século XX, realizada para os padres Salvatorianos que colonizaram Videira foi a Casa Canônica. Construída no ano de 1931, com a função de seminário, com portas esculpidas, mãos-francesas torneadas entre outros detalhes que tornam sua arquitetura no mínimo curiosa. Trata-se de uma obra-prima da rudimentar arquitetura colonial italiana, realizada com mão de obra e materiais doados pela comunidade. Essa é a primeira obra construída em Videira no início da colonização que sintetiza os conhecimentos arquitetônicos trazidos pelos imigrantes (SILVA, 1985). A obra é executada em madeira e possui sua divisão composta de porão e sótão, totalizando uma área de cento e vinte metros quadrados.

Reformas ocorreram na década de 60 quando a Casa Canônica deixou de funcionar como seminário e parte de seu corpo foi eliminado. Na década de

70, ocorreu a finalização de suas atividades vinculadas à Igreja Católica e o fechamento de suas portas. Em 1983, a construção foi adquirida e tombada pela Prefeitura Municipal por meio da Lei Municipal n. 14 (VIDEIRA, 1983) e, posteriormente, pelo estado mediante Decreto Lei n. 5.911 (SANTA CATARINA, 2002). A edificação passou por processo de restauração que durou 14 meses (Fotografia 1). Iniciada em novembro de 1983 e concluída e reinaugurada em fevereiro de 1985, a restauração passou por três fases de implantação nas quais além de melhorar, substituir e dar tratamento a peças construtivas, assoalhos e paredes, também realizou a reconstrução e melhoria das instalações sanitárias e a instalação de circuito elétrico e hidrossanitário, a pavimentação do porão e do pátio externo, o ajardinamento e a instalação de mobiliário externo. A edificação permanece até os dias atuais como Museu do Vinho Mario Pellegrin tendo como missão salvaguardar, pesquisar, documentar e comunicar o processo de fabricação do vinho colonial de Videira, resgatando o vínculo do município com a vinicultura que representa a cidade desde 1913.

Fotografia 1 - Restauração do atual Museu do Vinho Mário Pellegrin durante a década de 80



Fonte: Museu do Vinho Mário de Pellegrin (2017).

O Museu está localizado na rua Padre Anchieta, ao lado da Igreja Católica – com grande presença do uso da madeira - e da praça cívica – a qual recebe a implantação do Coreto, este também em madeira local. Durante

longos anos, o método de tratamento aplicado para a preservação dessas obras foi o uso de selante constituído por tinta em pó misturada com óleo de linhaça, clara de ovo e água. Sua primeira pintura externa, de cor verde, só ocorreu anos após a conclusão da obra. Sua construção deu-se com madeira local, de pinheiro – araucária – material que até os dias de hoje é abundante na região devido a sua facilidade de adaptação a terrenos rochosos e desnivelados.

O ESTILO ROMÂNTICO, O PITORESCO E O GÓTICO RURAL NO MUNDO

No decorrer da pesquisa e análise da obra, pode-se afirmar que o estilo arquitetônico presente no Museu remete às raízes naturais italianizadas, muito similares ao estilo pintoresco, decorrente do movimento romântico. O pitoresco primariamente qualificava qualquer edifício elaborado por arquitetos no século XVIII que se inspiravam em pinturas de paisagens realizadas no século XVII, por pintores como Claude Lorrain, Nicolas Poussin e Salvator Rosa que retratavam paisagens ideais concebidas cheias de detalhes e figuras.

Em 1753, Marc-Antoine Laugier publica, de forma anônima, seu influente *Essai sur l'Architecture* (Ensaio sobre Arquitetura), no qual formula a hipótese de que toda a arquitetura tem sua origem na cabana primitiva, sendo o princípio e medida de toda a arquitetura (MIGUEL, 2002). O ensaio, que defende o retorno aos princípios ou às raízes naturais, despojados de detalhes supérfluos, contribuiu para a afirmação de que o pitoresco é base para a definição de estilo da arquitetura rural.

No ano de 1795, o teórico de paisagismo e jardinagem Uvedale Price juntamente com o acadêmico Richard Payne Knight, definiram o termo pintoresco, ou pitoresco, como categoria estética. É certo que o pitoresco abraça um arranjo diverso de características arquitetônicas de todos os estilos imagináveis e em arranjos ecléticos de dois ou mais estilos (COLE, 2011).

Inegavelmente, as obras de arquitetura pitoresca têm irregularidade, variedade, contraste de arranjos e assimetria de formas que expressam a disposição dos ambientes internos agregados a galerias e varandas externas. Os exteriores podem ser em estilo gótico, italianizado ou acastelado. Quando adotado o estilo gótico, a arquitetura apresenta lancetas e janelas com moldura de capuz, lambrequins, pingadeiras e até mesmo pináculos. Muitas edificações do pintoresco têm o estilo italianizado que é caracterizado, geralmente, por uma torre, de planta quadrada ou redonda com telhado cônico. As obras italianizadas também apresentam alas perpendiculares à torre, galerias, janelas em arco e balaustradas, já as obras acasteladas são caracterizadas pelo uso de ameias e torres, e, como todas as demais, o uso irregular das formas.

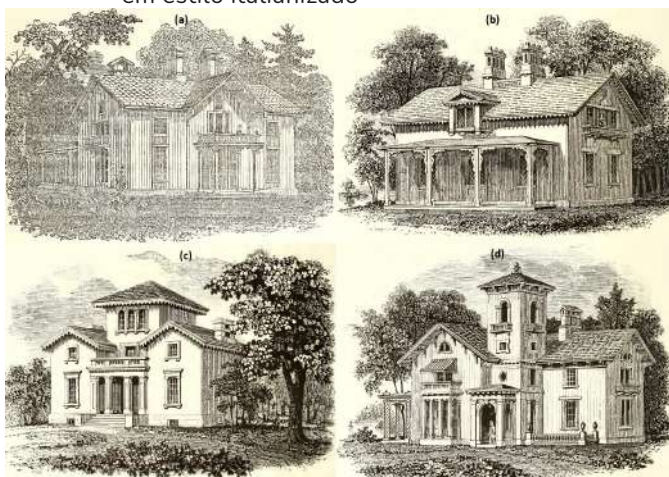
É de longa data que a Inglaterra se inspira na arquitetura italiana. Na Europa, enquanto todos os países voltavam-se para o Barroco da Contrarreforma, no século XVIII, a Inglaterra, por não seguir o catolicismo, preferiu desenvolver seu próprio estilo arquitetônico. Foi então criado o Palladianismo ou Neopalladianismo, inspirado por projetos e tratados de famosos arquitetos italianos renascentistas como Andrea Palladio, Sebastiano Serlio e Vincenzo Scamozzi.

Uvedale Price influencia outros acadêmicos e estudiosos com seu *Essay on British Cottage Architecture of 1798* (Ensaio sobre Casas de Campo Britânicas de 1798). Dentre eles está David Laing, arquiteto britânico, que publicou em 1800 o livro *Hints for Dwellings, Consisting of Original Designs for Cottage, Farmhouses, Villas, etc.* (Sugestões para Moradias, Constituídas por Desenhos Originais para Casas de Campo, Casas de Fazenda, Vilas, etc.), reimpresso nos anos de 1804, 1823 e 1841. Os arquitetos praticantes do pintoresco mais conhecidos e com maior número de obras no estilo na Grã-Bretanha são John Nash e Robert Lugar, e o arquiteto paisagista Humphry Repton (WATKINS; COWELL, 2012).

Movimento amplamente difundido, o pitoresco permaneceu perceptível na arquitetura das casas do início do século XIX no meio rural da Grã-Bretanha (COLE, 2011). Além da irregularidade e o uso eclético de motivos empregados,

as edificações farão o uso de telhados em colmo, lucarnas, janelas presentes em oitões, varandas, telhados em quina e chaminés ornamentados. Em muitos elementos arquitetônicos, a decoração será realizada com detalhes de madeira entalhada e com a inserção de elementos como gabletes e pináculos emprestados do estilo gótico. Em casas de campo também era comum a aplicação de madeira nos andares superiores de uma edificação ou de parte dela, enquanto os andares inferiores eram construídos em pedra ou tijolo para acentuar o efeito de rusticidade e retorno às raízes naturais proposto pela noção de “cabana primitiva”.

Figura 1 - Modelos de residências para o campo: (a) uma opção em madeira para uma casa de campo; (b) uma casa de campo para uma pequena família; (c) uma vila em estilo toscano; (d) uma vila irregular em estilo italianizado

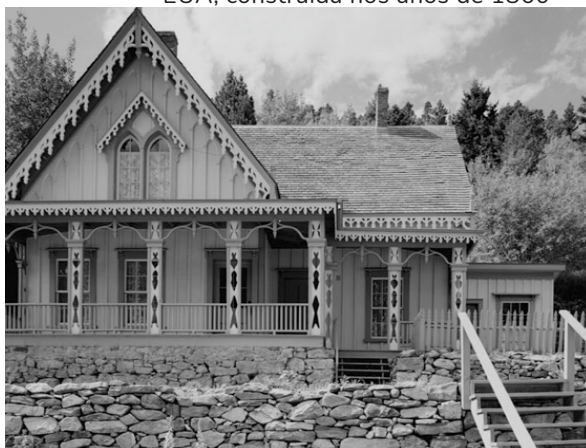


Fonte: adaptada de Downing (1863).

Nos Estados Unidos, influenciado pela Inglaterra, o arquiteto paisagista Andrew Jackson Downing publica, em 1842, a primeira edição do livro *Cottage Residences: a series of designs for rural cottages and cottages villas and their gardens and grounds adapted to North America* (Casas de campo: uma série de desenhos para casas rurais e vilas campestres e seus jardins e terrenos adaptados à América do Norte). Como pode ser evidenciado na Figura 1, Downing propunha diferentes tamanhos de residências, estilos e formas para

que o pinturesco também servisse aos menos abastados ou a locais com menores possibilidades de recursos (DOWNING, 1863). Esse livro foi muito difundido e fez por aparecer o estilo chamado de Carpintaria Gótica (*Carpenter Gothic*) ou Gótico Rural (*Rural Gothic*) que aplica os detalhes arquitetônicos do revivalismo gótico junto às planificações do pinturesco, ambos decorrentes do movimento Romântico. Com a abundância de madeira nativa na América do Norte, os carpinteiros improvisaram sobre características desenvolvidas em pedra nas obras góticas originais, mas a falta dessas obras autênticas ou de revivals, presentes à época na Europa por conta do movimento Romântico, resultou em uma arquitetura que não sofreu a influência restritiva acadêmica e que puderam enfatizar o encanto e a singularidade de cada obra ao invés de basear-se em um modelo.

Fotografia 2 - Exemplo de Carpintaria Gótica ou Gótico Rural: Lace House, Colorado, EUA, construída nos anos de 1860



Fonte: Ostendorf (1991).

ANÁLISE DA OBRA

Com o estudo do movimento pinturesco na arquitetura é possível realizar o paralelo temático entre a obra Museu do Vinho Mário Pellegrin, antiga

Casa Canônica, localizada em Videira, Santa Catarina, e as obras realizadas na América do Norte. Elementos similares ao pitoresco são encontrados na edificação, tais como a irregularidade de formas com a assimetria de disposição das varandas ricamente decoradas com aberturas em arco e balaustradas planas, que foram elaboradas em madeira devido à falta de disposição de material adequado. Todos os elementos anteriormente citados remetem ao estilo italianizado, porém, também são encontrados elementos que revivem o estilo gótico na edificação, como os cogulhos e pináculos talhados em madeira e fixados na estrutura do telhado, os lambrequins fixados nos beirais e as pingadeiras presentes na sacada sustentada pelas mãos-francesas entalhadas. Ainda se nota a presença de elementos neoclássicos nas portas duplas e nos entalhes de motivos florais realizados nas almofadas das portas da entrada principal. Mas, sem sombra de dúvidas, um dos aspectos mais notórios do museu é seu fechamento vertical. O porão foi construído em ciclópico, com pedras basálticas de dimensões regularmente lavradas, e nos andares superiores aplicou-se a madeira com encaixe tipo macho-fêmea, que remete ao aspecto de rusticidade e retorno aos princípios da “cabana primitiva” tão seguidos pelos arquitetos do movimento pintoresco.

Fotografia 3 - Descrição dos elementos constituintes da fachada frontal



Fonte: as autoras (2017).

Fotografia 4 - Descrição dos elementos constituintes da fachada posterior



Fonte: as autoras (2017).

CONCLUSÃO

A obra arquitetônica do Museu do Vinho Mário Pellegrin reflete uma arquitetura pitoresca, decorrente do Romantismo, com um arranjo eclético que envolve características arquitetônicas de diversos estilos, dentre eles o gótico rural, o italianizado e o Neoclassicismo.

Considerando que o livro influenciado pelo movimento pitoresco europeu e publicado nos Estados Unidos por Andrew Jackson Downing acaba por refletir na produção de uma arquitetura com grande ornamentação com motivos góticos produzidos em madeira, no Brasil, longe de acesso, disponibilidade de materiais e mão de obra especializada, os imigrantes utilizaram recursos e conhecimentos locais para produzir essas obras. Por tratarem-se de 'ilhas culturais', sem a influência externa da arquitetura luso-brasileira, a edificação se desenvolveu com o conhecimento trazido pelos imigrantes italianos e alemães. Como ocorrido nos Estados Unidos, a abundância de madeira nobre nativa e a falta de obras góticas originais ou de revivals do movimento romântico, todas realizadas em pedra, fez com que a arquitetura elaborada pelos pioneiros europeus seguisse um rumo próprio e singular.

REFERÊNCIAS

COLE, Emily. **História Ilustrada da Arquitetura**. São Paulo: Publifolha, 2011. 352 p.

DOWNING, Andrew Jackson. **Cottage Residences: a series of designs for rural cottages and cottages villas and their gardens and grounds adapted to North America**. New York, USA: John Wiley, 1863. 215 p.

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. Casa e lar: a essência da arquitetura. **Arquitextos**, São Paulo, ano 3, n. 29.11, out. 2002. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746>. Acesso em: 02 jul. 2017.

OSTENDORF, Troy. **The Lace House**. 161 Main Street, Black Hawk, Gilpin County, Colorado. 1991. Disponível em: <http://memory.loc.gov/pnp/habshaer/co/co0200/co0285/photos/021352pv.jpg>. Acesso em: 04 ago. 2021.

SANTA CATARINA. **Decreto-lei n. 5.911, de 21 de novembro de 2002**. Homologa Tombamento de imóveis. Leis Estaduais, Florianópolis, 21 nov. 2002. Disponível em: <http://www.leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-5911-2002-santa-catarina-homologa-tombamento-de-imoveis> Acesso em: 05 jul. 2017.

SANTA CATARINA. **Guia Turístico Vale do Contestado**. 3. ed. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2013. 107 p.

SILVA, Oscar. **Casa Canônica: seu tombamento e seu fim**. Santa Catarina: Centro Cultural de Videira, 1985.

VIDEIRA. **Lei n. 14, de 08 de abril de 1983**. Autoriza a aquisição do antigo prédio do Seminário Salvatoriano e dá outras providências. Leis Municipais, Videira, 08 abr. 1983. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-14-1983-Videira-SC.pdf>. Acesso em: 05. jul. 2017.

WATKINS, Charles; COWELL, Ben. **Uvedale Price (1747-1829): Decoding the Picturesque**. 1. ed. New York, USA: Boydell & Brewer, 2012. 292 p.

CAPÍTULO 6

ANÁLISE ARQUITETÔNICA DA IGREJA NOSSA SENHORA DAS NECESSIDADES – SANTO ANTÔNIO DE LISBOA, FLORIANÓPOLIS (SC)¹

Lara Lima Felisberto

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: laralimafelisberto@gmail.com

Gustavo Fernandes

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: guustavodbf@outlook.com

Bruna Elisângela Tesk

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: brunateskk9981@gmail.com

Juliana Aparecida Biasi

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

O significado original de “barroco” deriva de “irregular, grotesco”, e há um consenso geral que seu surgimento aconteceu em Roma em torno dos anos 1600. Entretanto, encontram-se contradições quanto ao impulso gerador de sua formação, visto que são observadas em obras barrocas nuances do

¹ Publicado originalmente em: Cinco Porcento Arquitectura Mais Arte, v. 01, p. e157, 2021.

período anterior denominado contrarreforma, ocorrida principalmente na Inglaterra. Porém, por volta de 1600 a contrarreforma já havia encerrado o seu trabalho, deixando assim o título de percussora da arquitetura barroca à Roma (JANSON, 2009).

Ao mesmo tempo que a arquitetura barroca tomava o impulso de seu desenvolvimento em Roma, o mundo era cercado por uma mudança, na qual a religião se tornou uma necessidade mercantil, por conta de interesses de comércio por colonizadores e colonizados. Quando o processo do barroco estava chegando ao fim na Itália, a fé católica conduziu o movimento ao Brasil no início do século XVIII. Portanto, o movimento barroco no Brasil está diretamente relacionado à religião, fato que faz com que a maioria das edificações construídas no período serem igrejas. Contudo, também podemos observá-lo em prédios públicos, moradias e chafarizes (BAETA, 2010).

O presente trabalho pretende analisar a aplicação da arte e arquitetura barroca no estado catarinense, mais precisamente a Igreja de Nossa Senhora das Necessidades em Santo Antônio de Lisboa, distrito localizado no Noroeste da Ilha de Florianópolis (SC).

ARQUITETURA BARROCA NO BRASIL

A arquitetura barroca é um estilo arquitetônico que teve início no século XVI. Fortemente relacionado ao cristianismo, o estilo está presente em igrejas e basílicas, sendo conhecido por suas decorações que destacam a religião e suas formas monumentais (PROENÇA, 2003).

O estilo se espalhou por vários locais, compreendendo a França, Inglaterra Alemanha, México, Brasil entre outros países. Cada território teve uma evolução diferente e assumiu uma dinâmica própria, o que resultou em modelos originais em cada região (NOVA CULTURAL, 1991).

A pintura e escultura trabalharam de forma conjunta com a arquitetura, trazendo a abundância de detalhes e enriquecimento das obras (SESC, 2015).

O estilo barroco desenvolveu-se no Brasil durante o século XVIII, quando artistas europeus já tinham abandonado esse estilo e retornado aos modelos clássicos. A religiosidade teve papel fundamental nesse estilo em outros lugares do mundo, e no Brasil não foi diferente. São inúmeras igrejas construídas com características barrocas. Os primeiros edifícios sagrados em solo brasileiro foram erguidos em aldeias nas quais o tamanho da população já era suficiente para justificar a presença da obra. Esses foram os casos de Olinda e Salvador. No início, os missionários se preocupavam com a durabilidade e solidez dos prédios, preferindo construir em alvenaria. Porém, quando não era possível, utilizavam a lama e o adobe (PROENÇA, 2003).

O barroco brasileiro se desenvolveu de formas diversas em algumas regiões. Aquelas que detinham riquezas em consequência do comércio de açúcar e mineração, possuíam uma arquitetura trabalhada em madeira e as talhas recobertas por finas camadas de ouro, com uma decoração intensa. São exemplos dessa marca construções no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia (PROENÇA, 2003).

Minas Gerais possui o maior percentual de bens tombados no Brasil desde unidades espaciais de considerável dimensão como é o caso de cidades inteiras (Ouro Preto, Mariana, Diamantina, por exemplo) [...] esses bens tombados possuem valores que caracterizam a mineiridade, além de serem portadores de algumas das mais caras aspirações mineiras e nacionais. São, por outro lado, marcos de uma civilização que trazia para as montanhas de Minas simultaneamente, os valores paradoxais da busca da riqueza, da religião, da arte e da espiritualidade. (AMORIM FILHO, 1999, p. 143, apud CASTRO; DEUS, 2011, p. 75.)

A arquitetura religiosa mineira seguiu, de início, o chamado barroco jesuítico, apresentando obras de taipa de madeira, fachadas simples e estrutura pesada, nas quais a riqueza estava praticamente toda em seu interior (SESC, 2015).

Já nas outras regiões, as igrejas se apresentavam de forma modesta e com artistas menos experientes. As mais simples usavam a técnica pau-a-palma, sendo cobertas com folhas de palmeira em seus primórdios (PROENÇA, 2003).

O Barroco é uma manifestação visual e estética, com muita exuberância em suas obras, principalmente nas religiosas. Juntamente das igrejas foram construídos mosteiros, hospitais, escolas. Obras decoradas, mas sem comparação ao luxo das igrejas mais abastadas (BOTELHO; REIS, 2001).

ARQUITETURA BARROCA EM SANTA CATARINA

A arquitetura em Santa Catarina, especificamente em Florianópolis (atual capital do Estado), não se difere muito do que é encontrado no litoral brasileiro, pois nesse período, há uma uniformidade nas construções de vilas, tornando-se uma característica do período. Assim, é marcada por influências barrocas, com elementos construtivos elaborados e bem ilustrados, além de uma grande preocupação na composição estética das edificações, principalmente de igrejas (REZENDE, 2011).

Essas edificações apresentam uma tipologia que usa pinturas brancas, podendo ser de um ou dois pavimentos, com telhas capa e canal em seus telhados, apresentando caimento que é denominado de galbo. Esses telhados, normalmente, eram conectados com as fachadas da edificação por meio de beira-seveiras ou até mesmo, com cimalhas (FARIAS, 2001).

Já na Ilha de Santa Catarina, que atualmente pertence à Florianópolis, essas tipologias de edificações foram construídas a partir do século XVIII. Os traços eram homogêneos e lembravam as ermidas dos Açores, chamada usualmente de Ilha dos Açores, pertencente à Portugal. Em relação aos monumentos religiosos no estado, fracionados em igrejas, capelas, ermidas e oratórios, eles começaram a ser construídos a partir do século XV,

expressando uma tipologia arquitetônica mais elaborada e com dimensões maiores do que se vinha construindo (CARDOSO, 2013).

Essas igrejas, normalmente, tinham uma nave única e capela-mor, onde juntamente se tinha a sacristia, e em alguns casos, o consistório. Em outros casos, já eram vistas capelas laterais. A fachada principal apresentava uma portada principal e o óculo, encimados por frontões, e para sua delimitação, era usual utilizar muros rendilhados (LANER, 2007). Nesse período, era comum em algumas edificações (principalmente religiosas) a utilização da cor amarelo ocre, retratada em cunhais e requadros.

A Igreja Matriz do Desterro (autoria do brigadeiro Silva Paes), atual Catedral Metropolitana, é um exemplo dessas aplicações, e seu partido foi modelado para as demais igrejas da ilha, até meados do século XX. Assim, esse modelo teve grande influência na obra analisada, a Igreja Nossa Senhora das Necessidades, que segue o mesmo projeto da Matriz, ainda que de forma mais simplificada (LANER, 2007).

Segundo Cardoso (2013), a Igreja Nossa Senhora das Necessidades teve seu tombamento municipal instituído em 17 de dezembro de 1975, mediante Decreto n. 1.341. Já o tombamento estadual só aconteceu em 25 de junho de 1998 pelo Decreto n. 2.998.

SANTO ANTÔNIO DE LISBOA: O DISTRITO

O distrito de Santo Antônio de Lisboa é composto pelas localidades de Cacupé, Sambaqui e Barra de Sambaqui, localizado no Noroeste da Ilha de Florianópolis (SC). Em 1950, ganhou o título de freguesia e a ocupação luso-brasileira ocorreu no início do século XVIII (FERREIRA, 2008).

A chegada dos primeiros imigrantes em Santo Antônio se deve à vinda do Padre Mateus de Leão e vinte casais de colonos, em 1698. Geograficamente,

Santo Antônio de Lisboa está localizado no Norte da Ilha de Florianópolis, no litoral fronteiro ao continente, o que facilitou a chegada dos imigrantes açorianos. A população do local aumentou no século XVIII, quando por lá se estabeleceu o Capitão de Ordenanças Manuel Manso de Avelar, juntamente com sua família e mais uma centena de brancos e escravos. Apesar da passagem desses povoadores em Santo Antônio, a contribuição expressiva no povoamento da região aconteceu somente com a chegada dos imigrantes açorianos em meados no século XVIII (FERREIRA, 2008; MARTINELLO, 1992).

O povo da Ilha dos Açores trouxe consigo boa parte da sua cultura e isso é visto no povoado até os dias de hoje na parte gastronômica, mitos e lendas, e na arquitetura.

O traçado da freguesia de Santo Antônio reflete o seu tipo de ocupação e a organização dada pela comunidade açoriana, onde as vilas tem o mar como ponto de referência e duas ruas paralelas a ele e algumas transversais entre elas, o que é visto na paisagem da freguesia da ilha de Santa Catarina (JESUS, 2011).

A Igreja foi construída pela comunidade local em terras doadas por Dona Clara Manso Avelar. A construção iniciou no ano de 1750 e durou 6 anos. O primeiro pároco foi o açoriano Domingos Pereira Teles (FERREIRA, 2008).

A Padroeira da freguesia é Nossa Senhora das Necessidades, um dos cem títulos da mãe de Jesus. A ela foi atribuída a paróquia por conta da devoção que a doadora do terreno tinha pela Santa (FERREIRA, 2008).

Por dentro da igreja, a influência barroca ganha destaque em seus detalhes. No retábulo do altar-mor encontramos uma pequena, mas valiosa coleção de imagens, algumas delas de origem portuguesa. Atravessando o arco cruzeiro, deparamo-nos com dois belíssimos altares e retábulos, todos com nítida inspiração barroca (JESUS, 2011).

METODOLOGIA

A definição de método por Lakatos e Marconi (2003, p. 85) é: “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando nas suas decisões.”

A abordagem da pesquisa apresentada a seguir confere caráter qualitativo, que segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) é:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

A presente pesquisa está classificada como pesquisa descritiva, em que o pesquisador necessita de uma série de informações sobre o que deseja pesquisar, e também precisa analisar e descrever os fatos e fenômenos de uma realidade estudada. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A pesquisa foi estruturada em três etapas sequenciais, que visaram atingir o objetivo do estudo:

- **Revisão bibliográfica:** a realização de pesquisa de referenciais teóricos para a familiarização dos pesquisadores com o tema e delimitação do assunto a ser estudado;
- **Análise e estudo de campo:** o local a ser estudado é visitado pelos pesquisadores, então é realizada a coleta de dados, relatos fotográficos e avaliação dos dados obtidos;

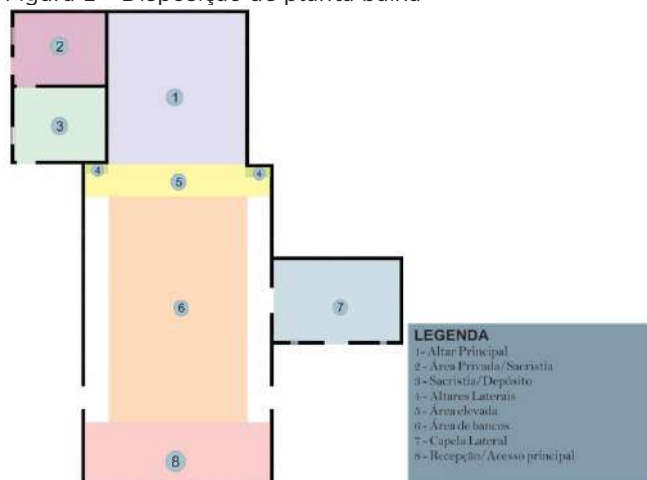
- **Descrição e estudo:** os dados coletados são analisados e separados pelos pesquisadores, os elementos arquitetônicos destacados são descritos e o estudo final é preparado.

RESULTADOS

DISPOSIÇÃO DOS AMBIENTES

Assim como mostra a Figura 01, a disposição dos ambientes da Igreja Nossa Senhora das Necessidades acontece de maneira linear, onde apresenta respectivamente da entrada principal: a recepção dos fiéis, os bancos para acomodá-los durante as celebrações, área elevada onde geralmente ficam os músicos do coral, altares laterais e o altar principal. Ao lado, a extensão de número 07, na Figura 1, representa a capela lateral, onde se concentra um espaço reservado para oração. E nas extensões representadas pelos números 02 e 03, na Figura 01, estão os espaços privados da instituição religiosa onde se localizam a sacristia, depósito e área de reuniões dos funcionários voluntários e do Padre.

Figura 1 - Disposição de planta baixa



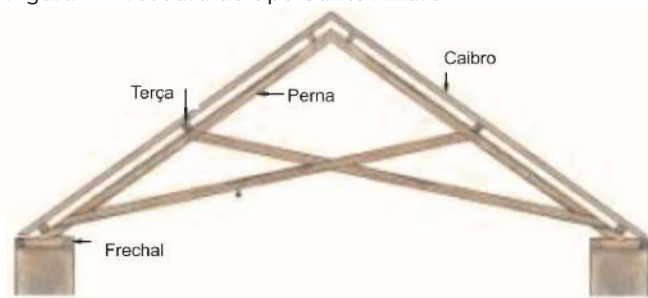
Fonte: os autores (2020).

TÉCNICAS CONSTRUTIVAS UTILIZADAS

O sistema estrutural aplicado para a construção da edificação foi a taipa de pilão, devido à grande abundância do barro vermelho, sua matéria-prima, na região catarinense. Algumas vantagens desse sistema eram a durabilidade e a fácil execução. Essa técnica consiste, resumidamente, em amassar nas fôrmas de madeira (taipal) o barro juntamente com argila e areia, além de algumas fibras vegetais, que poderiam ainda ser substituídas por crina de cavalo ou óleo de baleia. O resultado conferia uma maior resistência à estrutura. Para isso, utilizavam um pilão, e colocavam esse material em pequenas quantidades, em camadas sucessivas. As fôrmas de madeira são estruturadas por tábuas, fixadas por meio de cunhas na parte inferior, e um torniquete em cima. Após a secagem do barro, o taipal é desmontado e deslocado seguidamente, repetindo então todo o procedimento (COLIN, 2010). No caso da Igreja estudada, foi aplicada a técnica e posteriormente adicionado pintura.

Na estrutura da cobertura, foi identificada a utilização da madeira, com função estrutural de sustentar o peso das telhas, que por sua vez eram de cerâmica de capa e canal, também podendo adotar a denominação telha canal ou telha colonial (COLIN, 2010), apresentam formato irregular, variando o seu tamanho. Ao analisar o local, chegou-se à conclusão de que as tesouras utilizadas são do tipo Santo André (Figura 2). Em relação ao forro, foi observada a utilização de duas técnicas: (a) no altar, o forro abobadado (Figura 3), denominado dessa maneira pela colocação de cambotas auxiliares que encurvam a estrutura ao final da forração, foram utilizadas as mesmas peças da madeira das tesouras da cobertura principal, e a segunda (b) na nave central, designada de esquife (Figura 4), onde a forração segue a inclinação das telhas canal (CARDOSO, 2013).

Figura 2 - Tesoura do tipo Santo André



Fonte: Colin (2010).

Figura 3 - Forro abobadado



Fonte: os autores (2020).

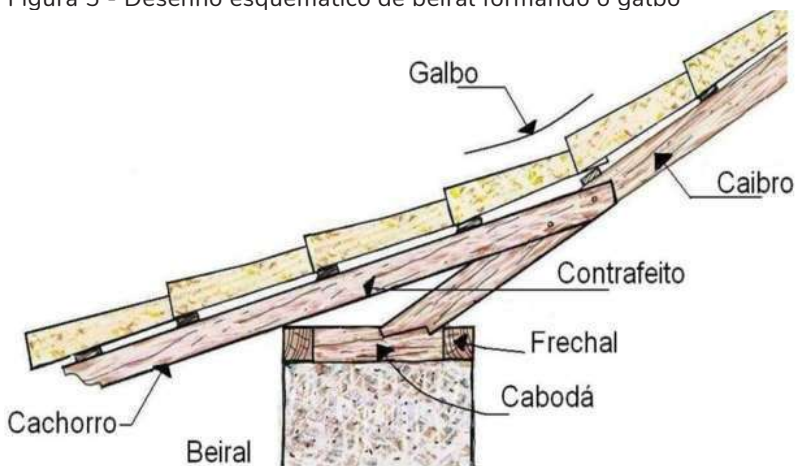
Figura 4 - Forro de esquite



Fonte: os autores (2020).

Sobre os beirais, tinham uma preocupação referente às paredes, com o objetivo de protegê-las contra a incidência da chuva, para que assim, a estética da obra não fosse comprometida. Com isso, fizeram com que houvesse a mudança de inclinação das águas, que recebe o nome de galbo (Figura 5), com o intuito de direcionar a água para longe (IPHAN, 1999).

Figura 5 - Desenho esquemático de beiral formando o galbo



Fonte: Colin (2010).

Para a decoração dos galbos utilizavam a beira, que são os ornamentos de alvenaria na junção com o telhado. Em muitos casos, as próprias telhas eram usadas como moldes, deixando uma impressão de semicírculos denominados de beira-seveiras, muito utilizadas na época por ser de fácil execução e baixo custo (IPHAN, 1999).

TIPOS DE ABERTURAS

Em geral, nas portas e janelas da Igreja, foram identificados folhas e escuros de madeira com abertura no estilo “giro”, designado como “abertura à francesa” (COLIN, 2010). Já as aberturas da nave central são

mais simples e dispõem de um diferencial importante para aumentar a luz inserida dentro da edificação, como é o caso dos chanfros. Os vidros nos clerestórios eram fixos e não tinham acesso. Essa mesma alternativa foi aplicada no óculo, para também tentar aproveitar melhor a luz natural. As portas são de madeira com folhas de pinázios, aplicação sobre a madeira que permite a formação de pequenos arcos.

PISO

O piso apresentado é de tábua corrida de madeira com frisos em torno de 40 cm de largura e espessura de 3 a 4 cm apoiados em barrotes. Essa técnica era comum em edificações elevadas ao solo, como é o caso da Igreja estudada.

TÉCNICAS DECORATIVAS UTILIZADAS

DECORAÇÃO EXTERNA

Na Figura 6, é possível observar a fachada frontal com frontão triangular (a), encimado por duas volutas (b), que sustentam a cruz latina (c). Nas laterais, abaixo do frontão, aparecem pilares com base quadrada embebidos à parede (d), encimados por um capitel de configuração simples (e). Nas laterais, acima do frontão, observa-se a presença de dois pináculos (f). A entrada é encimada por uma cornija (g), com chave ao centro (h). Acima é possível observar uma abertura em óculo (i). A escada é central (j), apresenta pilaretes nas laterais (k) e muro de contenção (L) com guarda corpo vazado (m).

Figura 6 - Elevação frontal da Igreja



Fonte: os autores (2020).

Na Figura 7, a vista lateral direita dá atenção para os seguintes detalhes decorativos: torre sineira (a), clerestório (b), porta de entrada em madeira com arco de meia volta abatido, contornado por moldura em pedra também em formato de arco de meia volta (c), abertura em arco de volta perfeita (d), escada de acesso para o sino em pedra (e), porta de acesso com moldura (f).

Figura 7 - Elevação lateral direita da Igreja



Fonte: os autores (2020).

Na lateral esquerda da Igreja (Figura 8), os elementos observados são: abertura em madeira contornada por moldura (a), porta de acesso ao corpo lateral contornada por moldura em arco de meia volta abatido (b) e clerestório (c).

Figura 8 - Elevação lateral direita da Igreja



Fonte: os autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os itens apresentados sobre a Igreja Nossa Senhora das Necessidades, verifica-se que a obra faz parte do estilo arquitetônico barroco, apresentando elementos arquitetônicos que correspondem à época e ao estilo desenvolvido em território brasileiro. A fachada homogênea, portada principal e o óculo, encimados por frontões, e o uso de muros rendilhados são

alguns dos elementos que refletem a influência que a colonização açoriana trouxe dos estilos arquitetônicos da Ilha dos Açores e de Portugal, mas aplicadas ao contexto brasileiro.

A Igreja Nossa Senhora das Necessidades faz parte do acervo das obras mais antigas do estilo barroco no estado de Santa Catarina, no Brasil, assim como seu legado para o estudo da arquitetura.

REFERÊNCIAS

BAETA, Rodrigo Espinha. **O Barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII**. Salvador: EDUFBA: SciELO Books, 2010. 368 p.

BOTELHO, Ângela Viana; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico-Brasil: Colônia e Império**. Belo Horizonte: Botelho, A. V. & REIS, L. M., 2001. 320 p.

CARDOSO, Jaqueline Henrique. **Políticas de Turismo, Patrimonialização e Tensões Identitárias: Santo Antônio de Lisboa (Florianópolis, SC), 1966-2012**. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CASTRO, Henrique Moreira de; DEUS, José Antônio Souza de. Uma abordagem geohistórica e etnogeográfica do barroco mineiro aplicada aos estudos da paisagem nas regiões de antiga mineração do Brasil. **Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 3, p. 57-80, 22 dez. 2011.

COLIN, Sílvio. **Técnicas Construtivas do Período Colonial**. IMPHIC – Instituto Histórico. 2010. 46 p.

FARIAS, Wilson Francisco de. **De Portugal ao sul do Brasil - 500 Anos - História, Cultura e Turismo**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2001. 840 p.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **Santo Antônio de Lisboa 310 Anos: Sua Gente, sua Igreja e sua Festa do Divino**. 1. ed. Blumenau: Nova Letra, 2008. 72 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN.

Manual de Conservação de Telhados. [S. l.]: IPHAN, 1999. 50 p.

JANSON, Horts Woldemar ; JANSON, Anthony F. **Iniciação à história da arte.** 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 475 p.

JESUS, Giselli Ventura de. **Dinâmica Socioespacial Do Distrito De Santo Antônio De Lisboa (Florianópolis/ SC):** Passado E Presente. Orientador: José Messias Bastos. 2011. 249 p. Dissertação (Mestre em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 24 mai. 2020.

LANER, Márcia Regina Escorteganha. **Catedral Metropolitana de Florianópolis:** retrospectiva histórica das intervenções arquitetônicas. 2007. 220 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARTINELLO, Dirce Maria. **Santo Antônio de Lisboa:** O Pescador Tecendo a Sua Própria Rede. Orientador: Selvino José Assman. 1992. 187 p. Dissertação (Mestre em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

NOVA CULTURAL, Editora (org.). **Os Grandes Artistas:** Barroco: Rubens, Hals, Van Dyck. [S. l.]: Nova Cultural, 1991.

PROENÇA, Graça. **História da Arte.** 16. ed. São Paulo: Ática, 2003. 270 p.

REZENDE, Edson Fialho de. **Barroco Mineiro:** nação civilizada, patrimônio protegido. 2011. 78 f. Monografia (Especialização em Cultura e Arte Barroca) - Curso de Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC (DF). **O Ciclo do Ouro e o Barroco em Minas Gerais.** Brasília, DF: SESC, 2015. 280 p.

CAPÍTULO 7

DESCRIÇÃO HISTÓRICA E ARQUITETÔNICA DA PARÓQUIA SENHOR BOM JESUS – HERVAL D'OESTE (SC)¹

Juliane Carla Bertha

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: berthajulianecarla@gmail.com

Ruan Marcos Ferrandin

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: ruanmferrandin@gmail.com

Lara Lima Felisberto

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: laralimafelisberto@gmail.com

Merilena Alves de Lima Bueno

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: merilenabalalv@gmail.com

Juliana Aparecida Biasi

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

No centro da cidade de Herval d'Oeste, no estado de Santa Catarina, está localizada a Paróquia Senhor Bom Jesus, Igreja Católica que antigamente pertencia à diocese de Lages (SC), até a criação da atual diocese de Joaçaba

¹ Publicado originalmente em: Anuário Pesquisa E Extensão Unoesc Videira, v. 6, e28101, 2021.

(SC), a qual faz parte hoje. A Paróquia Senhor Bom Jesus completou 70 anos em setembro de 2019, teve sua fundação por um decreto de Dom Daniel Hostin, Bispo de Lages na época, em 14 de setembro de 1949.

Os primeiros registros de atividade da comunidade Católica para a fundação da Paróquia datam do ano de 1943. Martins (2009) relata que um grupo de pessoas foi de Herval d' Oeste para Lages a fim de obter a aprovação da obra com o bispo. A freguesia foi atendida pela Congregação dos Freis Franciscanos até 1984, a partir de então, até os dias atuais, a Igreja está sob coordenação da diocese de Joaçaba. Fazem parte dessa paróquia 20 comunidades, sendo 12 do interior do município, 7 bairros e a matriz de Herval d'Oeste.

Este trabalho realiza uma descrição histórica arquitetônica da obra Paróquia Senhor Bom Jesus a partir do estudo de seus elementos constituintes, com base em pesquisas bibliográficas – revistas, livros e publicações da Paróquia Senhor Bom Jesus (SANTOS; SABEL, 2015), e observações realizadas *in loco*.

CONTEXTO HISTÓRICO

Entre o período de 1908 e 1910, o município de Herval d'Oeste começou a ser reconhecido como entidade política-administrativa, isso se deu ao fato de que na época estava ocorrendo a construção da estrada de ferro (São Paulo-Rio Grande do Sul), que passa pela cidade. Essa construção atraiu um grande número de operários. Sendo assim, eles começaram a colonização aos arredores, igualmente as pessoas que por ali passavam. Em 1926, já se podia considerar a área colonizada e Herval se manteve como distrito de Campos Novos até 1943, então a Paróquia foi atendida pela Congregação dos Freis Franciscanos até 1984 sendo distrito de Joaçaba, emancipando-se somente em 30 de dezembro de 1953 (SANTOS; SABEL, 2015).

Figura 1 - Processo de criação da paróquia Senhor Bom Jesus



Fonte: os autores (2020).

De acordo com Santos e Sabei (2015), em uma reportagem aos 70 anos da Paróquia Senhor Bom Jesus, os “fabiiqueiros”, como eram chamados na época, o conselho administrativo foi composto por três homens, eram eles: Eurico Rauem, José Rupp e Dionizio Zanelatto. Eles foram responsáveis pela construção da Igreja juntamente com Sebastião Nodari e Luiz Ruaro. Em 1944, conquistaram a aprovação da obra e fizeram a compra de 18 janelas, fabricadas pelo senhor José Ferrari. As janelas dispunham de vidraças encomendadas pessoalmente do Rio de Janeiro pelo Frei Albino. Nessa mesma época foram arrecadados fundos para a construção do piso e da sacristia desenvolvidos pelo senhor Guerino Ceconi. Em 1949, os altares laterais já estavam concluídos, com a Imagem do Sagrado Coração de Jesus e a Imaculada Conceição, e acredita-se que a Casa Paroquial já estava em construção.

As torres da Matriz foram construídas pelo senhor Anteo (SANTOS; SABEI, 2015). Ele trabalhou no ramo de construção por 56 anos e levou 2 anos e 7 meses para concluir a construção delas com a ajuda de colaboradores. Elas foram então inauguradas em 03 de agosto de 1958, os sinos existentes na torre foram trocados em 1965 pelo motivo que os anteriores eram muito pesados. Em 1959, foi colocada a primeira Via Sacra na Igreja e uma festa,

em 1962, angariou fundos para a compra dos relógios das torres que estão em funcionamento até hoje. Os relógios foram comprados na Fábrica de Relógios Públicos da cidade de Estrela (RS). Os projetos de reformas e pinturas foram iniciados em 1967 e 1968, sempre buscando conservar a igreja e se mantém até hoje.

No dia 07 de outubro de 1984, o Padre Paulo Gabriel Rosalen tomou posse da Paróquia e, em 1987, filiaram-se à Rádio Nova Líder, entrando no ar com programas como *Ave-Maria* e *Igreja que está a Caminho*. Nesse mesmo ano, chegou à Igreja uma imagem do Senhor Bom Jesus, em madeira com 3,40 m de altura, que contempla o altar até os dias atuais. Em 1989, a antiga casa Paroquial, ao lado da igreja, foi ampliada, passou por reformas e se transformou no até hoje Pavilhão da Paróquia, onde são comemoradas festividades da Igreja, feitas maiores reuniões, palestras, seminários e eventos de arrecadação.

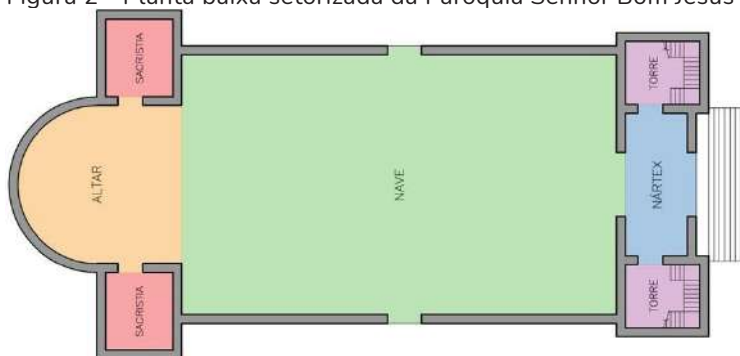
A partir dos anos 2000, as execuções na Igreja têm continuidade, a pintura de Jesus Cristo no altar foi feita no ano de 2020 pelo senhor Jurandir, no ano posterior a Igreja passou pela sua primeira reforma geral. Nos dias atuais, sempre vêm sendo somadas melhorias, dentre essas podem ser citadas a pintada da igreja, a colocação de forro de PVC no salão paroquial; no salão paroquial, a compra de móveis novos; as reformas nas churrasqueiras e banheiros acessíveis; instalação de climatizadores em vários pontos, sem contar com a reforma total de cozinha industrial para eventos (SANTOS; SABEL, 2015).

TÉCNICAS CONSTRUTIVAS UTILIZADAS

O terreno de esquina, no qual foi construída a Paróquia, tem acesso a vias por três lados, e está localizado em um lugar privilegiado, no centro da cidade. Como pode ser observado na planta baixa demonstrada na Figura 2, a Igreja foi projetada com apenas uma nave central, também compõem

o projeto, um altar, salas de sacristia, e um segundo pavimento onde fica a galeria.

Figura 2 - Planta baixa setorizada da Paróquia Senhor Bom Jesus



Fonte: os autores (2020).

A edificação, construída em alvenaria, apresenta, além da tribuna formando o transepto próximo ao altar, a colocação de uma segunda tribuna aos pés da Igreja, formando um pórtico de entrada, que será arrematado externamente com duas torres. A cabeceira, onde está o altar, destaca-se uma abside de ferradura. Ainda, à frente da edificação há uma praça arborizada e escalonada, com uma escadaria de pedra que leva à entrada principal. Esse tipo de disposição de planta, chamado corpo ocidental (*West werk*) foi um elemento muito característico da arquitetura medieval carolíngia que passou à arquitetura otomiana e chegou a diversas obras ao longo do território, do tempo e da história mundial (GOITIA *et al.*, 1995; JANSON, 2001).

A cobertura é mista, parte com telhas metálicas, em elementos que foram reformados, e parte com fibrocimento. As cúpulas das torres foram feitas em concreto. O piso é cerâmico, com detalhes em granito nas mudanças de nível. As janelas nas laterais da nave são feitas de vidro colorido com caixilho de alumínio, nas torres e na fachada frontal o caixilho é de aço, e apenas as aberturas do altar apresentam vitrais. A entrada principal é uma porta almofadada de madeira, assim como a janela semicircular acima dela.

O templo fica sob um platô que é acessado frontalmente por uma escadaria larga de oito degraus. Porém, o acesso secundário fica no nível da calçada, visto que a rua lateral é em declive.

TÉCNICAS DECORATIVAS UTILIZADAS

O frontispício é simétrico (Fotografia 1). Dispõe de duas torres sineiras (campanários) ambas com relógios, que trazem um ressaltado à fachada, reforçadas por contrafortes (a) que rematam às quinas, finalizando em uma coluna embebida às paredes (b) que segue na mesma prumada. Entre as torres está a entrada principal, que se dá por uma porta retangular sobre uma bandeira semicircular (c), envolta em um requadro em arco de meia-volta (d) ornamentado por lajotas de baixo-relevo florais (encarpo). De cada lado da porta principal existe um óculo (e).

Fotografia 1 - Descrição dos elementos constituintes da fachada principal



Fonte: os autores (2020).

Ligando as torres, estão duas cornijas (f), que enquadram um óculo grande centralizado (e). A cornija inferior sustenta em seus extremos duas colunas (g) que se embebem às torres e à parede. As colunas apoiam um detalhe decorativo em baixo-relevo (h), que por sua vez parece sustentar a cornija superior (f). Acima das cornijas, o frontão (de cartela) é fragmentado, formado por elementos circulares e volutas (i), elementos e técnicas utilizadas no barroco. O topo do frontão sustenta uma cruz e em seu tímpano é colocado alguns ornatos circulares e espirais (j).

Do lado externo da edificação (Fotografia 2), as janelas, na sua grande maioria, são encimadas por um arco de meia-volta (k), emolduradas por três seqüências do enquadro escalonado. A cornija no peitoril completa a composição. Na abside, existem três óculos cegos (l), dispostos de forma simétrica na parede, e duas aberturas que apresentam vitrais retratando cenas de histórias bíblicas (m). Essas aberturas não apresentam beiral de grandes proporções e/ou platibandas, o encontro da cobertura com as paredes é atenuado por uma cornija (cimalha) que percorre todo contorno da igreja (n), com exceção da fachada onde o frontão esconde a cobertura. As laterais da Paróquia são divididas por oito pilastras rasas (o), com uma janela entre seus espaços. Existem também algumas aberturas retangulares nas sacristias, sendo duas delas cegas (p).

Fotografia 2 - Descrição dos elementos constituintes da fachada lateral



Fonte: os autores (2020).

No interior (Fotografia 3), o teto é plano dividido por vigas que foram decoradas com cornijas de gesso (q). As arestas, formadas pela junção do teto com as paredes, são arredondadas, técnica conhecida como sofitos (r), que aumenta a percepção de altura do ambiente. Uma cúpula hemisférica completa o teto da abside, que por sua vez é separada da nave por um arco cruzeiro (s). O arco cruzeiro é sustentado por colunas adossadas, que apresentam em seu topo capitéis com releitura ao estilo coríntio (t), entalhados em madeira.

Fotografia 3 - Descrição dos elementos constituintes do interior da Igreja



Fonte: os autores (2020).

A pintura de Jesus na abside (u) é o ponto focal no interior da Igreja, tanto pela sua dimensão e contraste de cores, quanto pela centralidade. O arco da abside reforça a sensação que os braços da imagem estão abraçando o observador. O arco das janelas, no lado interno da edificação, apresenta uma chave (v) maior, que se destaca no arco, característica da arquitetura neoclássica. Nas laterais da nave, pilastras (w) decoram as paredes do peitoril da janela até o teto, o topo de cada pilastra dispõe de um capitel do mesmo padrão encontrado no restante da Igreja. Mais abaixo, na base da parede, uma cinta de tiras de madeira (y) harmoniza com os bancos e contrasta com a cor clara da pintura.

O revestimento das paredes foi feito com vidro moído na sua composição, o que dava um efeito brilhoso quando refletido à luz, porém com o tempo foi decidido pintar as paredes da Igreja, encobrendo o brilho do revestimento.

CONCLUSÃO

A obra da Paróquia Senhor Bom Jesus traz uma simplicidade arquitetônica, sempre movida pela força de vontade e esforço da comunidade em conquistar sua independência, com os recursos que foram angariados no período, por meio de trabalho em grupo e arrecadações. A análise de seus elementos arquitetônicos, assim como das técnicas de sua construção, são registros importantes, que contribuem para a história de toda a população, evidenciando detalhes esquecidos, mas que deixaram um marco na sociedade e no espaço urbano. Quanto ao seu estilo arquitetônico, conclui-se que a Paróquia Senhor Bom Jesus apresenta ecletismo em suas características, pois faz referência a vários estilos, como o românico, o barroco e o neoclássico. Acredita-se que isso também ocorra pois, os construtores e mestres de obra da época tinham apenas um conhecimento empírico no mercado da construção civil, somado à região com pouco desenvolvimento em que se localiza à época que foi edificada.

REFERÊNCIAS

GOITIA, Fernando Chueca *et al.* **História Geral da Arte:** arquitetura II. Espanha: Ediciones del Prado, 1995.

JANSON, Horts Woldemar. **Iniciação à História da Arte.** 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001.

MARTINS, Sérgio. **Meu Herval, Herval d'Oeste**. Herval d'Oeste: Editora Sérgio Martins, 2009.

SANTOS, Davi Lenor Ribeiro dos; SABEL, Gizelly. **Paróquia Senhor Bom Jesus comemoração aos 65 anos**. Paróquia Senhor Bom Jesus de Herval d' Oeste. Herval d' Oeste: 2015. p. 5-9.

CAPÍTULO 8

ANÁLISE ARQUITETÔNICA TEMÁTICA DA IGREJA E PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO EM CURITIBANOS (SC)

Aline Vacario

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: alinevcr1902@hotmail.com

Maria Eduarda Thibes de Campos

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: maria.campos.17@hotmail.com

Suellen Cristiane Borin

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: ssubor@hotmail.com

Lara Lima Felisberto

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: larialimafelisberto@gmail.com

Merilena Alves de Lima Bueno

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: merilenabalalv@gmail.com

Juliana Aparecida Biasi

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

Inicialmente, o território da atual Curitibanos era dominado pelos índios botocudos, os primeiros moradores da região, além dos tropeiros,

que viam ali um lugar de descanso nas suas viagens de condução de gado do Sul para a região Central do país. Antônio Pereira, o capitão, pertencendo à comitiva que havia sido responsável pelo início de Lages, em 1773, implantou nesses campos a “Fazenda dos Curitibanos”, a qual não durou muito tempo por conta da insatisfação dos índios, sendo destruída em 1783 (COSTA, 2013; IBGE, 2018).

A partir de 1800, formou-se um pequeno povoado que, em 1851, passou a se chamar “Curitibanos e Campos Novos Reunidos”. No dia 22 de março de 1864, recebeu o novo nome de “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Curitibanos”, até que em 1969, tornou-se um município independente de Lages (TAMBOSI, 1993).

Curitibanos é uma das mais antigas cidades do estado de Santa Catarina, a qual apresenta como traço colonial inicial, o luso-brasileiro, precedido por alemães, italianos e, mais tarde, japoneses, os quais ainda habitam a região, gerando influência e atrativo à cidade por ainda manterem sua cultura viva.

A IGREJA IMACULADA CONCEIÇÃO

Em 1894, faleceu o Padre Tomás Sobrinho, sacramentado por Frei Rogério Neuhaus no município de Campos Novos, e, por determinação do bispo do Rio de Janeiro, os Franciscanos que já se encontravam em Lages assumiram também as Paróquias de Curitibanos e Campos Novos, começando assim a sua história no município.

Chegando à cidade, encontraram uma Igreja Matriz já construída, de maneira muito simples, a qual não dispunha de bancos, nem ornamentação. Aos poucos, foram feitas melhorias, como a construção de uma nova sacristia e pinturas, o altar-mor fora reformado, e talhado por Frei Columbano Cremer,

foram adicionados dois altares laterais, um em honra ao Sagrado Coração de Jesus e o outro em honra ao Senhor Bom Jesus. Em 1907, a fachada recebeu uma pequena torre, a qual foi construída com uma doação testamentária do Sr. Francisco de Oliveira Lemos, onde a viúva do mesmo acrescentou o valor para compra de dois sinos.

No ano de 1910, tiveram início as discussões acerca da construção de uma nova Igreja por conta da exceção de sua capacidade para a época, além de problemas estruturais apresentados na edificação existente. Em 1912, as missas dominicais passaram a ser realizadas na escola, pois a matriz ameaçava ruir. O Frei Columbano Cremer desenvolveu uma planta para a nova Igreja, porém a Paróquia não dispunha da verba para a construção, dada a situação política e social que a cidade enfrentava (TAMBOSI, 1993).

Dessa forma, foi construída uma segunda Igreja, feita toda em madeira imbuia, sendo executada por Sr. Bossov, acompanhado do Frei Gaspar. Devido às ameaças de morte feitas aos Frades, houve a substituição de ambos, e coube ao novo vigário, Frei Redento Kullmann, terminar a Igreja. A inauguração aconteceu em dezembro de 1915 e, uma semana após esse evento, Frei Redento deixou Curitiba. Em 1962, ela foi destruída, tendo uma parte de suas tábuas doadas para ampliação do Salão de Bom Jesus, e outra parte para uma comunidade chamada Faxinal Paulista, considerando o desejo de se construir a Paróquia seguinte com outros materiais.

Em 1953, teve início a obra da terceira, e atual, Igreja Matriz, que teve sua construção embargada pelo CREA por não apresentar responsável técnico. Foram várias as tentativas para sua regularização, até que Frei Valentim Tambosi, juntamente com Ticiano Betanin, um arquiteto gaúcho famoso pela construção de igrejas no Rio Grande do Sul, após muitas alterações, conseguiram prosseguir a obra, contando que só recebeu pintura depois de dois anos de uso.

Finalmente, obtiveram como resultado a belíssima Igreja em estilo Romântico conhecida como Igreja Matriz Imaculada Conceição (Figura 1), a qual está localizada na Avenida Frei Rogério, no centro de Curitiba (SC), ao lado do Museu Histórico Antônio Granemann de Souza. Conta com 540 metros quadrados e é construída em alvenaria convencional, dada a disponibilidade de mão de obra, durabilidade e por ser o método construtivo mais utilizado na região durante o período (TAMBOSI,1993).

Figura 1 - Último registro da antiga Igreja Matriz, durante desfile escolar em 1962, mesmo ano em que a obra completa 50 anos de uso



Fonte: adaptado de Tombosi (1993).

ESTILOS ROMÂNTICO, ECLÉTICO E NEOCLÁSSICO

No decorrer da pesquisa e análise da obra, pode-se afirmar que o estilo arquitetônico presente na Igreja e Paróquia Imaculada Conceição remete às origens naturais do Romantismo eclético. O movimento artístico de origem europeia, cujo apogeu se deu na metade do século XVIII, onde se baseava na liberdade de expressão artística, na valorização da expressão, do sentimento e da espiritualidade. Surge a proposta de retomada de modelos

históricos, como, por exemplo, o gótico e o romântico, sendo uma corrente que mescla diversos estilos arquitetônicos na tentativa de criação de uma nova linguagem.

No Brasil, a arquitetura romântica surgiu a partir do século XIX com a expansão do ecletismo, caracterizado pela mistura de estilos arquitetônicos do passado, principalmente daqueles que tinham influências dos imigrantes franceses, italianos e alemães (VIVA DECORA PRO, 2018).

O Romantismo favoreceu o Renascimento, não de apenas um, mas sim de ilimitado número de estilos, trazendo o reflorescimento, a redescoberta e utilização de formas antes rejeitadas, tornando-as um princípio estilístico.

Diante de discussões sobre adoção de estilo neocolonial para a formação de uma identidade arquitetônica nacional, uma concepção sobre a arquitetura entrava em uso, então, o ecletismo deixou de ser a única forma de romper com o passado colonial (PINHEIRO, 2011).

Na tentativa de materializar o moderno por meio das construções, foram inseridos padrões arquitetônicos que buscavam romper com o traçado puramente tradicional, visualizados em edificações que seguiam o estilo arquitetônico difundido durante o período colonial. (MELO, 2013, p. 59).

A adoção do ecletismo foi uma das saídas para a renovação da arquitetura brasileira.

O ecletismo pode ser percebido como estilo que integra correntes como o neoclássico, neogótico, neocolonial, e também é marcado pela releitura de detalhes com características historicistas (MELO, 2013).

ANÁLISE DA OBRA

Com o estudo do movimento romântico eclético, é possível realizar a comparação temática entre a Igreja Matriz Imaculada Conceição (Figura 2),

localizada em Curitibaanos (SC) e as obras realizadas nesse estilo em outras localidades do mundo. Tal obra é marcada por um ecletismo de diversos estilos históricos, com elementos pertencentes ao período romântico.

Figura 2 - Fachada principal da obra mostrando o corpo da Igreja e a torre sineira lateral a este



Fonte: as autoras (2020).

Podem ser encontradas características do neocolonial, como as releituras de colunas do estilo toscano, localizadas na entrada principal da edificação. Notam-se arcos de volta perfeita, frontões e mísulas na fachada e na torre da Igreja, tais características são marcantes nas edificações no estilo

clássico greco-romano, além da planta da Igreja ser formada por nave central única, o que remete às basílicas construídas na Roma Antiga.

Ao longo da nave única, observa-se vitrais moldados por arcos de volta perfeita (Figura 3), trazendo cenas bíblicas com a presença de figuras adornadas por auréolas douradas, conhecidas como Cristo Sol, além de olhos amendoados, ambos elementos característicos do estilo bizantino. Imagens assim também são encontradas nos clerestórios que coroam a abside que abriga o altar.

Figura 3 - Vitrais, releitura bizantina com presença do Cristo Sol



Fonte: as autoras (2021).

No interior da edificação (Figura 4), as pinturas nas paredes representam momentos importantes. A imagem da padroeira é ladeada pelas figuras dos quatro evangelistas, afrescos – emoldurados por motivos geométricos – que seguem até o teto, com inspiração no estilo renascentista.

Figura 4 - Nave central única com abóbada de arco abatido e nervuras que se apoiam a pilares com cornijas embebidos à parede



Fonte: as autoras (2021).

Pilares embebidos à parede sustentam as nervuras da abóbada que forma a nave central, cobertos por “fingido”, técnica em pintura que imita o mármore, usando de tons de verde e roxo. Tal característica é releitura do estilo rococó.

CONCLUSÃO

A obra arquitetônica da Igreja Matriz Imaculada Conceição reflete uma arquitetura romântica. O Romantismo aconteceu contíguo à independência

política, em 1822, como movimento de oposição à arquitetura neoclássica, sendo caracterizado pelo uso de temas excêntricos e vários elementos de outras correntes em sua arquitetura.

A igreja Imaculada Conceição conta com um arranjo eclético que envolve características de diversos estilos, dentre eles o neoclássico, neocolonial e renascentista. Foi construída e planejada conforme o conhecimento proveniente da época, usando as técnicas construtivas comuns na região, tendo como resultado a edificação atual, a qual com todos seus elementos de composição e estilos conseguiu tomar destaque e se tornar um ponto turístico da cidade de Curitiba, devido a sua beleza e imponência em meio aos campos do Meio-Oeste catarinense.

REFERÊNCIAS

COSTA, Luiz Antônio Cidral da. **Curitibanos de vitórias**. 2013. Disponível em: <https://www.curitibanos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/15352>. Acesso em: 16 jun. 2020.

IBGE. **Curitibanos: histórico**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/curitibanos/historico>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MELO, Sabrina Fernandes. **Arquitetura e ressonâncias urbanas em Florianópolis na primeira metade do século XX**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106972/318574.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2011.

TAMBOSI, Frei Valentin. **Franciscanos em Curitiba**. Curitiba: Edições Loyola, 1993.

VIVA DECORA PRO. **O sentimentalismo e a nostalgia da arquitetura romântica.** 2018. Disponível em: <https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetura/arquitetura-romantica/#:~:text=O%20romantismo%20na%20arquitetura%2C%20tamb%C3%A9m,o%20predom%C3%ADnio%20de%20temas%20ex%C3%B3ticos>. Acesso em: 18 jun. 2020.

CAPÍTULO 9

ANÁLISE ARQUITETÔNICA DO CASTELINHO DE FRAIBURGO (SC)¹

Jean Paulo Gusi

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: jean_pgusi@hotmail.com

Maria Julia Petry

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: maria-julia-petry@fetz.com.br

Miriane de Oliveira

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: miriaane.oliveira@gmail.com

Lara Lima Felisberto

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: larialimafelisberto@gmail.com

Merilena Alves de Lima Bueno

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: merilenabalalv@gmail.com

Juliana Aparecida Biasi

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

A colonização do município de Fraiburgo (SC) iniciou-se por dois principais fatores: o fluxo de fugitivos advindos da Revolução Farroupilha,

¹ Publicado originalmente em: Anuário Pesquisa E Extensão Unoesc Videira, v. 6, e28099, 2021.

Guerra do Paraguai e Revolução Federalista e a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG). Esses fatores resultaram no início da exploração da madeira e da implantação de serrarias no local, o que chamou a atenção de famílias estrangeiras, como os irmãos René e Arnaldo Frey.

Para estabelecerem suas terras e diversificarem suas atividades econômicas, os irmãos Frey contaram com a ajuda do agrônomo Roger Marie Gllbert Biau, o qual foi responsável por idealizar o monumento denominado Castelinho de Fraiburgo. O exemplar foi construído como uma prova de amor à esposa de Biau, Evelyn, devido ao fato de que a mulher não havia se adaptado ao clima e cultura da comunidade em ascensão (FRAIBURGO).

O objetivo do presente artigo é analisar as características arquitetônicas do Castelinho de Fraiburgo (SC), bem como compreender o seu contexto histórico e seu estilo arquitetônico caracterizado como eclético com componentes pitorescos.

DESENVOLVIMENTO

A região onde, atualmente, situa-se o município de Fraiburgo (SC) era, originalmente, coberta por florestas nativas repletas de araucárias, típicas das paisagens do Sul do Brasil e, predominantemente, habitada por índios das tribos Kaingang e Xokleng. O povoamento do Planalto de Santa Catarina se tornou mais intenso com o fluxo de fugitivos remanescentes de vários conflitos como a Revolução Farroupilha (1835-1845), Guerra do Paraguai (1864-1870) e Revolução Federalista (1893-1895). Alguns povos que participaram dessas disputas, além de outros aventureiros, foram avançando por territórios desconhecidos, que hoje correspondem ao Meio-Oeste catarinense, e estabeleceram fazendas e “posses” na região. Outro fator que influenciou a colonização dessa região foi a construção da estrada de ferro vinda do Paraná em direção ao Sul do Brasil, no ano de 1910, que

atingiu a região do Rio do Peixe, onde se estabeleceram as primeiras vilas de imigrantes em 1921, dando início à derrubada de madeiras nativas para aproveitamento comercial. Assim, diversas serrarias foram implantadas em toda a extensão do Vale do Rio do Peixe, à medida que os trilhos avançavam em direção ao Sul (FREY, 2003).

As notícias da colonização do Vale do Rio do Peixe atraíram os irmãos René e Arnaldo Frey, que se mudam com suas famílias em 1930 para Perdizes, atual Videira. Os Frey são originários de Strassburgo, Alemanha, região que, atualmente, pertence à França. A família Frey é a grande responsável por colonizar e fundar o município de Fraiburgo (ZIOLKOWSKI, 2010). Anos após a chegada em Perdizes, os Frey interessam-se por uma região rica em pinheirais nativos a cerca de 30 quilômetros de Perdizes, conhecida como “Campo da Dúvida”, onde instalaram uma serraria em 1939. Estabeleceu-se ali o núcleo de colonização denominado de *Butiá Verde* e todas as atividades econômicas eram voltadas à serraria. “No ano de 1942 iniciou-se o primeiro povoado, que futuramente tornara-se o município de Fraiburgo.” (FREY, 2003, p. 17). Os irmãos abriram as primeiras ruas e construíram uma barragem, que deu origem a um lago artificial, o Lago das Araucárias, um dos cartões postais da cidade. “As primeiras construções a ocupar o vazio da vila eram casas, açougues, pensões e bares.” (ZIOLKOWSKI, 2010, p. 43). A região se desenvolveu rapidamente, tornando-se distrito em 1949 e município em 1961, desmembrando-se de Videira e Curitibanos.

“Com o passar do tempo e a diminuição das matas devido a exploração da madeira, a empresa René Frey e Irmão Ltda procurou diversificar suas atividades econômicas.” (FREY, 2003, p. 20). Na década de 60, os irmãos Frey, junto com o grupo francês Evrard, iniciaram o projeto que introduziria mudas frutíferas europeias na localidade, contando com o apoio do agrônomo Roger Marie Gilbert Biau, designado para acompanhar as centenas de mudas frutíferas de diversas variedades. A maçã foi a fruta que melhor se adaptou

ao clima frio da região, fato que deu início à transformação econômica local e tornou Fraiburgo a “Terra da Maçã” (FRAIBURGO).

A esposa do agrônomo, Evelyn, teve dificuldades para adaptar-se ao clima, à cultura e às adversidades da pequena comunidade. Para manter sua família no Brasil, Roger Biau, junto com os irmãos Frey, não mediram esforços para construir a casa dos sonhos de Evelyn. Portanto, antes de ser um ponto turístico, o Castelinho foi uma prova de amor (FRAIBURGO).

Inaugurado em 1966, o Castelinho (Figura 1) foi inspirado no estilo das casas da Normandia, região Noroeste da França, e no estilo Pitoresco que teve início no final do século XVIII e se estendeu até o início do século XIX na Europa. A planta da residência foi elaborada pela própria Evelyn, e um arquiteto francês foi trazido ao Brasil exclusivamente para a execução da obra (FRAIBURGO).

Figura 1 - Castelinho de Fraiburgo



Fonte: Rota da Amizade (2011).

A construção está sobre uma base ciclópica (Figura 2), típica do estilo pitoresco, com alicerces medindo 1,20 metros de largura. Esta se deu por meio da colocação de uma pedra ao lado da outra, fazendo a volta da casa e

depois uma pedra em cima da outra, fazendo a mesma volta sucessivas vezes. Foi utilizada a pedra basalto (encontrada facilmente na região) cortadas a mão, na base da edificação.

Figura 2 - Base ciclópica e paredes da obra



Fonte: os autores (2021).

O projeto original contava apenas com o térreo e o primeiro pavimento. Na parte interna da casa, as paredes são duplas com tijolos à vista, tal forma foi adotada para manter o calor no interior da casa, devido ao inverno bem definido da região (Figura 2). As paredes externas também são duplas, sendo adotada a pedra basalto do lado de fora e o tijolo na parte interna. Externamente, as paredes apresentam revestimento decorativo em pedra basalto do térreo e até 1,50 metro do primeiro pavimento, lembrando o natural e utilizando da matéria-prima abundante da região.

O pavimento superior, erguido em alvenaria, é decorado com madeira (Figura 3). Essa técnica é conhecida como enxaimel, trata-se de um “sistema de construção de paredes com elementos de madeira pesada que suportam a carga estrutural e são vedadas com outros materiais.” (FAZIO, 2011, p. 589).

A técnica não é originária da Normandia, pois foi utilizada desde a idade média em todo o território europeu (FAZIO, 2011).

Figura 3 - Vista frontal da residência



Fonte: Família Vanz (2019).

Os normandos eram um povo do Litoral Norte da França, seu território era amplo e diversificado, englobando não só o Norte da França e Inglaterra, mas também o Sul da Itália e da Sicília, tornando esse povo um verdadeiro hibridista de diferentes tendências culturais e estilísticas, que superaram até as barreiras clássicas (CHING, 2019). É perceptível o contraste da pedra de basalto na parte inferior com as paredes pintadas de amarelo e decoradas com madeiras em tons escuros na parte superior. Os normandos eram conhecidos por serem habilidosos construtores no uso da pedra (FAZIO, 2011).

A construção apresenta telhado bangalô, com estrutura em madeira e suas telhas originais eram de cerâmica portuguesa. Na cobertura, destacam-se as lucarnas, estruturas colocadas no telhado inclinado que apresentam telhado próprio e uma janela de duas folhas. O castelinho apresenta quatro

lucarnas, nas quais três menores e uma maior. Estas são releituras da arquitetura pitoresca. Atualmente, as telhas foram substituídas por telhas shingle e as lucarnas sofreram alterações para adequação às novas atividades da edificação, tornando-se um hotel boutique que abriga quartos onde antes havia somente um grande sótão.

Na sacada original da construção, localizada no andar superior ao térreo, é possível identificar o uso de balaústres em toda sua extensão.

Balaustrada é “uma série de balaústres utilizada para sustentar um corrimão em uma escada ou parapeito em um balcão.” (CHING, 2019, p. 802).

As janelas, localizadas no primeiro pavimento da edificação, apresentam arco de volta perfeita, assim como o pórtico de entrada. O arco de volta perfeita é outro elemento decorativo característico, muito utilizado na arquitetura etrusca e que se difundiu na arquitetura romana e espalhando-se por toda a Europa. Além de função estética, apresentam função estrutural, para melhor distribuição de pesos, permitindo gerar grandes vãos. Os arcos apresentam diversas aplicações na arquitetura, como por exemplo: portas, janelas, pontes, aquedutos, entre outros (COLE, 2012).

A fachada, apesar de equilibrada, não mostra simetria das formas e conta com apenas uma escada frontal, simples e pequena, revestida com cerâmicas de origem desconhecidas, com um corrimão central.

A obra apresenta características de casa de campo em sua concepção, com a mistura de pedra e de madeira para revestir e decorar (COLE, 2012). A residência foi construída no topo de um morro (Figura 4), isolada e cercada por árvores nativas, criando uma paisagem pastoral e um aspecto de casa de campo. Essa concepção configura as típicas casas da Alta Normandia, onde o estilo arquitetônico é tipicamente de enxaimel é o mais tradicional e usado

desde a idade média, principalmente nas regiões mais agrícolas, aonde o desenvolvimento não chegou (HISOUR).

Figura 4 - Vista aérea do castelinho (1967) e vista frontal (2019)



Fonte: Família Vanz (2019).

A família Biau residiu na propriedade por vários anos, passando a residência para o Hotel Renar que zelou pelo local até o ano de 2008, quando a propriedade foi comprada, reformada e ampliada por Ricardo e Marilene Vanz, atuais proprietários que estão transformando a propriedade no “Castelinho Boutique Hotel”.

CONCLUSÃO

Após análise das técnicas e elementos arquitetônicos como sacada em balaustrada, aplicação do arco de volta perfeita, presença de lucarnas na cobertura e outros elementos da obra, é possível notar semelhança com o estilo Pitoresco, na falta de simetria, uso de formas irregulares, variedade de contraste nos arranjos e na construção sobre base ciclópica. O Pitoresco é um movimento decorrente do Romantismo, que teve início no final do século XVIII e se estendeu até o início do século XIX no continente europeu, também é conhecido como Georgiano ou Tardio (BIASI; CAMARA, 2017). Além dessa relação com o estilo, a obra assemelha-se com as casas da região

da Normandia (região Noroeste da França) no uso da decoração enxaimel. É possível notar ainda, alguns elementos não característicos desse estilo, como as telhas cerâmicas portuguesas, e exterior acastelado, sendo uma casa isolada com abordagem cênica com aparência voltada ao rústico, apresentando uma composição eclética, o que faz a obra ser uma releitura do estilo Pitoresco.

REFERÊNCIAS

BIASI, Juliana Aparecida; CAMARA, Inara Pagnussat. Análise arquitetônica temática do museu do vinho Mário Pellegrin. In: CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2017, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá: UFMT, 2017.

Disponível em: <http://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/cicop/cicop2017ufmt/paper/vi-ew/2830/1108>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CHING, Francis D. K. **História global da arquitetura**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

COLE, Emily. **História Ilustrada da Arquitetura**. 1. ed. São Paulo: PubliFolha, 2012. 352 p.

FAZIO, Michael. **A história da arquitetura mundial**. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

FRAIBURGO. **Portal de Turismo de Fraiburgo**. Castelinho. Disponível em: <https://turismo.fraiburgo.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/5751>. Acesso em: 3 abr. 2020.

FREY, Willy. **Reflorestar é a Solução**. Fraiburgo: Sépia, 2003.

HISOUR. **Arquitetura da Normandia**: arquitetura cultura. Disponível em: <https://www.hisour.com/pt/architecture-of-normandy-31759/>. Acesso em: 7 jun. 2020.

ROTA DA AMIZADE. **Encantos e Sabores da Rota da Amizade**. 2011. Disponível em: <https://rotadaamizade.wordpress.com/2011/09/06/encantos-e-sabores-da-rota-da-amizade/>. Acesso em: 04 ago. 2021.

ZIOLKOWSKI, Gerda Maria Frey. **Fraiburgo Marcos da História**. Fraiburgo: Impressul, 2010.

CAPÍTULO 10

A INFLUÊNCIA DO ESTILO ROMÂNTICO EUROPEU NA ARQUITETURA DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO – TREZE TÍLIAS (SC)¹

Alessandra Tedesco

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: alessandratedesco98@gmail.com

Lais Frozza

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: laaysfrozza@gmail.com

Lara Lima Felisberto

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: lalimafelisberto@gmail.com

Merilena Alves de Lima Bueno

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: merilenabalalv@gmail.com

Juliana Aparecida Biasi

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

A Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi construída no ano de 1952, no ponto mais alto da área central da cidade de Treze Tílias (SC).

A edificação apresenta várias técnicas construtivas como quinas de pedra rusticada, porta de madeira em arco pleno, rosácea, medalhão, cornija,

¹ Publicado originalmente em: Anuário Pesquisa E Extensão Unoesc Videira, v. 6, e28098, 2021.

frontão, torres sineiras e altos pináculos, sendo esses elementos estudados comparados com percepção arquitetônica e estética na Áustria, trazendo para análise a corrente romântica por meio do globo. Com a pesquisa realizada, pode-se comparar os elementos e nota-se grande semelhança entre as correntes disseminadas na Europa e no Brasil.

O objetivo deste estudo é entender como a corrente romântica europeia chegou até no Brasil, mais especificamente da Áustria para Treze Tílias e compará-las, trazendo elementos arquitetônicos da Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Em um primeiro momento, a pesquisa assumiu caráter exploratório, quando se buscou por referenciais teóricos para a melhor compreensão e familiarização com o tema de estudo. Em um segundo momento, a coleta de dados qualitativos para essa pesquisa ocorreu mediante de visitas *in loco*, levantamento fotográfico e entrevistas. Por fim, foi realizada a análise da linguagem arquitetônica, sempre com a consulta e comparação a referenciais teóricos (CHING, 2019; RIBEIRO; BRAGA, 2003).

DESENVOLVIMENTO

O Romantismo na Europa, surgiu na metade do século XVIII, como um movimento de oposição à arquitetura neoclássica, e durou até os fins do século XIX na Europa. “Os românticos, ao contrário dos neoclássicos, recorriam à Idade Média, em vez de Roma, como uma fonte mais autêntica e mais emotiva do que a antiga.” (CHING, 2019, p. 618). Portanto, esse é um estilo marcado pelo resgate da arquitetura medieval, do oriente e o predomínio de temas exóticos.

Pereira (2010) expõe que, no século XIX, o neoclassicismo romântico sai da sequência para conduzir a diversos historicismos ou revivescimentos de estilos de épocas passadas.

Embora os românticos adorassem assimetrias e irregularidades, procurando se libertar das convenções acadêmicas em favor da livre expressão da personalidade artística, para Fazio (2011), o Romantismo foi, na verdade, um movimento complementar ao Neoclássico, assim como muitos arquitetos neoclássicos convictos realizam obras românticas.

O estilo foi empregado pela primeira vez na Inglaterra, quando Horace Walpole reformou sua residência de campo, a Strawberry Hill, introduzindo elementos com influências góticas (JANSON, 2001).

No Brasil, embora o país tenha sido descoberto pelos portugueses no ano de 1500 – quando algumas nações europeias estavam envolvidas com a expansão marítimo-comercial e buscavam novas terras para exploração – foi somente no ano de 1830, com a fuga da Família Real para este país por conta da Guerra Peninsular, que foi impulsionado o surgimento tardio desse estilo arquitetônico.

O século XIX foi marcado com a imigração alemã no Sul do Brasil, tendo seu início em 1824, quando os primeiros grupos vindos da Alemanha se fixaram no Rio Grande do Sul e logo mais se expandiram por toda região (REITER; OSL; HUMER, 2011).

A arquitetura romântica no Brasil surgiu a partir do século XIX com a expansão do ecletismo. Foi caracterizada pela decoração rebuscada e luxuosa, tanto o interior das obras quanto nas fachadas, uma das características é o arco ogival e os vitrais.

A CIDADE DE TREZE TÍLIAS

Em 13 de outubro de 1933, em meio a guerras, desemprego e pobreza nos continentes europeus, Treze Tílias foi colonizada. A imigração ocorreu entre os anos de 1933 e 1937, por austríacos e italianos vindos em sua maioria do estado do Tirol, Vorarlberg e Alta Áustria (REITER; OSL; HUMER,

2011). Ao iniciar o planejamento de deslocamento dos imigrantes para Treze Tílias ocorreu um reconhecimento da região. Alguns critérios foram considerados, sendo o mais relevante o aspecto religioso- espiritual. O padre Johann Reitmeier foi designado para acompanhar os imigrantes pioneiros (REITER; OSL; HUMER, 2011).

Logo que os imigrantes chegaram, depararam-se com uma capela que havia sido construída pelo padre Johann. Com o passar dos anos e a colaboração da população, a pequena capela tornou-se uma igreja imponente para a comunidade que continuava a crescer (TOMAZI; CASARA, 2019).

A igreja (Figura 1), primeiramente construída em madeira, no ano de 1952, passou por uma reforma. Em volta da antiga igreja foram erguidas as paredes de alvenaria para a construção das novas estruturas e vedações da igreja atual. Somente após a conclusão desses elementos da nova igreja que a antiga, em madeira, foi demolida.

Figura 1 - Construção da nova Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Fonte: Reiter; Osl; Humer (2011).

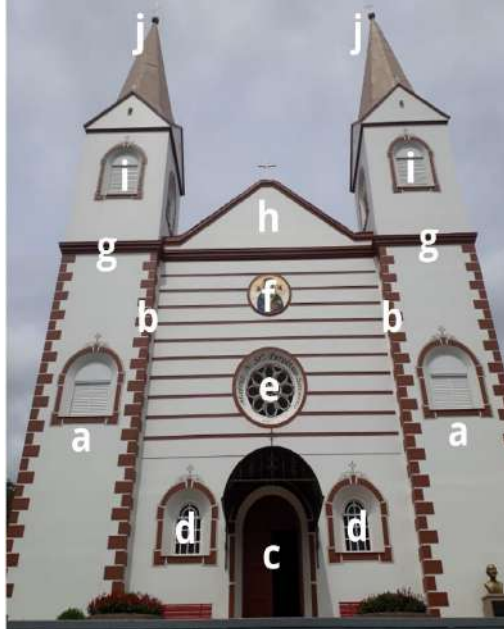
A cultura sempre foi destaque na colonização, no centro da cidade as casas em alvenaria eram maiores que no campo, onde ainda prevalecem construções em madeira. Nas casas da cidade, encontram-se balcões floridos entalhados, águias tirolesas, campanários nos telhados e pinturas enfeitando ao redor das janelas lembrando a cidade de Tirol na Áustria, são características da cidade.

Encontra-se como grande influência na economia o turismo étnico, que é praticado por seus imigrantes desde a sua colonização, por meio de celebrações e festivais, expondo a cultura de origem europeia.

ANÁLISE TEMÁTICA

A fachada da Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Figura 2) é monumental, com um corpo centralizado e duas torres laterais (a) separadas por quinas de pedra rusticada (b). Uma grande porta de madeira em arco pleno (c) dá acesso à igreja e é ladeada por duas janelas em arco pleno (d). Uma rosácea (e) e um medalhão (f) são elevados à porta principal. A parte superior das torres é contornada pela cornija (g), que percorre toda a fachada encimada na parte central pelo frontão (h). As torres sineiras (i) são coroadas por altos pináculos (j).

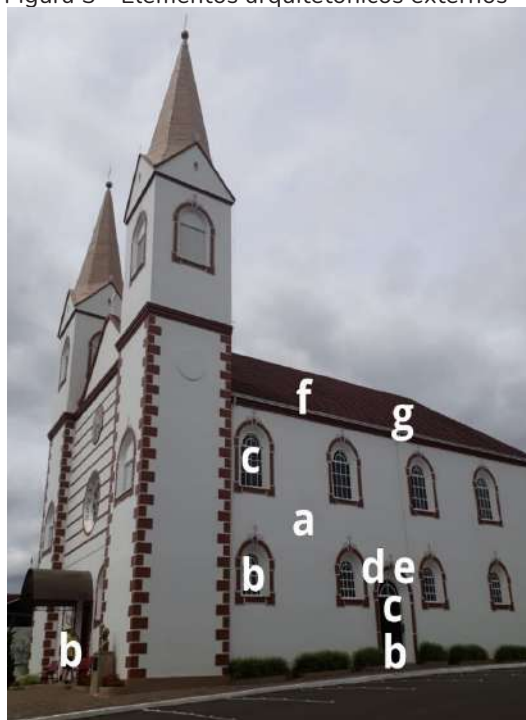
Figura 2 - Elementos arquitetônicos externos



Fonte: as autoras (2019).

Conforme pesquisas realizadas em arquivos da Igreja (Figura 3), entrevistas e visitas à campo, constatou-se a utilização de silhares de pedra na fundação. O uso de alvenaria em tijolos (a) como vedação principal e os fechamentos das aberturas (b) construídas em madeira com utilização de vitrais (c), emolduradas por chaves (d) e aduelas (e) encimadas por arabescos. Seu telhado (f) apresenta como estrutura a madeira e sua cobertura em telha cerâmica (g).

Figura 3 - Elementos arquitetônicos externos



Fonte: as autoras (2019).

Em 1991, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro passou por reformas pontuais, sem descaracterizar sua forma original, como mostra a Figura 4.

Figura 4 - Restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Fonte: Diedrich (2008).

REFERÊNCIAS

CHING, Francis D. K. **História global da arquitetura**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

FAZIO, Michael. **A história da arquitetura mundial**. 3 ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

JANSON, Horst Woldemar. **Iniciação à História da Arte**. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001.

PEREIRA, José Ramón Alonso. **Introdução à história da arquitetura**: das origens ao século XXI. Porto Alegre: Bookman, 2010.

RIBEIRO, Nelson Pôrto; BRAGA, Márcia (org.). **Conservação e Restauro**: Arquitetura Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003. p. 53-84.

REITER, Martin; OSL, Monika; HUMER, Andreas. **75 anos Dreizehnlinden Treze Tílias**. Treze Tílias: Visare, 2011. 378 p.

TOMAZI, Gilberto; CASARA, João Claudio. **Memoriais Jubilares**: diocese de caçador 50 anos. Caçador: Berthier, 2019. 320 p.

CAPÍTULO 11

MUSEU MUNICIPAL MINISTRO ANDREAS THALER: A CARACTERIZAÇÃO DE UMA ARQUITETURA DE IMIGRANTES AUSTRIACOS NO VALE DO CONTESTADO

Laismara Falchetti

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: laismarafalchetti1@gmail.com

Milena Thölken

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: milenatholken@yahoo.com.br

Rodolfo Contti

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: rodolfo.contti@hotmail.com

Juliana Aparecida Biasi

Universidade do Oeste de Santa Catarina.

E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br

INTRODUÇÃO

O Vale do Contestado, localizado no estado brasileiro de Santa Catarina, foi cenário de guerra por cerca de 4 anos, deixando muitas heranças culturais e históricas em seu território. Formado por 45 municípios, hoje é foco de turismo. Treze Tílias, umas das cidades pertencentes ao Vale do Contestado, é conhecida como o Tirol Brasileiro. Por este motivo foi escolhido o Museu

Municipal Andreas Thaler, localizado em Treze Tílias, para análise temática arquitetônica enquadrando-o em um estilo arquitetônico específico, visto que é escasso o estudo científico de obras de arquitetura. Essa pesquisa é de caráter exploratória e foram analisados dados obtidos em pesquisas a campo, estudos de caso e levantamento teórico para responder à pergunta: Em qual estilo arquitetônico o Museu Ministro Andreas Thaler se enquadra?

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo desejado, utilizou-se a abordagem qualitativa, pois as informações coletadas foram adquiridas de maneiras variadas, visando qualificar a obra, ou seja, enquadrá-la a um estilo arquitetônico. Quanto aos objetos da pesquisa, podemos caracterizá-la como exploratória, pois visa familiarizar a pesquisa e torná-la mais explícita para construir hipóteses, por meio de visitas *in loco* com a realização de levantamentos fotográficos, entrevistas, estudos de referenciais teóricos (em sites e livros) e estudos de caso.

DESENVOLVIMENTO

Entre 1912 e 1916, na região do Contestado, até então disputada por Paraná e Santa Catarina, aconteceu uma revolta camponesa por poses de terra, que deixou milhares de feridos e foi um dos maiores conflitos da história do Brasil. Os caboclos, que foram os primeiros habitantes da região, revoltaram-se contra os governos estaduais e federais, pois estes concebiam grandes áreas de terras a empresas norte-americanas como a *Brazil Railway Company*, empresa responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. A ferrovia trouxe muitas mudanças sociais para a região do Oeste catarinense, afetando principalmente a população cabocla. O principal objetivo para a construção da ferrovia era a ligação entre as regiões Sul e Sudeste e, como o espaço era pouco povoado, caracterizou-se como um instrumento de

segurança nacional, que serviria para envio de tropas militares, caso ocorresse uma invasão argentina, esta que nunca ocorreu. A estrada de ferro passou então a ser utilizada como estratégia do governo, que era comandado por coronéis e grupos econômicos, para instalar na região novas relações capitalistas ligadas ao modelo monopolista que se instalava na República. A polícia coronelista expulsava os caboclos de suas terras e os viam como ameaças para a expansão de terras, tratando-os como serviçais e empregados da fazenda. Os fazendeiros e tropas do governo dizimaram a população revoltosa. Os caboclos então tiveram que lutar por suas terras, começando assim a Guerra do Contestado. O governo brasileiro fez um acordo com a multinacional *Brazil Railway Company*, autorizando a construção da ferrovia em troca de terras, das quais retiraram e exportaram madeiras nativas nobres e depois foram vendidas para colonos imigrantes. De acordo com Amador (2009, p. 500):

Portanto, na Guerra do Contestado, a expulsão da população cabocla contou com a participação da política coronelista que imperava na região através dos fazendeiros estabelecidos. Estes também viam o caboclo como empecilho para a expansão de suas propriedades e só o consideravam um serviçal de seus interesses nas tarefas rotineiras das fazendas. Os fazendeiros e seus jagunços, aliados às tropas oficiais, cumpriram papel central na repressão e dizimação da população revoltosa.

Os caboclos sem terras passaram a viver em acampamentos, liderados por um monge chamado José Maria, após verem suas terras vendidas para companhias colonizadoras e seus costumes desrespeitados. A revolta toma força após a morte de José Maria na primeira batalha que aconteceu em Irani (SC), despertando nos caboclos a crença de ressurreição do monge, na mesma batalha morreu o coronel João Gualberto, chefe do exército paranaense, que instigava os militares contra os caboclos. A desvantagem contra os exércitos do governo fez os caboclos buscarem ajuda em forças sobrenaturais, crenças e em figuras religiosas, pois estavam sem condições militares, materiais e culturais para vencer os exércitos, porém os caboclos enfrentaram a guerra acreditando que a morte seria uma passagem para outra vida e para conquistá-la precisariam

lutar em nome de José Maria. A partir da segunda década do século XX, ocorreu uma queda na exportação de ervateira, atividade esta que era a única fonte de renda do caboclo, tendo início à exploração de madeira e implantação do complexo madeireiro da Lumber, empresa que fazia parte da *Brazil Railway Company*, acabando de vez com os ervais nativos.

Apesar de resistirem a quatro anos de lutas, a população cabocla foi derrotada, deixando em torno de 20 mil pessoas mortas, número alto sendo que na região estimava-se uma população de 50 mil habitantes.

Portanto, a Guerra do Contestado foi a divisão de dois modelos econômicos. Até o início do século XX, aconteceu a ocupação cabocla por portugueses, índios e negros, que viviam em uma economia onde plantavam e colhiam para sua subsistência; e o pós-guerra foi marcado pela derrota do caboclo e pela venda de pequenas áreas de terras para imigrantes italianos e alemães, geralmente vindos do estado do Rio Grande do Sul em busca de riquezas e uma nova vida. A maioria dos imigrantes vieram para o Brasil para fugir da primeira guerra mundial que eclodiu na Europa, começando assim a formação de cidades.

TREZE TÍLIAS

Treze Tílias, localizada no estado brasileiro de Santa Catarina, pertencente ao Vale do Contestado, foi fundada em 13 de outubro de 1933, pelo ex-ministro da agricultura da Áustria, Andreas Thaler, que buscava uma solução para minimizar o sofrimento das pessoas com a crise econômica que abalava a Áustria após a Primeira Guerra Mundial. Visando que poderia eclodir uma segunda guerra, liderou um grupo migratório para o Brasil, escolhendo o Meio-Oeste catarinense para fundar sua nova colônia que se chamaria *Dreizehlingen*, mais tarde traduzida para Treze Tílias. A imigração aconteceu principalmente entre os anos de 1933 a 1937, vindo colonizadores dos estados de Tirol, *Voralberg* e Alta Áustria, conforme dados da Prefeitura Municipal de Treze Tílias (2019). Thaler, antes de escolher Treze Tílias para fundar sua nova colônia, sobrevoou

a América inteira, mas um dos critérios que o levou a escolher Treze Tílias foi o relevo, que se assemelhava ao da Áustria, conforme afirmação de Reiter, Osl e Humer (2011, p. 30):

A altitude significava clima bom; as temperaturas diurnas, no verão, não ultrapassavam os 33 °C, as noites são frescas (em torno de 17 °C). Aqui há também água potável e não se é incomodado tanto por mosquitos. A vegetação florescente e florestas com pinheiros altos denotam terra fértil.

Em 2003, Treze Tílias tornou-se coirmã de *Wildschönau*, localizada no estado do Tirol na Áustria, ou seja, um pacto de amizade é afirmado entre as duas cidades (REITER;OSL,HUMER 2011). Esse pacto fica visível quando observamos a placa monumental da coirmandade em ambas as cidades (Figura 1). Isso porque Andreas Thaler é natural de *Wildschönau* e ao fundar Treze Tílias, tanto a arquitetura quanto a cultura se mantiveram baseadas na sua terra natal.

Figura 1 - Placa Coirmandade de Wildschönau e Treze Tílias; Esquerda: Treze Tílias – Brasil; Direita: Wildschönau – Áustria



Fonte: os autores (2018).

A Prefeitura Municipal de Treze Tílias (2019) mostra que a cidade é conhecida hoje como a cidade mais austríaca do Brasil, devido aos laços com a Áustria que sempre foram muito unidos, tanto na arquitetura quanto nos costumes, cultura, tradições, culinária, danças, música, escultura e arquitetura que se inspiram da região do Tirol, mais especificamente de *Wildschönau* (Áustria). Treze Tílias também conta com o Consulado da Áustria na cidade,

fundado em 13 de outubro de 1988, que contribui positivamente na integração entre Áustria e seus descendentes, reforçando os laços culturais, econômicos e afetivos entre ambos.

A arquitetura austríaca presente em Treze Tílias é hoje uma característica marcante do turismo, que recebe cerca de 160.000 turistas anualmente (FALCHETTI, 2019), conhecida por ser um pedacinho da Áustria no Brasil, recebe o título de “O Tirol Brasileiro”.

MUSEU MUNICIPAL ANDREAS THALER

O Museu Municipal Andreas Thaler (Figura 2), popularmente conhecido como “Castelinho”, devido a sua grande imponência para a época, localizado no centro de Treze Tílias, foi a primeira construção em alvenaria do município, com 382,50 m² (trezentos e oitenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados). Projetado pelo arquiteto Bruno Kracher, construído em 1936 e inaugurado em 1937 (Figura 3). Foi construído com a finalidade de ser a moradia do Ministro Andreas Thaler, aonde permaneceu até 1969.

Figura 2 - Museu Municipal Ministro Andreas Thaler



Fonte: os autores (2019).

Figura 3 - Construção do castelinho



Fonte: Reiter; Osl; Humer (2011).

Conforme entrevista informal com Brigitte Moser Falchetti (2019), responsável pelo museu, foi a mão de obra do imigrante que fez com que o Castelinho tomasse forma. Quanto aos materiais utilizados para a sua construção, os tijolos eram fabricados em *Dreizehnlinden* (SC) e a brita, a areia, o cimento e a cal, chegavam por meio da linha férrea em Ibicaré (SC), e de lá partia de carroça até a obra Hermann, filho do Ministro. Toda a parte de metais, canos, torneiras, registros, fechaduras, dobradiças, luminárias, fiação elétrica e demais louças de banheiro vieram da Áustria. A energia elétrica era obtida através de um gerador a óleo e a água era aquecida no interior do fogão por serpentinas e armazenada em uma espécie de caldeira, localizada na cozinha.

A edificação que serviu de inspiração para a construção do Castelinho foi a Escola Agrícola de *Rotholz*, em *Schwaz* (Tirol Setentrional – Áustria), um dos motivos desta escolha é que a obra representava imponência e grandiosidade e também por ele já ter estudado lá, o que posteriormente o tornou Ministro da Agricultura da Áustria. No início do desenvolvimento de Treze Tílias, uma das salas da casa de Thaler foi utilizada como sede da prefeitura.

Em 13 de outubro de 2002, o Castelinho passou a ser a sede do Museu Municipal Andreas Thaler, por abrigar resquícios de materiais trazidos da época da colonização e livros na língua alemã, como um acervo histórico da colonização, em homenagem ao seu fundador. É um dos pontos turísticos mais visitados de Treze Tílias, e recebeu no ano de 2018 quinze mil pessoas (PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, 2019). Conforme o projeto de Lei

Ordinária n. 1778/2013 de 23 de setembro de 2013, a edificação é tombada como patrimônio histórico de Treze Tílias (TREZE TÍLIAS, 2013).

ANÁLISE ARQUITETÔNICA

Essa análise permite criar um elo comparativo entre os métodos utilizados na construção do museu e outras obras de mesmo estilo. A comparação nos permite identificar em qual corrente arquitetônica a edificação está inserida, visto que o material comparado já possui arquitetura definida. Para criar uma base comparativa, é necessário detalhar a construção, e para isso, ela foi dividida em dois grupos de análise, onde um contém informações sobre as técnicas construtivas e o outro sobre técnicas decorativas. Após identificar todos os pontos, podemos confrontar as semelhanças e diferenças entre o que já é conhecido, e assim identificar e justificar a qual movimento a obra pertence.

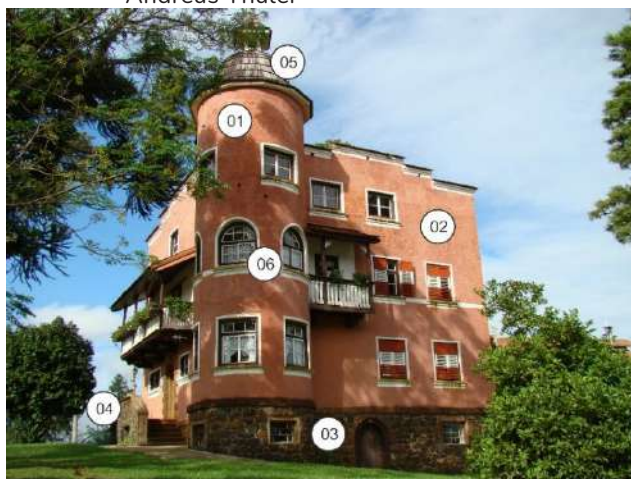
TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

O Museu Municipal Andreas Thaler foi construído com uma base ciclópica, andares superiores em alvenaria, e, com a exceção de sua torre, sem telhado aparente – ocultado pelo uso de platibandas, conforme pode ser verificado na Figura 4. A sua volumetria demonstra formas irregulares o que é enfatizado pela sua torre lateral, em formato cilíndrico e perpendicular às alas, que definem o conceito acastelado do museu. A torre é coberta com telhado de amadeirado e conta com um campanário, peça típica da cultura austríaca.

Formado normalmente por um sino, galo e pelos quatro pontos cardeais (Norte, Sul, Leste e Oeste). Na Áustria, o sino era utilizado para a comunicação com aldeias vizinhas e para avisos de emergência. O galo representa a disposição do tirolês para o trabalho e fica solto, apontando o lado em que está ventando. A rosa-dos-ventos, primeiro passo para o domínio das técnicas de orientação,

é constituída pelos quatro pontos cardeais, sendo fixada logo abaixo do galo (FIEDLER; FRANTZ, 2009).

Figura 4 - Técnicas construtivas do Museu Municipal Andreas Thaler



- | | |
|-------------------------|---|
| 01 Torre cilíndrica | 04 Entrada com escada dupla |
| 02 Alas perpendiculares | 05 Cobertura de madeira, com campanário |
| 03 Base ciclópica | 06 Aberturas com formatos variados |

Fonte: os autores (2017).

No interior da edificação, o piso é constituído em madeira, as paredes, assim como no exterior, são em alvenaria. Algumas de suas portas e janelas possuem detalhes em arco, enquanto as demais são simples, em forma geométrica. A porta principal é diferenciada, possui uma moldura blocada e acesso por uma escada de dois lados simétricos.

TÉCNICAS DECORATIVAS

Um fator que evidencia a assimetria das fachadas da construção são suas aberturas, pois algumas portas e janelas apresentam arcos, mostrando uma influência do estilo italianizado, enquanto as demais possuem formas

geométricas, retangulares ou quadradas. A aparência rústica da obra fica por conta da sua base, construída com pedras, conforme Figura 5. Thaler optou por criar varandas com balaustradas renascentistas nas suas fachadas, bem como uma escada dupla simétrica para o acesso principal, acompanhado de uma porta com moldura blocada, reforçando o conceito da irregularidade e influência neoclássica e italianizada. O uso de platibandas com detalhes geométricos para ocultar o telhado, juntamente com sua torre cilíndrica, agregam à construção uma aparência de castelo, justificando seu apelido de “Castelinho”.

Figura 5 - Técnicas decorativas do Museu Municipal Andreas Thaler



- | | |
|---------------------------------------|--|
| 01 Padrões irregulares de janelas | 05 Sacada com madeira talhada imitando balaustradas |
| 02 Escada dupla simétrica | 06 Platibanda com friso |
| 03 Moldura blocada | 07 Torre com campanário |
| 04 Porão e alicerces em pedra rústica | 08 Veneziana em madeira decorada com as cores da Áustria |

Fonte: os autores (2017).

ESTILOS ARQUITETÔNICOS

No final do século XVIII, o continente europeu foi berço para um novo movimento artístico, político e filosófico que se iniciava. Esse movimento foi chamado de Romantismo, durou por grande parte do século XIX e sua

visão de mundo oposta ao racionalismo e ao iluminismo era o fator que lhe caracterizava. O estilo possui importantes traços, que marcaram o espírito romântico, como o lirismo, a subjetividade, a emoção e o individualismo, trazendo uma visão de mundo onde o centro é o indivíduo – esses traços deram origem ao termo “romântico”. O movimento se caracteriza por ser a arte do sonho e da fantasia, valorizando a criatividade do indivíduo e da imaginação popular e contrariando a arte equilibrada dos clássicos (CASTRO et al., 2001). Com inspirações oriundas dos momentos fugazes e fortes da vida subjetiva, baseia-se na fé, no sonho, na paixão, na saudade e no sentimento da natureza.

Enquanto o Romantismo se desenvolvia, houve o advento de um novo movimento, chamado de Pitoresco. Esse novo estilo era utilizado para designar uma nova categoria estética, baseando-se na representação da paisagem natural, trazendo imperfeições e assimetrias, proporcionando cenas com inúmeros detalhes curiosos, remetendo a generosidade e o acolhimento da natureza, ao contrário do sublime, onde existia um temor reverencial diante da natureza, por ser retratada de forma grandiosa e hostil. O objeto natural e a forma que é representado em um quadro são os fatores que basicamente designam o pitoresco.

Ainda no século XVIII, na Inglaterra, o Pitoresco começou a ser utilizado como uma qualidade estética e arquitetônica. Esse fato aconteceu quando Joseph Addison (1712) diferenciou três qualidades principais: beleza, grandeza (sublimidade) e singularidade (pitoresco). Price (1796) definiu esse movimento como ponto de equilíbrio dos conceitos de sublime e belo, que ficava evidente quando eram destacados na paisagem alguns elementos como a rusticidade, a variedade, a irregularidade, velhas casas, ruínas da antiguidade e árvores frondosas com aspecto secular.

Na arquitetura, tornou-se importante na evolução do paisagismo inglês, originando na criação de jardins com aspectos formais, informais e

exóticos. Devido a sua popularidade, logo teve seus conceitos aplicados também na construção, trazendo características bem peculiares como a irregularidade, variedade e contrastes de arranjos, assimetria das formas, exteriores acastelados, interior neoclássico atualizado. O estilo acastelado é marcado pelo uso de ameias, torres e junção irregulares das formas.

O arquiteto John Nash utilizava muito dos conceitos pitorescos em suas obras, porém, foi ele quem deu início ao estilo italianizado com a construção da *Cronkhill* em *Shropshire*, na Inglaterra, representada na Figura 6. Os traços arquitetônicos marcantes desse estilo são os telhados baixos ou planos, estruturas imponentes de cornija, janelas e portas com frontão, janelas arqueadas – frontadas ou serlianas com arquitraves e arquivoltas, janelas altas no primeiro pavimento, torres simbólicas, cúpulas, *loggias* e varandas com grades de aço ou balaustrada (NEWMAN; PEVSNER, 2006).

Figura 6 - Cronkhill, Shropshire



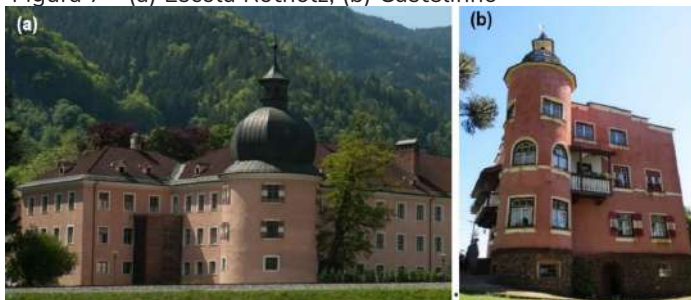
Fonte: Piper (1987).

ANÁLISE COMPARATIVA

A vontade do projetista em construir uma obra duradoura e de torná-la um marco da colonização austríaca fez com que ele misturasse diferentes estilos arquitetônicos, como o acastelado e o italianizado, pertencentes ao movimento pintoresco. De acordo com o próprio Andreas Thaler, sua

inspiração foi a Escola de Agricultura de Rotholz, em Schwaz, no Tirol Austríaco, que possui traços simétricos e ecléticos, remetendo ao romantismo (Figura7). Analisando a Escola, notamos várias semelhanças, como as torres, as janelas geométricas, e até as venezianas são reproduzidas de forma similar – inclusive a pintura com linhas horizontais, remetendo à bandeira da Áustria.

Figura 7 - (a) Escola Rotholz; (b) Castelinho



Fonte: (a) Hammer (2012); (b) os autores (2017).

A Figura 8 mostra outros exemplos da arquitetura pinturesca. A correspondência entre as obras acontece no formato acastelado (8b), com paredes perpendiculares à torre, sejam cilíndricas (8b) ou quadradas (8a e 8c), cobertas com telhado. Apresentam também elementos como os arcos utilizados nas aberturas de janelas, que por vezes se mesclam com outras formas geométricas de abertura como quadrangulares e circulares (8c). Nota-se também o uso de elementos que imitam balaustradas nas sacadas e a diferenciação da base do edifício do restante do seu corpo.

Figura 8 - (a) Desenho 8 – Vila em estilo italianizado; (b) Desenho 10 – Vila em estilo gótico; (c) Desenho 6 – Vila irregular estilo italianizado



Fonte: adaptado de Downing (1863).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise comparativa das características plásticas do Museu Ministro Andreas Thaler, identificamos uma abordagem cênica e típica Pinturesca, pertencente a corrente Romântica, devido a sua beleza, sublimidade e singularidade. A obra mescla características do pinturesco italianizado e do gótico, conforme foi visto nos projetos retirados da obra de Downing (1863), importante arquiteto do estilo nos Estados Unidos da América. Seu formato acastelado, a irregularidade e assimetria, somados à base ciclópica com andares superiores em alvenaria, a presença da torre cilíndrica, o uso das balaustradas, as alas perpendiculares à torre e as janelas e portas arqueadas evidenciam essa mistura. O campanário traz o toque da arquitetura austríaca.

O Pintoresco tornou-se traço arquitetônico amplamente utilizado no Vale do Contestado, originando várias construções importantes da época, conforme já justificado no estudo de Biasi e Camara (2017) acerca do assunto. Sua derivação do romantismo defende um projeto onde a paisagem interpreta a natureza de maneira menos formal e mais assimétrica, e estas características da obra fez com que fosse bem aceita localmente. O que chamou a atenção dos construtores locais foi a rusticidade de suas bases ciclópicas, suas torres cilíndricas, formas assimétricas e interior neoclássico. O estilo italianizado chegou para agregar traços diferenciados à obra, como as torres encimadas por telhado, as balaustradas, as janelas em arco e as alas com ângulo reto em relação à torre.

A utilização desses dois estilos em conjunto gerou construções imponentes e singulares, que atualmente se tornaram marcos histórico-culturais e arquitetônicos. Especificamente na construção do museu, os traços se misturam transformando a obra de Thaler única, um verdadeiro marco para a imigração austríaca no Meio-Oeste catarinense.

REFERÊNCIAS

ADDISON, Joseph. **Pleasures of the Imagination by Joseph Addison**. 1712. Tradução: os autores. Adaptação e publicação: Reading For Philosophical Inquiry: Article Series. EUA. 2008. 19 p. Disponível em: <https://philosophy.lander.edu/intro/articles/addisonart-a.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2019.

AMADOR, Milton Cleber Pereira. **Guerra do Contestado**: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste Catarinense. 2009. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/562/384>. Acesso em: 27 fev. 2019.

BIASI, Juliana Aparecida; CAMARA, Inara Pagnussat. Análise Arquitetônica Temática do Museu do Vinho Mário Pellegrin. In: CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2017, Cuiabá. **Anais** [...] Cuiabá: UFMT, 2017. Disponível em: <http://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/cicop/cicop2017ufmt/paper/view/2830>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CASTRO, Dácio Antonio de et al. **Português 2 – Literatura 1**. Livro 2. São Paulo: Editora Anglo, 2001. 128 p.

DOWNING, Andrew Jackson. **Cottage Residences**: a series of designs for rural cottages and cottages villas and their gardens and grounds adapted to North America. New York, USA: John Wiley, 1863. 215 p.

FALCHETTI, Brigite Moser. **Entrevista concedida em Museu Ministro Andreas Thaler**. Treze Tílias, SC, 25 de fevereiro de 2019.

FIEDLER, Frédi; FRANTZ, Milton Walter. Detalhamento e método executivo de residências alpino-austríacas. **Conhecimento em Construção**: Pesquisa em Engenharia Civil, Joaçaba, SC, n. 1, p. 29-36, dez. 2009.

HAMMER, Hermann. **Landwirtschaftliche Lehranstalt Rotholz**. 2012. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Landwirtschaftliche_Lehranstalt_Rotholz_13.jpg. Acesso em: 04 ago. 2021.

NEWMAN, John; PEVSNER, Nikolaus. **Shropshire**: The buildings of England. Tradução: os autores. Connecticut, USA: Yale University Press, 2006. p. 200-250.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS. **Apresentação**. 2019. Disponível em: <https://www.trezeilias.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/531423/codMapaltem/17380>. Acesso em: 25 fev. 2019.

PRICE, Uvedale. **An Essay on the Picturesque, as compared with the Sublime and Beautiful**. Tradução: os autores. Londres. Impressão: J. Robson. 1796.

REITER, Martin; OSL, Monika; HUMER, Andreas. **75 anos Dreizehnlinden** - Treze Tílias. Tradução: Vera Barcow. Treze Tílias: Visare Editora e Artes Gráficas Ltda., 2011. 378 p.

TREZE TÍLIAS. Lei Ordinária n. 1778/2013 de 23 de setembro de 2013. Tombamento de imóvel. **Legislação Municipal de Treze Tílias**. Treze Tílias, SC, 2013.